



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental**

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Liliane Freitas Costa Moreira

DO COMUM AO PRIVADO

**As transformações quanto aos principais usos da floresta na comunidade
Santa Maria Assentamento Olho D'Água II, município de Moju/PA**

**Belém
2009**

Liliane Freitas Costa Moreira

DO COMUM AO PRIVADO

**As transformações quanto aos principais usos da floresta na comunidade
Santa Maria Assentamento Olho D'Água II, município de Moju/PA**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.
Orientadora Professora Dr^a. Dalva Maria da Mota.

Belém
2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

Moreira, Liliane Freitas Costa

Do comum ao privado: as transformações quanto aos principais usos da floresta na comunidade Santa Maria Assentamento Olho D'Água II, município de Moju / PA / Liliane Freitas Costa Moreira; orientadora, Dalva Maria da Mota. - 2009.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2009.

1. Florestas – Moju (PA). 2. Assentamentos humanos – Moju (PA). 3. Caça – Moju (PA). Título.

CDD – 22.ed. 634.9

Liliane Freitas Costa Moreira

DO COMUM AO PRIVADO

As transformações quanto aos principais usos da floresta na comunidade Santa Maria Assentamento Olho D'Água II, município de Moju/PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: 31/ 03/ 2009

Banca Examinadora

Dalva Maria da Mota
Dr^a. em Sociologia
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária da
Amazônia Oriental

José Heder Benatti
Dr. em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido
Universidade Federal do Pará

Maria José da Silva Aquino
Dr^a. em Sociologia e Antropologia
Universidade Federal do Pará

Dedico à **pequena** da minha vida:

Pelo tempo roubado.

Pelo silêncio pedido.

Pela paciência colorida.

E pela compreensão dita em versos e
prosas.

Dedico àquela que mesmo **pequena** que
é, foi **grande** demais para tudo isso e
deu-me um apoio sem tamanho.

Amo **muito** você filha.

AGRADECIMENTOS

Após todas as estações finaliza-se a árdua e valorosa caminhada que foi a estrada do mestrado.

Aos que conheceram o labor desta produção, apesar de simples e pequena, compreendem o que representa para mim a palavra etapas e, principalmente, a palavra finalização, as quais se traduzem aqui em vitória. Vitória esta conquistada com o apoio, dedicação e compreensão de muitas pessoas que direta ou indiretamente estiveram em alguma ou em todas as estações comigo e sem as quais este trabalho não teria tanto valor e nem o mesmo significado.

Poderia simplesmente dizer-lhes um obrigada, mas precisava que soubessem que junto delas foi mais fácil não desistir no inverno e, assim, assegurar a promessa da primavera, se alegrar com a beleza do verão e sonhar com as expectativas do outono. Foram suas palavras, conselhos, gestos e mesmo seu silêncio que contribuíram para que hoje um sonho se materializasse nesta dissertação. A vocês que passaram por essa história meus mais verdadeiros agradecimentos:

A minha pequena Ana Cecília que soube entender o momento de sua chegada e a estrada que sua mãe escolheu seguir.

A minha mãe Belém Freitas a quem eu admiro desde sempre e ao meu pai Francisco Freitas quem me fez ler a primeira árvore de minha vida. Obrigada por sempre acreditarem em mim e seguirem ao meu lado. Amo vocês.

A minha orientadora que cumpriu fielmente sua promessa de estar em todas as estações comigo. Agradeço-lhe por ter confiado em mim, encorajando-me a seguir quando o caminho parecia uma “trilha de tatu”. Sem dúvida **Dalva Mota** cumpreste tua vocação de pesquisadora nata, além, é claro, de tornar-se minha amiga, oferecendo sempre seu sorriso para alegrar minha alma quando as lágrimas chegavam. Obrigada por sua dedicação, paciência e exigências. **MUITO OBRIGADA MESMO!**

Aos moradores do assentamento Olho D'Água II, compositores deste trabalho, trabalhadores e trabalhadoras rurais que com grande esmero persistem na luta que sois vossas vidas. Agradeço-lhes pela acolhida calorosa e pela permissão em **entrar em suas florestas**. Em especial às famílias do Sr. Sebastião Pantoja de Moraes, da Sr.^a Alzira de Souza Martins e do Sr. Marcus Duarte Pantoja.

Ao meu amigo Acácio Moreira, por todas as inquietações que me fez crescer muito nos últimos anos, e por toda confiança que tem em mim. Obrigada por você **ter trilhado e remado** comigo **nessa caminhada**. Eu e sua filha agradecemos por todo o seu enorme apoio.

A minha amiga Vanessa Santos, irmã que DEUS concedeu-me, por sua presença e paciência, e principalmente pelo amor dedicado a mim e a minha pequena. Muito obrigada de coração.

Ao Nonato Barros, pelo silêncio e pela calma com que me ajudou a caminhar e por me fazer acreditar cada vez mais. Obrigada por seu amor e dedicação, eu e minha pequena nunca esqueceremos o que representas em nossas vidas.

As minhas irmãs e sobrinhas que entenderam o pouco tempo para dedicar-lhes.

Aos professores do NEAF, em especial à Delma Neves, Graça Pires, Paulo Martins, Gutembergue Guerra e Heribert Schmitz. Aos demais funcionários do NEAF, em especial ao Rodrigo Virgolino, Dircélia Moraes, Jonisson Côrrea e Vera Fadul, grata pelos galhos e árvores que vocês quebraram.

Aos alunos da turma do MAFDS 2007, principalmente: Maria Célia Silva, Maura dos Anjos, Ricardo Monteles e à Maria Grings que contribuiu nos ajustes finais deste trabalho e por ter sido uma amiga virtual.

Ao CNPQ, pela oportunidade de aprender a fazer pesquisa e proporcionar uma bolsa de estudo que foi de grande valor.

À Maria Cecília Moreira e Tadeu Moreira, pelo apoio e cuidados com sua sobrinha. E também à Cecília Melo e *In Memória* a Carlos Alberto Moreira, pelo apoio e carinho comigo.

À Fátima Garcia, por seus abraços, dengos e todo o amor, o que não há dinheiro no mundo que a pague. Amo você: Tia.

Aos amigos: Aldrin Benjamin, Manuel Amaral Neto, Lilian Garcia, Paula Vanessa, Lidiane Silva, Betega Pires, Miguel Cruz, Arquimedes Luciano e Romier Paixão pelo apoio em algumas das estações vividas.

Aos colegas, Glaucia Macedo, Ketiane Alves, Margarete Rocha e Gabriel Medina por suas contribuições na revisão final do trabalho.

À família do Centro Educacional Idade Criativa: obrigada pela dedicação e enorme compreensão com minha pequena.

Aos alunos da Escola Agrotécnica Federal do Pará, por terem sido um **empurrão** na busca dessa vitória.

Principalmente a **DEUS** que me deu segundo o vosso desejo e sustentou-me em todos os momentos. Obrigada Senhor por todas **as pedras do caminho**: Eis aqui **o meu castelo!** Eis aqui a **última estação**.

“As alterações de olhar alteram tudo.”

William Blake

RESUMO

Neste trabalho analisei as transformações vivenciadas por agricultores familiares quanto ao uso da floresta após a mudança na condição de acesso aos mesmos, qual seja, do uso comum (posseiros) para o uso privado via assentamento de reforma agrária implantado em 2002. Mais especificamente, analisam-se as mudanças associadas à obtenção de caças e a realização das roças, atividades que nas últimas décadas foram essenciais à reprodução social desses agricultores. A pesquisa foi realizada na comunidade Santa Maria, especializada no assentamento Olho D'Água II, município de Moju, Estado do Pará, durante os meses de maio e julho/2008. A metodologia constou de abordagens qualitativas e quantitativas, tendo como principais procedimentos: revisão de literatura, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, observações e levantamento de dados secundários. Os resultados apontam que ocorreram transformações importantes nas dinâmicas de uso dos recursos com a intensificação do cultivo de roças e a diminuição da obtenção de caças devido a: I) grande dificuldade em obtê-las, em decorrência das novas condições de acesso privado à terra; e II) aumento demográfico cuja demanda por caça supera em muito a oferta dos animais. Estes fatos têm impulsionado ainda mais a especialização no uso das roças que se constituem, atualmente, na principal fonte de renda e alimento para a sobrevivência e reprodução familiar. Espera-se com este estudo suprir uma lacuna importante quanto aos estudos sobre os assentamentos no Nordeste Paraense e, principalmente, a respeito das relações que uma população local assentada estabelece com a floresta a partir das mudanças no regime de propriedade.

Palavras chave: Florestas. Regime de propriedade. Assentamento. Caça. Roça.

ABSTRACT

This study analyses how changes in land tenure regime influences the use of forests by small farmers in the Amazon frontier. The study compared the management practices adopted by farmers in the past, when they hold a communal area of forest, with the practices adopted after the creation of a settlement with each family holding individual plots. Specifically the research focused on changes in access to hunt and in use of slash-and-burn agriculture, both fundamental activities to farmer's economies. The research was carried out in Santa Maria Community, part of Olho D'Água settlement, in the municipality of Moju, State of Pará, Brazil. The research was conducted between May and July 2008 and included literature review and interviews with local farmers during the field research. The study revealed significant reduction in capture of hunt by local farmers given to restricted access to hunting areas which are now private and also given to higher demand caused by the increasing number of settled families. As hunt is no longer abundant, farmers intensified slash-and-burn agriculture as a source of food as well as cash income for buying meat in local markets. It is expected that such study fill the gap regarding the lack of researches in the Northern *Pará's* settlements, especially the relations that the locals have established with the forest in the changes of property regimes.

Keywords: Forests. Property regimes. Settlements. Hunt. Slash-and-burn agriculture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Localização do Município de Moju, estado do Pará	39
FIGURA 02: Limites do município de Moju.	40
FIGURA 03: Limites do assentamento Olho D'Água II e da localização dos agrupamentos populacionais (agrovilas/vila).	41
FIGURA 04: Assentamento Olho D'Água II. Em destaque os lotes da comunidade Santa Maria, e os lotes correspondentes as três agrovilas/vilas (ver setas) do assentamento.	43
FIGURA 05: Área concedida a empresa norte-americana e onde atualmente é o Assentamento Olho D'Água II.	58
FIGURA 06: Área que outrora era de domínio da empresa norte-americana, em destaque as áreas na qual existia ocupação humana, até o início da década de 1960.	62
FIGURA 07: Demarcação das terras das famílias residentes na área onde atualmente é o assentamento Olho D'Água II, realizada pelo ITERPA através do STR, após as novas ocupações mobilizadas com apoio do próprio STR.	73
FIGURA 08: Configuração espacial do assentamento.	78
FIGURA 09: Instrumentos que são utilizados para a obtenção das caças: na foto à esquerda uma espingarda presa na parede da casa do entrevistado; no centro, um entrevistado mostra a arapuca; e à direita uma entrevistada segura o buldogue.	119
FIGURA 10: Participação dos filhos (crianças e adolescentes) na fabricação da farinha. À esquerda crianças descascando a mandioca e, a torração da farinha na foto a esquerda.	120
FIGURA 11: Finalização da queima da vegetação da floresta, que é utilizada para a realização das roças.	123

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Época e frequência da realização das caçadas, e quantidade de famílias nas quais elas são realizadas.	84
GRÁFICO 02: Os métodos utilizados pelas famílias para a obtenção das caças.	85
GRÁFICO 03: Quantidade de famílias em que as mulheres caçavam e os métodos executados por elas.	88
GRÁFICO 04: Tempo que era necessário, segundo os entrevistados, para a obtenção das caças.	90
GRÁFICO 05: Quantidade de famílias e o tamanho das áreas de floresta destinado por elas para a realização de suas roças.	97
GRÁFICO 06: Quantidade de famílias e o local onde elas realizavam as suas roças.	98
GRÁFICO 07: Quantidade de famílias e o tipo de vegetação utilizado por elas para a realização das roças.	99
GRÁFICO 08: Quantidade de famílias que realizava o plantio dos cultivos da roça na época de inverno e verão ou, somente na época de inverno.	99
GRÁFICO 09: Número de famílias que utilizavam machado e/ou motosserra.	101
GRÁFICO 10: Quantidade de famílias e os locais onde elas comercializavam os produtos.	104
GRÁFICO 11: Quantidade de famílias e o local onde elas realizam as caçadas, sendo a área considerada a que abrange a comunidade Santa Maria.	107
GRÁFICO 12: Quantidade de famílias que tiveram algum tipo de conflito com relação à realização das caçadas.	108
GRÁFICO 13 (A): Área (ha) total, de floresta nativa ou capoeirão (%), e de várzea (%) do lote dos entrevistados que detém menos de 80% de floresta nativa ou capoeirão. (B): Área (ha) total, de floresta nativa ou capoeirão (%), e de várzea (%) do lote dos entrevistados que ainda detém 80% ou mais de floresta nativa ou capoeirão.	112
GRÁFICO 14: Quantidade de famílias nas quais a caçada era/é realizada.	115
GRÁFICO 15: Época e frequência de realização das caçadas, e quantidade de famílias que as realizam.	116
GRÁFICO 16: Tempo que é necessário, segundo os entrevistados, para a obtenção das caças	117

GRÁFICO 17: Os métodos utilizados pelas famílias para a obtenção das caças.	118
GRÁFICO 18: Quantidade de famílias e o tipo de vegetação utilizado para a realização das roças.	125
GRÁFICO 19: Quantidade de famílias e o local onde elas realizam suas roças.	126
GRÁFICO 20: Época utilizada pelas famílias para o plantio dos cultivos das roças.	126
GRÁFICO 21: Quantidade de famílias que utilizam machado e/ou motosserra.	127
GRÁFICO 22: Quantidade de famílias e os locais onde elas vendem seus produtos.	130

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Situação dos lotes da comunidade Santa Maria com relação ao cadastro no INCRA	43
QUADRO 02: Breve perfil dos entrevistados da amostra selecionada.	45
QUADRO 03: Principais fontes de renda das famílias dos entrevistados.	46
QUADRO 04: Disponibilidade de mão de obra familiar.	47
QUADRO 05: Distribuição sócioespacial das famílias do assentamento Olho D'Água II durante sua constituição em 2002.	75
QUADRO 06: Atividades de maior importância para a aquisição dos principais alimentos.	83
QUADRO 07: Cultivos que eram comercializados, a quantidade de famílias que comercializavam e da produção comercializada.	103
QUADRO 08: Atividades de maior importância para a aquisição dos principais alimentos.	114
QUADRO 09: Quantidade de área (ha) de floresta usada para a realização das roças.	124
QUADRO 10: Tipos de cultivos que são destinados à venda e a quantidade de famílias que vende.	128

LISTA DE SIGLAS

ATES	Assistência Técnica Social e Ambiental
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Delegacia de Segurança Pública do Estado do Pará.
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
IAAM	Instituto Agroecológico da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
IEB	Instituto Internacional de Educação no Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Sem Terra
NCC	Novo Código Civil
PA	Pará
PDA	Projeto de Desenvolvimento do Assentamento
PMM	Prefeitura Municipal do Moju
PROJETOP	Projetos e Levantamentos Topográficos
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
RB	Relação de Beneficiários
RG	Registro Geral
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SR	Superintendência Regional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	21
2.1 ENTENDENDO SOBRE O USO COMUM DOS RECURSOS NATURAIS	21
2.2 A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: UM OLHAR ESPECIAL SOBRE O EXTRATIVISMO	25
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR	30
2.4 O ASSENTAMENTO COMO ESPAÇO DE TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	32
3 A TRILHA DA PESQUISA: O MATERIAL E O MÉTODO	38
3.1 OLHANDO E REOLHANDO O CAMPO DA PESQUISA	38
3.1.1 Um olhar mais amplo	39
3.1.2 A comunidade Santa Maria	42
3.1.3 Conhecendo a amostra: um breve perfil	44
3.2 SOBRE O CAMINHO	47
3.2.1 Os primeiros trilhados	47
3.2.2 Condições da pesquisa	48
3.3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.3.1 Levantamento de dados secundários	51
3.3.2 Levantamento do referencial teórico	51
3.3.3 Observação direta	52
3.3.4 Entrevista: formal semiestruturada, e estruturada e a informal	52
3.3.4.1 Entrevista formal semiestruturada	53
3.3.4.2 Entrevista formal estruturada	54
3.3.4.3 Entrevista informal	55
3.4 AS CONVICÇÕES QUE SE TINHA SOBRE QUAISQUER RESULTADOS DA PESQUISA	56
4 A HISTÓRIA DO “LUGAR” E O “LUGAR” NA HISTÓRIA	57
4.1. A PEQUENA PARTE DE UMA GRANDE HISTÓRIA.	57
4.1.1 Muita floresta e pouca gente.	57

4.1.2 Em busca de terra de floresta: a ocupação do entorno das terras da empresa	59
4.1.3 O início do fim, o fim do início da história	60
4.2 A CHEGADA DE MAIS GENTE PARA A FLORESTA	61
4.3 A LUTA PELA TERRA DE GENTE QUE COM A TERRA LUTA	65
4.4 O FIM DE UMA HISTÓRIA DE LUTA E O INÍCIO DE OUTRA: A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO	74
5 O IR À FLORESTA E AS REGRAS DO JOGO: O PASSADO DAS FAMÍLIAS DA SANTA MARIA	80
5.1 O ACESSO ÀS ÁREAS DE FLORESTA E AS REGRAS DE USO	80
5.2 OS USOS DA FLORESTA: AS CAÇAS E AS ROÇAS	82
5.2.1 Caça: solução Divina do passado	83
5.2.2 Os principais tipos e o destino das caças	90
5.2.3 Os “pedacinhos” de roça	92
5.2.4 A roça: os principais tipos de cultivo e destino	102
6 DO “LUGAR” DA GENTE AO “LOTE DA FAMÍLIA”: ACESSO ÀS ÁREAS DE FLORESTA E O USO DA CAÇA E ROÇA NO PRESENTE	106
6.1 O ACESSO ÀS ÁREAS DE FLORESTA NA COMUNIDADE SANTA MARIA	106
6.1.1 Caça: bem de um ou de todos?	106
6.1.2 Roça: negócio da família ontem e hoje	111
6.2 OS USOS DA FLORESTA: AS ROÇAS E AS CAÇAS	113
6.2.1 Caça: solução divina do passado, problemas no presente	114
6.2.2 Os principais tipos e o destino das caças	121
6.2.3 Agora é que é só roça!	122
6.2.4 Os principais tipos de cultivos e destinos	128
7 REFLEXÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140
ANEXOS	152

1 INTRODUÇÃO

O uso da floresta representa o principal meio de vida dos agricultores familiares que vivem na atual comunidade Santa Maria espacializada no assentamento Olho D'Água II, região do Nordeste Paraense, município de Moju. A implantação deste assentamento ocorreu em 2002 e modificou a condição de acesso às áreas de floresta, antes comum (posseiros), para o uso privado (assentados). Além disso, tem ocorrido um expressivo aumento demográfico.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar as transformações que ocorreram quanto ao uso dos recursos da floresta devido à privatização das áreas de acesso comum. Mais especificamente, analisam-se as mudanças associadas à obtenção de caças e a realização das roças, atividades essenciais para a reprodução das famílias daquela comunidade nas últimas décadas.

Partimos da hipótese de que em decorrência da mudança no regime de acesso à terra, agora privado via assentamento de reforma agrária, e da maior demanda pelos recursos da floresta em decorrência do aumento demográfico, ocorreu uma redução da oferta desses recursos e em consequência, alterações nas relações das pessoas com os mesmos.

A metodologia utilizada na pesquisa constou de abordagens qualitativas e quantitativas, tendo como principais procedimentos: revisão de literatura, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, observações e levantamento de dados secundários. A descrição minuciosa da metodologia encontra-se no capítulo II desta dissertação.

O olhar especial ao assentamento Olho D'Água II ateu-se ao fato de sua formação social ser de uma população local¹ que desde o início do século XX já habitava na área onde hoje se configura este assentamento, diferentemente da maioria dos assentamentos do Brasil, os quais apresentam uma grande diversidade social de origens, de experiências, de trajetórias e aspirações dos assentados (MARTINS, 2003b e MEDEIROS; LEITE, 1999).

Na região do Nordeste Paraense, a gênese dos assentamentos rurais tem forte relação com o processo de ocupação e formação fundiária que se deu ali (SOUSA, 2002). Loureiro e Pinto (2005) enfatizam que nesta região incidiram vários conflitos sociais entre grileiros e populações que há décadas já habitavam nas terras griladas, a exemplo do ocorrido com a população que constituiu o assentamento aqui estudado.

¹ Neste trabalho considera-se a expressão população local ou residente, a partir do exposto por Barreto Filho (2006), para o qual, essa expressão é a mais conveniente para referir-se á população original, população nativa, tratada por alguns autores, entre os quais Diegues (2002), pelo termo de “tradicionalis”.

As famílias ali residentes caracterizavam-se pela utilização comum dos espaços e recursos naturais renováveis, por meio do extrativismo animal e vegetal, e da pequena agricultura itinerante (roça e queima). Características que, em geral, são peculiares às populações que habitam regiões relativamente isoladas (DIEGUES, 2001a). Naquele contexto, a biomassa, a biodiversidade vegetal e faunística, e os recursos aquíferos eram de vital importância para a sua sobrevivência e principalmente para a sua reprodução social (BARRETO FILHO, 2006).

Para estas famílias, a utilização comum dos recursos naturais ocorria através de arranjos que eram permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal, de forma semelhante ao descrito por Diegues (2001a) a respeito de populações como a do caso aqui estudado.

Os usos dos recursos naturais advindos dos diferentes sistemas: terra firme, várzea e aquáticos, que ocorrem a partir de regras criadas pelos próprios usuários para regulamentar esses sistemas, é, resultante da diversidade cultural, ecológica e também da multiplicidade desses recursos (CASTRO, 1997).

No estudo realizado junto à comunidade de Patos, que faz parte de um assentamento rural de reforma agrária localizada a leste de Santarém (PA), criado em 1987 a partir de uma população local, Fudemma (2006) expõe que apesar da história recente de mudanças na situação fundiária, as famílias que possuem “lotes florestais” vêm tentando criar regras informais e orais para regular o acesso aos diferentes produtos florestais e ao solo. Este arranjo vem sendo elaborado à medida que eles vivenciam situações que requerem alguma norma ou conduta em relação ao uso e acesso aos diferentes recursos naturais.

Nesse caso, apesar dos lotes de terra firme serem privados na comunidade de Patos, as relações sociais mostram-se permeáveis o bastante para possibilitar o acesso aos variados recursos entre as unidades familiares tanto para suprir as necessidades básicas quanto para gerar uma renda mínima. Essa permeabilidade do grupo de usuários, como foi visto em Patos, possibilita que parentes e não parentes possam usufruir de alguma forma da terra e da floresta (FUTEMMA, 2006).

Em outro estudo sobre o uso dos recursos naturais em assentamento, Cunha e Nunes (2008) mostram que as famílias do assentamento Patativa do Assaré, criado em 2002 e localizado no município de Patos (PB), partilham de regras claras de proibição do uso de alguns recursos, como no caso da madeira das áreas de preservação, e que quando tais regras eventualmente não são cumpridas, as pessoas que não as cumprem são repreendidas e

advertidas nas assembléias ou nas reuniões de grupo. No entanto, já para outros recursos a gestão e uso comum têm sido difíceis, como também é fator condicionante de conflitos entre os assentados.

No caso da comunidade Santa Maria, assentamento Olho D'Água II, estudada nesta pesquisa, apesar da constituição do assentamento ter regularizado a posse da terra às famílias que ali residiam, o acesso aos recursos e a obtenção dos produtos da floresta que antes era de uso comum passou a ser realizado de forma privada. Em especial, pela nova forma de espacialização, em que cada família recebeu seu lote individualizado e demarcado pelo levantamento topográfico, fato que impulsionou uma gestão dos recursos que divergem daquelas anteriormente realizadas por eles.

Apesar de formalmente as terras que limitam o assentamento ora estudado serem de propriedade do governo federal, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é, no entanto, na prática, uma propriedade familiar onde há direitos e deveres repassados às famílias assentadas (CUNHA; NUNES, 2008). Os lotes dos assentados são uma propriedade particular pelo fato dos assentados deterem o título de domínio dos mesmos.

A análise aqui realizada proporcionará uma importante contribuição a respeito das relações que uma população local assentada estabelece com a floresta, sua gestão e seu uso, a partir das mudanças na forma de propriedade dos espaços e do acesso aos recursos naturais existentes. Mostrará também que o estabelecimento da propriedade privada, ainda que seja apenas pela forma de gerir o lote, isto é, sem o título definitivo, modifica o uso que as pessoas fazem da floresta.

Outro fator preponderante a ser considerado neste trabalho é o da precariedade de estudos de assentamentos do Nordeste Paraense e, de forma geral, sobre as relações que populações locais quando assentadas passam a tecer com os recursos da floresta, principalmente diante das mudanças no regime de propriedade. O fato desse assentamento já existir há cinco anos permite-nos observar as transformações no uso dos recursos da floresta pelas famílias da população local.

Para a construção teórica deste trabalho apropriou-se das reflexões de Hardin (1968), Ostrom (1990), McKean e Ostrom (2001), Feeny et al. (2001), Almeida (1989) e Castro (1997), os quais foram fundamentais para as análises a respeito do uso e gestão comum dos recursos naturais e de forma geral sobre os regimes de propriedade. Para a compreensão sobre as relações homem e natureza, considere os debates a esse respeito feito por Barros (2004). As reflexões de autores como Diegues (2001b; 2002) e Witkoski (2007) também foram muito

importantes para melhor estruturar as análises realizadas. Sobre o extrativismo teve-se à teoria dos seguintes autores: Rêgo (1999), Benjamim (2003), Homma (1993), Allegretti (1996) e Simonian (2000; 2001), Hurtiene (2005) e Trinca e Ferrari (2006).

As reflexões de Wanderley (1995;1999), Lamarche (1993) e Neves (1995; 2007), possibilitaram uma maior compreensão acerca da categoria agricultura familiar. Em complemento, Medeiros e Leite (1999), Leite (2005), Neves (1999;2005b), Martins (2000; 2003ab), Silva (2007) e Musumeci (1988), contribuíram para o debate acerca do assentamento e sobre a questão da propriedade da terra.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos: O primeiro intitulado “Considerações teóricas”, conforme sugere o título, apresenta o referencial teórico que alicerçou a pesquisa e possibilitou uma melhor compreensão para as análises realizadas. O segundo capítulo “A trilha da pesquisa: o material e o método” dedica-se a apresentar a metodologia do trabalho, um breve perfil da amostra, algumas considerações a respeito da realização e condições da pesquisa e os procedimentos utilizados.

No terceiro capítulo denominado: “A história do “lugar” e o “lugar” na história” discute-se a formação sócioespacial do local do estudo. Descreve-se aí, quatro momentos vividos, desde as primeiras ocupações no início do século XX; os fluxos imigratórios que ocorreram nas décadas de 1950 e 1960; a reestruturação “fundiária” que ocorreu na década de 1980 via sindicato, durante o conflito pela posse da terra; e por fim, o momento vivenciado após a criação do assentamento.

O quarto capítulo versa a respeito do acesso à floresta e os usos deste recurso (caça e roça) que ocorreram no passado, apresentado sobre o título “O ir à floresta e as regras do jogo: o passado das famílias da Santa Maria”. No quinto e último capítulo “Do “lugar” da gente ao “lote da família”: acesso e uso da floresta no presente” apresentam-se as análises acerca das transformações que ocorreram quanto aos usos da floresta, a partir da caracterização das condições de acesso e os usos deste recurso, no presente.

Segue-se por fim às “reflexões finais” onde são apresentadas, de forma mais veemente, as considerações acerca dos resultados da pesquisa.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo apresento as considerações teóricas utilizadas para construir o objeto deste estudo e amparar as reflexões que fiz neste trabalho. As categorias chaves tratadas são: recursos comuns, extrativismo, agricultura familiar e assentamento rural, pretendendo com elas dar conta das análises propostas.

2.1 ENTENDENDO SOBRE O USO COMUM DOS RECURSOS NATURAIS

O estudo do tema dos comuns deu-se em razão das análises requeridas sobre os usos da floresta no período anterior ao assentamento. Naquele momento as famílias da comunidade estudada caracterizavam-se pela utilização comum dos recursos naturais ali existentes. Diante do exposto, iniciei então a busca por literaturas acerca deste tema. Seguem-se então as reflexões que contribuíram nesta caminhada.

Ao tratar deste assunto Mckean e Ostrom (2001) fizeram-me refletir acerca das transformações que ocorreram nos regimes de propriedade comum implantados por comunidades para a geração de benefícios do manejo dos recursos naturais. Primeiramente, esses autores apontam que alguns desses regimes passaram a desaparecer naturalmente, na medida em que determinadas comunidades optaram por outras relações ambientais, particularmente à luz de mudanças tecnológicas e econômicas. Em outros casos, foram excluídos simplesmente porque seus direitos de propriedade não eram reconhecidos, ou então, quando reconhecidos, foram extintos por reformas agrárias que por vezes transferiram tais direitos a indivíduos, como foi o caso dos *enclosures* no Reino Unido, ao próprio governo, ou a uma combinação de ambos, como na Índia e no Japão (MCKEAN; OSTROM, 2001).

Nos enunciados de Hardin (1968, apud SCHMITZ; MOTA; SILVA JUNIOR, 2006) sobre a “tragédia dos comuns”, o destino dos recursos escassos de uso comum levaria a degradação dos mesmos, porque os indivíduos defenderiam preferencialmente seus próprios interesses e, conseqüentemente, seria impossível a ação coletiva para regular o uso apropriado de quaisquer recursos que fosse. Para fundamentar essa discussão, baseia-se nos pressupostos de Olson (1965), em que este questiona a idéia de que membros de um grupo com interesses comuns atuassem voluntariamente a fim de tentar promover estes interesses, exceto nos casos

em que o número dos indivíduos seja bem pequeno ou existam mecanismos de coerção. Do contrário, os indivíduos não atuarão para alcançar os interesses do grupo, mesmo que eles possam viver numa situação melhor quando tais interesses forem alcançados.

Para exemplificar isso o autor apresenta o jogo do dilema dos prisioneiros e o conceito do aproveitador². Nestas explicações ele mostra-se incrédulo quanto às possibilidades de indivíduos isolados engajarem-se numa ação conjunta para fortalecer ou defender sua situação. Pois, segundo ele, alguém que não pode ser excluído de obter os benefícios de um bem coletivo tem pouca motivação para contribuir voluntariamente para o fornecimento desse bem, já que este será produzido pelos demais indivíduos (OSTROM, 1990). Frente ao exposto, Hardin (1968) considera que as únicas alternativas para solucionar isso seria por meio da regulação estatal ou pela privatização.

Assim, uma das justificativas apresentadas para a eliminação da propriedade comunitária de florestas advém do argumento de que “a propriedade individual ou pública aumentaria a eficiência do uso e da proteção de longo prazo de recursos naturais” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 80). No entanto há, segundo estes autores, vários exemplos em que a substituição dos regimes de propriedade comum não tem sido efetiva em promover manejos sustentáveis de recursos. Ao invés disto, em muitos casos, o que tem ocorrido é a conversão de “proprietários conscientes em caçadores ilegais, ampliando assim a degradação que se pretendia prevenir” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 80).

Além do que, os regimes de propriedade privada, sobretudo no caso da ação de grandes grupos econômicos, não têm conseguido sustar o agravamento dos fenômenos de degradação sócio-ambiental, a exemplo dos processos de erosão dos solos e contaminação de recursos hídricos (DIEGUES, 2002). No caso da ocupação da Amazônia, o próprio Estado criou políticas e mecanismos de incentivos fiscais que acabaram contribuindo para o agravamento desses processos destrutivos (DIEGUES, 2002).

Ao contrário disso, no mundo inteiro tem-se analisado um número considerável de formas comunitárias de acesso a espaços e recursos as quais têm viabilizado modalidades de utilização adequada e sustentável dos recursos naturais e, concomitante a isso, desenvolvem-se modos de vida, os quais segundo Mccay e Acheson (1987) são considerados socialmente mais equitativos. Para estes autores o que tem ocorrido com maior frequência é a “tragédia dos comunitários”, que são expulsos de seus territórios tradicionais em consequência da

² O termo aproveitador refere-se ao indivíduo que logra de benefícios e/ou lucros a partir das conquistas do coletivo ou de outrem, isto é, tira proveito sem que contribua de alguma forma com tal conquista/benefício (Schmitz, 2007, material exposto em aula).

hegemonia exercida pela grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos de desenvolvimento (DIEGUES, 2002).

No caso do Brasil³, ainda há em várias regiões e ecossistemas uma variedade de formas de acesso comum a espaços e recursos naturais que por muito tempo foram desconsideradas e até ignoradas pelas formas de apropriação dominantes, seja pela grande propriedade privada, seja pela pública (DIEGUES, 2001a; 2002). Para este autor, apesar dos pressupostos de Hardin (1968) acerca da “tragédia dos comuns”, a apropriação de espaços e recursos naturais de uso comum, tem-se revelado adequada para o uso sustentado dos recursos naturais por um longo período de tempo. Isto tem sido possível, segundo ressaltado por Diegues (2002), devido à existência de regras e valores consuetudinários, da lei do respeito e de uma teia de reciprocidades sociais em que o parentesco e o compadrio ostentam um papel fundamental.

Partindo de exemplos concretos em que o uso comum de determinado recurso tem alcançado sucesso, Feeny et al. (2001) e Ostrom (1990) argumentam que as explicações de Hardin (1968) sobre a “tragédia dos comuns” são muito deterministas e diretas. Para aqueles autores, os regimes de propriedade comum podem ou não falhar e Mckean e Ostrom (2001) ressaltam que alguns desses tipos de regime, possuem pontos bastante negativos.

Segundo esses mesmos autores, em trabalhos mais recentes publicados em 1994, Hardin retificou sua visão superficial, passando então a distinguir recursos comuns não manejados e recursos comuns manejados. No primeiro caso, os recursos comuns estariam sujeitos à tragédia devido à ausência de proprietários. Já no segundo caso, os proprietários a partir de “direitos de propriedade” podem, segundo analisa o autor, “prevenir usos inadequados”. Frente a isto, a tragédia dos comuns passou a ser associada ao problema da ausência de direitos de propriedade ou de regimes de manejo e não mais ao “compartilhamento do uso dos recursos”, isto é, o uso comum.

Após analisar vários sistemas de uso coletivo de bens comuns, Ostrom (1990) desenvolveu princípios de funcionamento para aqueles sistemas mais duradouros. Segundo a autora, é necessário que haja algumas condições para motivar as pessoas a buscarem soluções comuns com o intuito de melhorar sua produtividade em longo prazo, dentre as quais:

“Existir um interesse comum, em geral, econômico; ter possibilidade de se organizar e determinar as regras para a sua própria gestão de bens comuns; ter conhecimento dos recursos em questão; não haja um ator dominante que por si mesmo possa

³ Ver Schmitz; Mota; Silva Junior (2006); e Yu (1988).

impedir a ação coletiva; que as definições de um arranjo institucional sejam bem claras, tanto do sistema de recursos como a dos participantes; haja monitoramento regular, sanções gradativas contra desviantes e instâncias de fácil acesso para a resolução de conflitos. Além disso, as atividades devem ser integradas num conjunto de regras gerais compatíveis com as normas e valores dos envolvidos (OSTROM, 1990)."⁴

Para Mckean e Ostrom (2001, p. 83) uma das vantagens da gestão comunitária ou coletiva é a “maneira de parcelar o fluxo de ‘rendas’ da colheita (o lucro) de um sistema integrado de recursos sem que haja parcelamento do capital em si”. O que seria, segundo esses autores, bastante vantajoso em “situações onde o manejo de um sistema de recursos é mais produtivo, quando este fisicamente se caracteriza como uma unidade coesa, ao invés de ser constituído por partes descoordenadas” (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 83). O que certamente contribuiria para que sistemas de recursos naturais fundamentalmente interativos (como, por exemplo, florestas controlam fluxos hidrográficos, espécies são interdependentes) fossem mais produtivos enquanto unidades maiores, isto é, maior rendimento produtivo quando comparado ao de parcelas individuais (MCKEAN; OSTROM, 2001).

Além disso, em alguns casos, como o dos oceanos e estratosfera que não podem ser delimitados, ou quando os recursos em questão tiverem a necessidade de movimentarem-se por amplos territórios, como é caso do ar, água, peixes, vida selvagem, as características físicas de determinado recurso o torna inacessível a divisões ou demarcações físicas e, nesses casos, tais recursos têm que ser manejados em grandes unidades (MCKEAN; OSTROM, 2001).

Segundo Castro (1997) as populações humanas que concebem a terra como um bem comum, definem regras consuetudinárias que geralmente se sustentam por meio de práticas de manejo em que os direitos e responsabilidades sobre tais recursos são divididos entre os pertencentes a tal população. Desta forma, a propriedade comum não se caracteriza pelo livre acesso a todos, mas sim pelo acesso limitado a um grupo específico de usuários que reconhece essas práticas e as respeita.

Essas regras fazem parte do que Ostrom (1990, p. 91) denominou de instituições, o que ela definiu ser: “um conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias e a distribuição de benefícios”. Autores como Diegues (2002) e Almeida (1989), também fazem referência a esses conjuntos de regras ou “arranjos institucionais” como é definido por aquela autora.

⁴ Schmitz, 2007, usando as idéias de Ostrom (1990). Material exposto em aula.

Além dos “arranjos institucionais”, outros dois fatores são pertinentes aos resultados do manejo de determinado recurso natural: a natureza do recurso e o regime de propriedade a que esse recurso esteja submetido. Segundo Feeny et al. (2001) a natureza do recurso é definida por duas características: a “exclusividade” e a “subtração”. A exclusividade diz respeito à dificuldade ou até impossibilidade de excluir potenciais usuários ou controlar o acesso dos mesmos. Já a subtração refere-se à capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da prosperidade do outro, neste caso "o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração do outro usuário" (FEENY et al., 2001, p. 20). Assim, poder-se-ia definir os recursos comuns, segundo o autor, como sendo uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração.

Com relação aos regimes de propriedade, o autor apresenta quatro regimes de direitos de propriedade no âmbito dos quais os recursos de propriedade comum podem ser manejados, mas que devem ser apreendidos, segundo ele, como tipos analíticos ideais, como: o livre acesso, a propriedade comunal, a propriedade privada e a propriedade estatal, de forma que esses tipos complementam-se entre si, podendo também haver sobreposição e combinações conflitantes de categorias, além de variações em cada um deles (FEENY et al., 2001).

Nas análises de Feeny et al. (2001) a respeito desses regimes de propriedade, os regimes de acesso livre são aqueles em que não há direitos de propriedade bem definidos, o acesso ao recurso não é regulado e é aberto a todos. Diferentemente, nos regimes de propriedade comum o recurso é apropriado por uma comunidade de usuários bem definidos e são estes usuários quem regulam o uso e acesso a ele. No caso da propriedade privada os direitos de acesso e uso do recurso pertencem a um proprietário individual ou a uma corporação, que podem repassar seus direitos a outrem. E, no caso da propriedade estatal, o recurso é controlado por um governo central (quer no âmbito nacional, regional ou local), sendo o Estado o regulador do acesso e uso do mesmo.

2.2 A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: UM OLHAR ESPECIAL SOBRE O EXTRATIVISMO

Analisados os modos de acesso aos recursos, foi necessário entender a relação homem e natureza, particularmente quanto ao extrativismo, visto que esta atividade constitui-se em uma das principais formas de relação das famílias com a floresta.

Iniciei pela reflexão de Barros (2004), para quem ao longo do tempo os seres humanos têm desenvolvido diferentes relações com a natureza. Para as análises a esse respeito, o autor baseia-se em estudos de Kluckhohn (1953) e apresenta três orientações distintas e contrastantes, que segundo este autor, constituíram-se no desenrolar da história. A primeira orientação teve sua origem nas sociedades medievais, nas quais a natureza era considerada como “uma coisa muito perigosa”, à qual o ser humano encontrava-se subjugado. A natureza era vista como uma entidade do mal, “algo onipotente” e a humanidade incapaz de entender seus fenômenos. Nesta perspectiva, o mundo natural seria inexplicável e seu manejo algo impossível de se realizar.

Na segunda abordagem o ser humano é visto como sendo o dominador da natureza, isto é, sua posição é superior em relação ao mundo natural. As raízes desta abordagem encontram-se nas sociedades ocidentais, durante o período da revolução científica e industrial. Segundo Barros (2004, p. 5) a própria Bíblia corrobora com esta idéia, como pode ser visto nos escritos de Gênesis, em que Deus deu ao ser humano o poder de domínio sobre a natureza: “Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que arrastam sobre a terra...”. Desse ponto de vista, o homem e a natureza seriam entidades distintas, em que ela existiria para servi-lo.

Na terceira orientação o ser humano é visto como sendo parte intrínseca da natureza. Nesse caso, não existe a separação entre os seres humanos e o ambiente natural, isto é, “somos na verdade parte de um complexo único e interconectado com o cosmos”. No entendimento de Barros (2004, p. 8) algumas populações humanas, como os índios, pescadores, ribeirinhos, entre outros, mantêm uma relação com a natureza de “forma harmônica”. Segundo ele esse fato ocorre justamente porque essas populações “conhecem os valores dos recursos naturais disponíveis, elas olham para a natureza como sendo parte dela e não como seus donos” (BARROS, 2004, p. 8).

Estas considerações são bastante pertinentes, sendo, no entanto, necessário ponderá-las para evitar o que Diegues (2001b) denominou de “o mito do bom selvagem”, em que o discurso a respeito de tais populações e sobre sua relação com a natureza tem sido feito de maneira muito romântica e pouco crítica. Adams (2000) discute a necessidade de haver uma nova abordagem interdisciplinar para as análises a respeito dessas populações, as quais em sua opinião têm sido vinculadas a imagem do “bom selvagem”. Advertindo esta vinculação, Simonian (2000, p.15) ressalta que na relação entre as populações indígenas e não indígenas e

os recursos naturais “nem tudo tem sido harmonia”, principalmente quando as “pressões demográficas tendem a aumentar”.

No livro “A ideologia Alemã”, Marx e Engels (1986, apud WITKOSKI, 2007) discutem que o homem está no cerne da natureza. Para esses autores, o que fundamenta a relação homem e natureza e a dos homens entre si é o trabalho, mediado pela própria natureza. Partindo disto, Witkoski (2007) avalia que a relação do homem com a natureza “só se efetiva, torna-se real, na medida em que o homem, pela sua ação, intervém nela” (WITKOSKI, 2007, p.130). É, portanto, no ato de trabalhar que o “homem se apodera da natureza, fazendo dela algo que lhe pertence, algo que lhe é inerente”. Através desse trabalho “o homem realiza a apropriação do que lhe é útil, criando assim um mundo objetivado” (WITKOSKI, 2007, p.130).

Dito de outra maneira, “o trabalho comparece como um ato de mediação entre os homens e a natureza e o resultado disso é a transformação da natureza e a transformação do homem, simultaneamente” (WITKOSKI, 2007, p.131). Assim, ao conferir outro significado à natureza, o homem cria o que o autor denomina de “segunda natureza”, isto é, nada mais é do que sua própria cultura. Por isso, segundo ele, não podemos compreender a história da natureza sem a história do homem, pois a natureza e a história são dois aspectos distintos e complementares da existência humana e, por isso, não devem ser compreendidos separadamente.

Para o referido autor qualquer análise a respeito da natureza sem ater-se a essa compreensão, obter-se-ia no máximo a ‘evolução’ como

“um fenômeno natural, biológico, e ocorre sem consciência e sem liberdade, independentemente da vontade dos homens. Já a história, que é socialmente contraditória, é marcada pela inserção do homem em uma dada situação, em que há consciência e liberdade, e a sua capacidade de superação”. (WITKOSKI, 2007, p.133).

Sendo assim, qualquer análise acerca das relações dos seres humanos com a natureza remete-se, pois, ao entendimento de suas próprias histórias.

Parece-nos pertinente resgatar aqui as reflexões feitas por Sodré a respeito da relação homem/natureza. Para essa autora, esta relação deve ser entendida como a consequência de uma história construída ao longo das gerações, o que compreende também, as relações sócias estabelecidas, isto é, construída tanto pelo ambiente físico e humano como também pelo político, social e cultural.

Partindo disso, poder-se-ia então evitar os riscos de valorizar ou reificar as especificidades ou singularidades comportamentais que nem sempre existem em dada população, negando a idéia de que “os comportamentos são naturalizados ou naturalizáveis” (NEVES, 2005a, p. 103). Esta compreensão foi fundamental para analisar as relações que a comunidade aqui estudada estabelece com a floresta frente às mudanças que ocorreram nos últimos anos no extrativismo⁵.

Definido por Benjamin (2003, p. 31) como sendo “a coleta dos produtos da floresta”, o extrativismo vem sendo realizado desde os primórdios da humanidade e tem garantido, ao longo dos tempos, a sobrevivência das populações que residem em áreas de florestas. É o caso das famílias que vivem nas florestas da região Amazônica, para quem as atividades extrativistas têm sido, há muito tempo, atividade principal e/ou complementar (ALLEGRETTI, 1996; BENJAMIN, 2003, e SIMONIAN, 2000), razão pela qual estes autores se opõem às análises de Homma (1993) a respeito do que o extrativismo “está fadado a desaparecer”, e ressaltam que as análises sobre isso não podem ser realizadas exclusivamente em termos econômicos, já que elas também desempenham uma função social e ambiental.

A visão de que o extrativismo é uma forma arcaica de exploração de recursos naturais, cuja extinção pode ser prevista com segurança tem sido criticada por vários autores. Benjamin (2003), Lescure, Pinton e Empeaire (2002) afirmam, ao contrário, que esta atividade pode ser mantida no âmbito de qualquer modelo de desenvolvimento de uma dada sociedade. Com relação ao extrativismo animal, o uso de animais silvestres, destinados a diversos fins como a alimentação, atividades culturais, comércio de animais vivos, e possivelmente uma múltipla combinação destes fatores, tem se constituído além de uma importante fonte de proteína animal (TRINCA; FERRARI, 2006), também, para algumas populações que deles dependem, representa *status* sociais, permeados de símbolos e simbologias.

Além do uso dos animais silvestres, a floresta constitui-se fonte imprescindível para que as populações locais desenvolvam seus cultivos agrícolas, pois é através da biomassa existente na floresta que realizam sua agricultura, que é itinerante, conhecida também como corte e queima (HURTIENE, 2005). Esse sistema de uso da floresta baseia-se na utilização dos nutrientes acumulados na vegetação disponível, os quais são “liberados” durante a queima

⁵ Termo que é, em geral, utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral, animal ou vegetal. Neste trabalho, entende-se por extrativismo o uso dos recursos da floresta, quer para a obtenção de caça quer para a realização de roças, tendo em vista que estas utilizam a biomassa vegetal existente na floresta.

dessa vegetação, aumentado assim a fertilidade do solo a ser cultivado (LEAL, 2002 e FELIPIM; RESENDE; RIBEIRO, 2000).

Ao tratar das especificidades da Amazônia, Rêgo (1999, p. 4) enfatiza que certas populações que habitam as regiões de florestas constituem uma relação harmônica com a natureza, principalmente porque dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver. O que é possível, segundo ressalta esse autor, devido a essas populações terem um “modo de vida e uma cultura diferenciados” em função do relativo isolamento e da forte influência do meio natural. Além do fato de que essas populações apreendem a realidade e a natureza baseado não só em experiências e racionalidade, mas também em valores, símbolos, crenças e mitos (RÊGO, 1999).

Analisando o extrativismo nas áreas litorâneas do Estado de Sergipe, Mota e Pereira (2006, p.04) indicam que é a dependência dos recursos naturais que faz com que as populações que ali residem desenvolvam práticas que consistem em uma simbiose homem/natureza, baseadas em valores, símbolos, crenças e mitos, resultando em “sistemas de manejo de baixo impacto cujas atividades apóiam-se no trabalho familiar ou comunitário e em práticas e saberes construídos socialmente e repassados de geração a geração pela oralidade e demonstração”.

No entanto é possível, segundo esses autores, que o equilíbrio da relação entre essas populações e a natureza seja “quebrado” em razão da “desproporcionalidade entre ‘oferta’ ambiental e os coletores”, a exemplo disto citam os casos que vem ocorrendo nos litorais de Alagoas e Pernambuco. Nestes exemplos, “a privatização dos campos praticamente fechou as possibilidades do extrativismo e as áreas de livre acesso sofrem profundas degradações” (MOTA; PEREIRA, 2006, p. 04).

Em artigo sobre a “Ocupação e desmatamento no Alto Moju *versus* conservação e mudanças no uso de seus recursos naturais” Mota et al. (2007) descrevem que a população residente desde 1950 na região do alto Moju (Nordeste Paraense), tem abandonado algumas práticas extrativistas, principalmente, em decorrência da escassez de floresta. Neste caso, a população tem constituído novas estratégias de sobrevivência, passando a investir mais na agricultura. O que, segundo eles, coloca em risco a sobrevivência e reprodução social das famílias que ali residem devido à forte dependência que elas têm dos recursos da floresta.

Diante do exposto por esses autores, convém ressaltar as considerações de Godelier (1984, apud DIEGUES, 2001b, p. 63) a respeito de que “nenhuma ação intencional do homem sobre a natureza pode começar sem a existência de representações, de idéias que de algum modo, são somente o reflexo das condições materiais de produção”.

Para Medina (2003), os valores que uma comunidade atribui aos recursos da floresta são constituídos mediante as representações que ela tem da importância desses recursos e também do contexto em que estas representações são construídas. É a partir desses valores que se pode compreender a racionalidade de suas decisões. Este autor chama atenção para o fato de que muitos moradores da floresta podem estar decididos a destinar-lhe quaisquer usos, ainda que reconheçam sua importância, no caso de estarem frente a uma opção que esteja dentro de seu alcance e se as circunstâncias os levam eles poderão até mesmo retirá-la de “cena”.

Destaca-se por fim, que os estudos sobre florestas e comunidades, segundo Menezes (2002), dilatam-se no sentido de encontrar formas eficientes para que a relação do homem com a floresta seja mais adequada para ambos.

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR

É interessante observar que os entrevistados informaram que no passado se autodenominavam lavradores e extrativistas. A primeira autodenominação foi mudada mais recentemente para agricultores familiares por influência de diferentes atores externos (como por exemplo, INCRA e STR de Moju). Por este motivo considerei agricultura familiar como uma categoria central nas minhas reflexões.

Wanderely (1999) indica que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, bem como não corresponde a uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, reconhece que sua utilização assume “ares de novidade e renovação” com o significado e a abrangência que lhe tem sido atribuída nos últimos anos no Brasil.

A autora ressalta que a partir da utilização mais recorrente do termo, os estudos especializados deixaram de mencionar com a mesma frequência de antes termos como campesinato, agricultor de subsistência, pequeno produtor, sintetizando-os assim com a denominação de agricultores familiares.

A agricultura familiar refere-se a uma forma de organização produtiva, cujos critérios que orientam as decisões com relação à exploração agrícola não consideram apenas a produção/rentabilidade econômica, mas também os objetivos da família e suas necessidades. Isso se contrapõe ao sistema patronal, visto que neste há total separação entre gestão e trabalho.

A íntima relação que há entre unidade de produção e unidade de consumo (WANDERLEY, 1993), como bem retratado em Heredia (1979) é uma das mais importantes características da agricultura familiar. Assim, as famílias são ao mesmo tempo detentoras dos meios de produção (via diferentes relações) e responsáveis pela execução dos trabalhos no estabelecimento produtivo (NEVES, 2007). Essa peculiaridade, segundo Wanderley (1999) tem consequências fundamentais para a forma como são tomadas as decisões econômicas e sociais.

Para definir o que seja a agricultura familiar, a maioria dos trabalhos considera conjunta ou isoladamente a: mão de obra utilizada, o tamanho da propriedade, direção dos trabalhos e renda gerada pela atividade agrícola. Entretanto, o reconhecimento de que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e é quem assume o trabalho no estabelecimento, tem sido um elemento comum à maioria deles.

Por ser uma agricultura em que a produção tem relação direta com a estrutura familiar, as condições de produção, segundo Neves (1999, p.25), diferenciam-se em “face do momento do ciclo de vida biológico e social da família, da sua composição social e das virtualidades do uso da força de trabalho familiar segundo o sexo e a idade”.

Apesar dessa compreensão, a agricultura familiar é uma categoria necessariamente genérica (WANDERLEY, 1999). Isso porque, sua combinação entre propriedade e trabalho apresenta no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais. Sendo assim, as explorações familiares agrícolas não podem ser tratadas de forma unívoca (LAMARCHE, 1993), pois segundo este autor, elas não constituem um grupo social homogêneo, mas sim diversificado.

Os sistemas de produção em uso variam de uma região para outra e no interior de uma mesma região, fato que ocorre devido às diferentes combinações de uso da terra, dos meios de produção e da força de trabalho (WANDERLEY, 1999). Além disso, é possível em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento constatar a sua diversidade segundo as condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc.) (LAMARCHE, 1993).

Devido apresentar tamanha diversidade as lógicas produtivas configuram-se bastante desiguais, traduzindo-se em diferentes estratégias familiares de produção e reprodução, em respostas a inúmeras situações, contextos e também pelas vivências e experiências acumuladas (WANDERLEY, 1999). Se para alguns casos a lógica principal da agricultura familiar é o autoconsumo, para outros a sua integração ao mercado apresenta diferentes graus de envolvimento.

Diferentes estudos ressaltam que essa integração está sendo cada vez mais eminente, o que remete aos agricultores a crescente necessidade de decisão correta no que produzir para comercializar, sob pena de fracasso, condicionando-os assim a maior subordinação ao capital (SOUSA, 2002).

2.4 O ASSENTAMENTO COMO ESPAÇO DE TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Adentrar nas reflexões sobre “assentamento” foi extremamente necessário devido ser esta a atual condição que as famílias vivenciam na sua relação com a terra. As questões mais relevantes que considere e tratei aqui, perpassam pelo resgate histórico da gênese dos assentamentos, por sua formação socioespacial e, principalmente, pela relação dos assentados com a terra, tanto no sentido jurídico, sem, é claro, aprofundar o tema, tendo em vista os limites de minha formação, quanto no sentido da concepção que os assentados têm dessa relação.

Segundo Bergamasco (1994) o termo “assentamento” foi utilizado pela primeira vez no âmbito jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária na Venezuela em 1960. No caso do Brasil os assentamentos surgiram durante a década de 1970 através da desapropriação⁶ de imóveis rurais, por meio do qual o governo pretendia “fixar” os grupos e aliviar as tensões sociais decorrentes da demanda por terras (LEITE, 2005), existentes desde a década de 1950 (MARTINS, 2000).

Ao tratar sobre isso, Carmo (2005, p. 229) descreve que os assentamentos “constituem a forma *sui generis* que o Estado brasileiro encontrou para realizar a reforma agrária em resposta às pressões dos movimentos sociais na militância pela posse da terra”. Constituem-se, na grande maioria, a partir de conflito social⁷, ao que Neves (1999, p.02) atribuiu serem os assentamentos, respostas pontuais às pressões dos trabalhadores pela “posição social de titular de lote de terra”. E é a partir de então que o direito da posse definitiva de uma terra lhe é

⁶ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) /INCRA (S/D, p. 14) a desapropriação tem a finalidade de “promover a transferência compulsória ao patrimônio público de determinado imóvel de domínio privado e visa promover a justa distribuição da propriedade ou para condicionar o seu uso ao bem-estar social”.

⁷ Segundo Glasl (1997, apud SCHMITZ; MOTA; SILVA JUNIOR, 2006), o conflito social é definido como “uma interação entre atores na qual pelo menos um ator vivencia incompatibilidade no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro” .

assegurado (LEITE et al., 2004), devendo cumprir a sua função social em concordância ao Estatuto da Terra de 1964.

Analisando a contribuição dos autores que tratam sobre o tema da formação dos assentamentos no Brasil, avalio que três pontos merecem destaque. O primeiro refere-se à grande diversidade de atores envolvidos na implantação dos mesmos, entre os quais: assalariados, posseiros, arrendatários, pequenos produtores, seringueiros, trabalhadores urbanos excluídos do mercado de trabalho, remanescentes de quilombos, parceiros, quebradeiras de coco, castanheiros, trabalhadores sem terra, ribeirinhos, proprietários de terra, empresários do setor agropecuário e da agroindústria, igreja, sindicatos patronais e de trabalhadores, movimentos sociais, Estado, etc. (NEVES, 2005b e MEDEIROS; LEITE, 1999).

O segundo ponto diz respeito à diversidade de cada grupo familiar, suas trajetórias e as redes de relações a que pertencem (D'INCAO; ROY, 1994). O terceiro é acerca da caracterização que diversos autores (GUIMARÃES, 2005; MEDEREIROS; LEITE, 1999; MEDEREIROS; LEITE, 2004 e NEVES, 2005b) têm realizado sobre o assentamento no sentido deste não ser uma realidade estática, mas dinâmica. Conclui-se então, assim como esses autores, que os estudos sobre os assentamentos devem partir da compreensão de que eles são “ao mesmo tempo ponto de chegada de um processo de luta por terra e ponto de partida para a viabilização efetiva de um novo território” (GUIMARÃES, 2005 p. 288). Nesse “novo território” surgem vários confrontos e pressões (ALY, 2005, p. 175) e, no qual as famílias assentadas reconstituem suas estratégias de sobrevivência.

Ressaltamos aqui as idéias de Neves (1999, p. 2) de que o assentamento constitui “uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns”. Para a autora no espaço do assentamento acontecem rupturas nas posições sociais e, por consequência, nas relações de poder e na visão de mundo dos assentados, tendo-se com isto, as mais diversas implicações. Além disso, segundo essa autora, nas análises realizadas acerca dos assentamentos, estes têm sido tratado pelos autores “hora como processo social, hora como unidade territorial, ou ainda, como ambas” (NEVES, 1999, p. 1-2). Nas análises deste trabalho, trato o assentamento como no último caso apresentado pela autora, por considerar mais coerente adotar a noção de ambas as perspectivas.

As abordagens a respeito das trajetórias dos assentados e sobre a produção de novas identidades constituídas a partir do assentamento têm desmistificado a visão romântica e profundamente imbricada na imagem de que há um “certo comunitarismo” no plano interno

desses assentados (SOUSA, 2002), e revelado que o que há de fato são tensões inerentes aos processos sociais (MEDEIROS; LEITE, 1999).

Segundo Martins (2003b) o acesso a terra por meio do assentamento promove mudança de mentalidade do “assentado”. Para esse autor, os assentados, proprietário de terras e protagonista de um direito, são sujeitos submetidos às tensões inerentes à expressão “proprietário de terra”, e adverte para que qualquer análise a respeito disso não seja generalizada, mas fundamentada a partir do conhecimento da vivência, isto é, diante das práticas cotidianas e do modo como o assentado experimenta as alterações da situação social promovida pelo assentamento. Razão, entre outras, pela qual a instituição de assentamentos recebe o atributo de “processos sociais complexos” (NEVES, 2005b, p. 80).

Concordo com o autor a respeito de que o acesso a terra via assentamento incide em mudanças na mentalidade dos assentados, bem como com o que ele pondera a respeito das análises sobre isso, visto que os assentados da reforma agrária possuem histórias tão diversificadas de relação com a terra, alguns deles nunca nem tiveram vivência no campo, e por isso seus projetos de vida com o ingresso no assentamento divergem, uns dos outros.

Em suas análises acerca da relação dos camponeses com a propriedade da terra, isto é, sobre como o camponês concebe a propriedade da terra, Musumeci (1988) enfatiza duas abordagens que versam, de forma antagônica, a esse respeito. Uma, conforme exposto pela autora, considera que a terra representa para o camponês “apenas um meio de produção, um instrumento para a realização do trabalho familiar e para a apropriação dos frutos desse trabalho” (MUSUMECI, 1988, p. 32), como encontrando em Mourão (1976), Martins (1981), e Sabóia e Magalhães (1979) (citados por MUSUMECI, 1988, p. 32-33). Já a outra abordagem considera que o camponês a concebe do ponto de vista da “lógica jurídica e mercantil, que tem como núcleo a propriedade privada da terra” (MUSUMECI, 1988, p. 35).

Para essa autora não há uma “obrigação” de permanecer de um lado ou de outro, mas sim entender a partir dos desejos de cada camponês como eles encaram a terra. Se eles a concebem exclusivamente como meio de produção que se incorpora ao processo produtivo mediante o trabalho familiar, ou se a concebem como bem coletivo, sujeito ao trabalho privado, mas não à propriedade privada.

No primeiro caso Musumeci (1988, p. 69-72) apresenta uma sólida análise acerca do “mercado paralelo” dos direitos. Sua interpretação é a de que a terra “pode ser representada e valorizada como mercadoria, independentemente, até da sua incorporação imediata ao processo produtivo”. Para exemplificar a esse respeito cita Foweraker (1982) ao tratar dos “desbravadores de mato”. No entanto, conforme sugere a autora poder-se-ia permanecer

“sustentando que a lógica e as reivindicações espontâneas do posseiro da Amazônia não incluem o desejo de acesso à propriedade privada” e que ele somente se submeteria a “lógica capitalista enquanto arma de defesa no confronto com os grandes proprietários e grileiros” (MUSUMECI, 1988, p.47). Para ela, se o camponês tivesse na essência a visão da terra como um bem coletivo, sujeito ao trabalho privado e não à propriedade privada, como afirma Martins (1981, citado por MUSUMECI, 1988, p. 47), se realmente seu desejo fosse

“manter a terra liberta, sem donos de qualquer espécie; se querem ter direitos apenas sobre os frutos do seu trabalho, e não sobre a ‘terra em si’; se é este o sistema que de fato praticam antes de confrontar-se com a ‘frente capitalista’, sua relação com a terra vai efetivamente contra a noção dominante de propriedade, pois mesmo no seu ‘pólo camponês’, a legislação vigente determina que, para ter direito a terra em que trabalha, o posseiro deverá, mais cedo ou mais tarde, convertê-la em propriedade privada, legitimando judicialmente a posse” (MUSUMECI, 1988, p. 47-48).

Nesse sentido, a autora problematiza então que a própria reforma agrária distributivista poderia entrar em conflito com as reivindicações e os objetivos mais autênticos dos posseiros, e se assim fosse, ela estaria servindo como instrumento da expansão capitalista no campo e não para atender aos reais anseios do campesinato. Por fim, a autora reavalia e sugere que o que se deve é saber ao certo quais são os reais anseios que têm as tantas famílias de posseiros de todo o Brasil. Segundo a autora, o que se precisa entender antes de afirmar as intenções e perspectivas, verdadeiras ou não, que os camponeses têm em relação ao uso e à propriedade da terra, é se todos têm idênticos anseios e reivindicações, se têm idênticas concepções e objetivos e se têm idênticos desejos e projetos com relação à reforma agrária.

Em seus estudos sobre a concepção da propriedade de terras em assentamento rurais Elias (2003) concluiu que os assentados mesmo detendo apenas o título de domínio ou de concessão de uso, isto é, sem deterem o título definitivo de seus respectivos lotes, o concebem como propriedade privada e é desta maneira que o tratam na prática.

Com relação à propriedade da terra dos assentamentos, Cunha e Nunes (2008) afirmam que há uma combinação de propriedade estatal (formalmente é propriedade do governo federal, sob a responsabilidade do INCRA) com propriedade comum ou coletiva (reserva legal, áreas de preservação permanente, pastagens coletivas, reservatórios de água, entre outros) e propriedade familiar (com direitos e deveres repassados às famílias assentadas).

Apesar das abordagens realizadas acerca da relação/concepção dos assentados e a terra, ainda havia uma questão que considerava relevante no contexto geral deste trabalho,

refere-se ao tratamento jurídico das terras de assentamento. Para isso, detive-me nas reflexões de Silva (2007), que em minha opinião são suficientes para o caso aqui estudado.

Segundo este autor, tanto a Constituição Federal (artigos 188 e 189), quanto a Lei 8.629/93, que disciplina o estatuto jurídico do assentado, apresentam duas formas de destinação das terras afetadas à reforma agrária, conforme posto no referido regime jurídico (artigo 189): “aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos” (SILVA, 2007, p. 01).

Conforme os art. 18 §2º, e 21 da Lei 8.629/93, citado por esse mesmo autor, têm-se a seguinte descrição:

“da implantação do projeto de assentamento, o beneficiário da reforma agrária firmará contrato de concessão de uso, devendo constar no instrumento os direitos e deveres das partes, algumas cláusulas resolutivas, a intransmissibilidade temporária, o compromisso de exploração direta e pessoal, bem como o direito de adquirir o bem” (art. 18, § 2º e 21).

Em outras palavras, partir da medição e demarcação do lote, o assentado passa a deter a outorga do título de domínio. Desta maneira, o assentado torna-se o dono, mesmo que lhe sejam conferidas condições resolutivas e cláusula de inalienabilidade (SILVA, 2007), e mesmo que não detenha a “propriedade plena”, mas apenas a “propriedade limitada e resolúvel”. A “propriedade plena” somente lhe pertenceria se ele detivesse as faculdades de usar, gozar e dispor, bem como o poder de reivindicar, conforme está previsto no art. 1.228 do Novo Código Civil (NCC). No entanto, por lhe faltar o “dispor”, o assentado detém apenas a propriedade que é dita “limitada”, o que não lhe retira “a qualidade de dono”, podendo, portanto, “usar e gozar como bem entender, desde que respeite a função social da propriedade e as cláusulas resolutivas” (SILVA, 2007, p. 3).

Em suas análises, Silva (2007, p.3) trata sobre o que representa juridicamente o termo resolúvel, significa dizer que “o título de aquisição de determinada propriedade está subordinado a uma condição resolutiva ou ao advento de um termo” e mesmo que haja a possibilidade de futura resolução da propriedade, o assentado é o legítimo proprietário do lote rural.

Então, considerando as análises do autor, com relação à questão jurídica do assentado com a terra a que foi beneficiado, tem-se a relação de concessão de uso sobre a qual informa que “é uma forma de uso privativo ou especial de bem público, assegurando-se ao concessionário o direito de explorar o bem com exclusividade” (SILVA, 2007, p. 3) ou ainda,

“uma vez concedido o título de domínio o assentado passa a ser proprietário do imóvel rural em sua totalidade, passando a incidir, a partir daí, a autonomia privada na administração do bem particular. Caberá ao Estado auxiliá-lo nesta administração, mas não poderá, de forma alguma, impor o modo de gerenciamento do patrimônio alheio” (SILVA, 2007, p. 3).

3 A TRILHA DA PESQUISA: O MATERIAL E O MÉTODO

“A mamãe só quer ficar perguntando e escrevendo as ‘coisas’, e a gente é quem tem que ficar ‘trabalhando’ (remando), não é pai? [...] Coitadinha da minha mãe, vive escrevendo textos, e depois se dana a corrigi-los. Muitas vezes durmo ouvindo seus livros preferidos ou mesmo outros que ela diz precisar ler. Outro dia, perguntei-lhe para que afinal esses textos, que ela chama de pesquisa, servirão?” (A.C. M., 5 anos, estudante).

Neste capítulo apresenta-se o caminho da pesquisa, isto é, sua construção metodológica. No decorrer do percurso, como mais adiante será apresentado, fez-se alguns (re)ajustes necessários para que a pesquisa fosse executada no tempo hábil. A base dessa construção esteve fundamentada nos pressupostos metodológicos de Guy Michelat (1985), Howard Becker (1994), Peter Mann (1973) e Roberto Cardoso de Oliveira (2000), sendo estes dois últimos os mais relevantes para a metodologia da pesquisa.

3.1 OLHANDO E REOLHANDO O CAMPO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na comunidade⁸ Santa Maria localizada no assentamento rural Olho D’Água II, município de Moju, nordeste paraense. A escolha deste assentamento foi em razão das mudanças que ocorreram no uso da floresta pelas famílias que ali residiam após a constituição do mesmo, quando o acesso às áreas de floresta que antes era comum tornou-se privado⁹ em lotes individuais. A seleção da comunidade Santa Maria deu-se por ser esta uma das três comunidades¹⁰ especializadas¹¹ no referido assentamento que apresenta o maior número de famílias nativas¹².

⁸ O termo comunidade aqui adotado refere-se tanto aos limites físicos ou geográficos quanto a vigência de determinadas relações sociais que se expressam através da identidade do grupo. Termo esse, pelo qual as famílias da amostra designam e limitam a área geográfica onde habitam, trabalham e convivem cotidianamente e onde se organizam preponderantemente através de relações de parentesco ou de relações personalizadas.

⁹ A partir da constituição do assentamento, em 2002, as famílias residentes adquiriram a Autorização de Ocupação e Uso da Terra, ocasião em que cada família obteve um lote, que em média é de 50ha, desde então autodenominam-se proprietários. Segundo o regime do assentado após a demarcação dos lotes os assentados detêm o título de domínio o que lhes garante a propriedade da terra, entretanto, não podem vendê-lo ou repassá-lo a terceiros.

¹⁰ Além da comunidade Santa Maria, existem nesse assentamento outras duas comunidades: Limoeiro e Monte das Oliveiras, todas já constituídas quando da implantação do mesmo, mas reconfiguradas após isso.

¹¹ Ver Milton Santos (1999).

¹² Assim denominadas por serem famílias que já habitavam a área desde muito antes da implantação do assentamento.

3.1.1 Um olhar mais amplo

A área onde atualmente configura-se o Projeto de Assentamento Olho D'água II é porção territorial do município de Moju (em destaque na figura 01) situado no estado do Pará, Oeste Amazônico. No idioma tupi Moju significa “rio das cobras” ou “caminho das cobras”. Esse município pertence a uma das regiões de colonização mais antigas desse Estado, embora somente institucionalizado definitivamente como unidade políticoadministrativa do território paraense em 1935 através da Lei nº 8 de outubro de 1935 (www.pt.wikipedia.org, 2007).



FIGURA 01: Localização do município de Moju, estado do Pará.

FONTE: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moju>

Apesar de localizar-se no Leste do Estado do Pará, para efeito econômico e administrativo, esse município está inserido na mesorregião do Nordeste Paraense, microrregião de Tomé-Açu, Zona Ecológica Econômica – ZEE Moju-Capim (SILVA; SILVA; SILVA, 2001). Sua superfície é de 9.681 km² e apresenta uma população estimada em 52.942 habitantes, sendo 33,3% residentes da área urbana e 66,7% da área rural (IBGE, 2000). Limita-se ao norte com os municípios de Barcarena, Abaetetuba e Acará. E faz fronteira, também, por todo o setor leste juntamente com Tailândia, que se estende até o seu setor sul, onde faz fronteira, com Breu Branco e Baião (ver figura 02), por fim, no setor oeste faz limite com Mocajuba e Igarapé-Miri (MELO et al., 2004).

Segundo Cayres e Segebart (2003, p. 256) o município de Moju “apresenta uma estrutura fundiária muito concentrada”. Essa afirmação pode ser constatada pela discrepância

que há entre a porcentagem de área ocupada por propriedades de até 100ha, as quais representam aproximadamente 70% dos imóveis cadastrados e ocupam apenas 13,88% e a porcentagem dos imóveis cadastrados cuja extensão é de 1.000 a 10.000ha, que é de aproximadamente 10,11%, mas que ocupam uma área de 79,22 %.

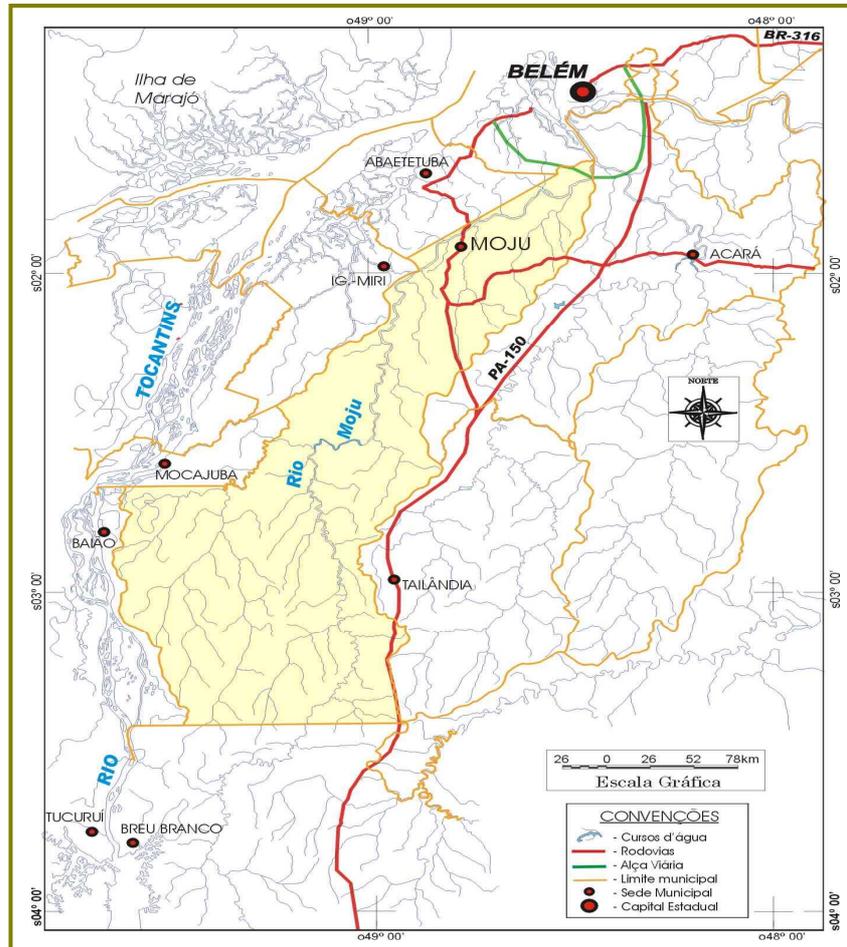


FIGURA 02: Limites do município de Moju

FONTE: Melo et al. (2004)

Outro grave problema fundiário que existe nesse município é o da grilagem de terras (CAYRES; SEGEBART, 2003). Esta afirmação é respaldada, segundo esses autores, pelos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que em 2001 apresentava um total de 2.425 imóveis rurais cadastrados e perfaziam uma área total de 1.195.578, 7ha, isto é, 227.478.7ha a mais que o tamanho do território mojuense. Fato este que lhe confere o título de ser um dos três municípios do estado do Pará com maior índice de grilagem, (CAYRES; SEGEBART, 2003).

Inserida nesse município, a área de 8.082ha que corresponde ao assentamento Olho D'Água II está situada no trecho das coordenadas 02° 17' 06'' e 02° 25' 33'' latitude sul e 48°

57°18'' e 48° 58'45'' longitude oeste. Distancia-se da cidade de Belém (PA) cerca de 260 km, cujo deslocamento é realizado em aproximadamente 4 horas de carro. Os limites desse assentamento são: a confluência do igarapé Maratininga com o rio Moju, ao norte; o rio Moju, a oeste; o igarapé Maratininga a leste e a sul uma “linha seca”¹³ que parte do igarapé Maratininga ao rio Moju (ver figura 03).

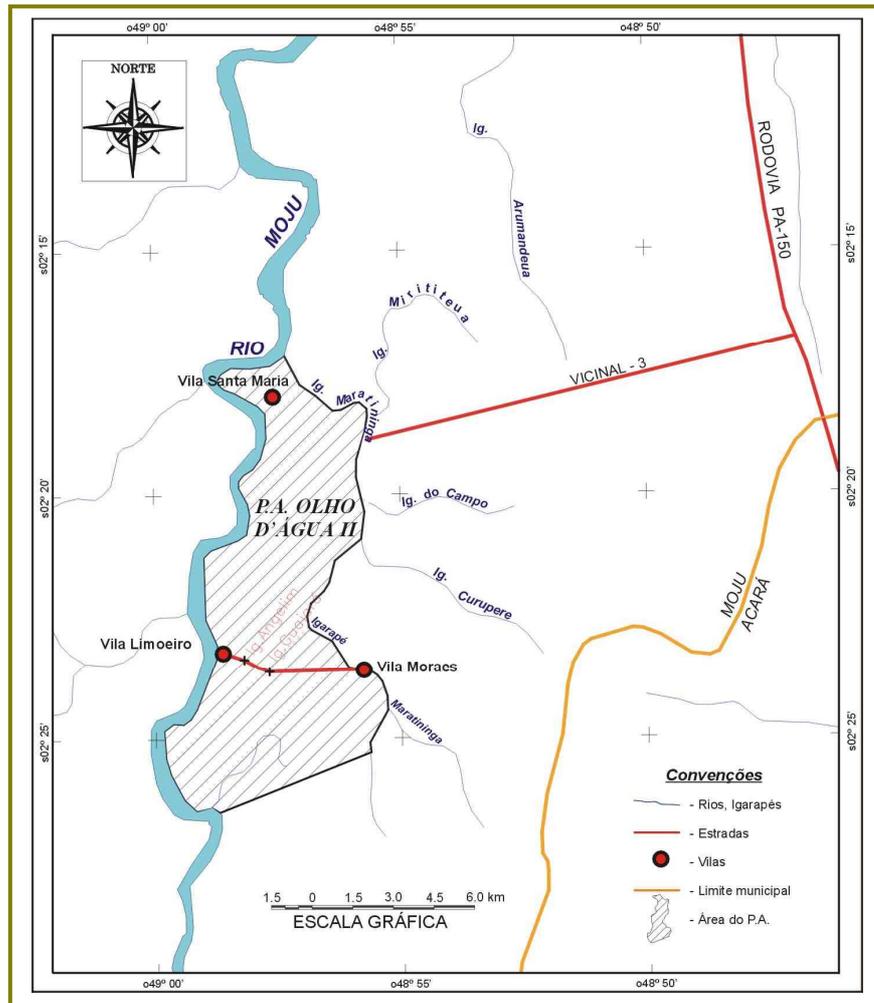


FIGURA 03: Limites do assentamento Olho D'Água II e da localização dos agrupamentos populacionais (agrovilas/vila).
FONTE: Melo et al. (2004)

A área total desse assentamento é provida por solo de terra firme (latossolo amarelo textura média) e por uma pequena¹⁴ quantidade de solo de várzea. A vegetação predominante é a de floresta primária, cujas principais espécies são maçaranduba (*Manilkara* sp.), castanheira-do-Brasil (*Bertholettia excelsa* Humb), açaí de touceira (*Euterpe oleoracea* Mart),

¹³ Uma área seca, de terras não alagadas.

¹⁴ Segundo informações pessoais dos funcionários do Departamento de meio ambiente do INCRA SR 01 essa área é aproximadamente 2/8 da área total do assentamento.

seringueira (*Hevea brasiliensis*) e ucuúba-da-várzea (*Virola surinamensis*), (MOREIRA, 2005; Pesquisa de campo, maio/2008).

O número total de lotes existentes no assentamento é de 156, nos quais a área de reserva legal foi então distribuída. Dessa forma, as únicas áreas comuns a todas as famílias são aquelas destinadas às agrovilas/vilas (ver figura 03) existentes em cada uma das três comunidades, sendo que na comunidade Santa Maria são poucas famílias (4) que residem na área, pois a maioria permanece e pretende permanecer residindo no próprio lote, onde já estão estabelecidas. Ao todo, residem 180 famílias especializadas nas três comunidades, isto significa que 24 dessas famílias apesar de não possuírem lote, residem no assentamento, e utilizam os recursos florestais ali existentes.

3.1.2 A Comunidade Santa Maria

A comunidade Santa Maria está situada nas coordenadas $02^{\circ} 18'00''$ de latitude sul e $48^{\circ} 57'34''$ de longitude oeste. Localiza-se no norte do assentamento Olho D'Água II, à margem esquerda do igarapé Maratininga, perfazendo uma área total de 2.529ha, a qual circunscreve o nordeste e uma parte do noroeste do assentamento (ver figura 03 e 04).

Segundo o cadastro oficial do INCRA existem nessa comunidade 46 lotes, os quais estão distribuídos da seguinte forma: 18 estão localizados na margem do rio Moju (ver figura 04), 03 na confluência do igarapé Maratininga com o rio Moju, e 25 na margem do igarapé Maratininga, situadas na região do médio e baixo Maratininga.

Ao todo residem na comunidade 42 famílias, das quais 32 são nativas e as demais, exceto três, residiam nas suas proximidades. Dos 46 lotes demarcados pelo INCRA, 38 foram destinados aos nativos, sendo que destes 02 estão desocupados (ver figura 04, lotes destacados em róseo), pois as duas famílias que residiam neles abandonaram a área, e 04 pertencem a filhos solteiros de famílias que também possuem lote. Dos demais lotes 01 foi destinado à vila (agrovila, figura 04, lote destacado em lilás) e os outros 06 pertencem a famílias que não são nativas (ver figura 04, lotes destacados em azul).

Segundo constatado localmente, existem dois lotes que foram desmembrados pelos respectivos proprietários e destinados a duas outras famílias (parentes) que recentemente se estabeleceram ali, sendo esses casos de total desconhecimento do INCRA. O quadro 01 apresenta as informações da situação dos lotes com relação ao cadastro no INCRA.

Total de lotes*	Cadastrados no INCRA		Não Cadastrados	
	Titulares	Filhos de maior idade	Titulares	Filhos de maior idade
45	8	1	33	3

* Exceto o lote da agrovila.

QUADRO 01: Situação dos lotes da comunidade Santa Maria com relação ao cadastro no INCRA.

A escolha dessa comunidade deu-se em razão de ser ela, como já dito, a que detém um maior número de famílias nativas quando comparada às outras duas comunidades que existem no assentamento. Optou-se então por realizar a pesquisa junto a todas as famílias nativas da comunidade que estivessem presentes durante a realização do trabalho de campo. Obtendo-se assim uma amostra de 28 famílias, sendo que em 04, um dos filhos de maior idade também detém um lote, e nestes casos, seu lote é considerado como uma extensão do lote de seus pais.

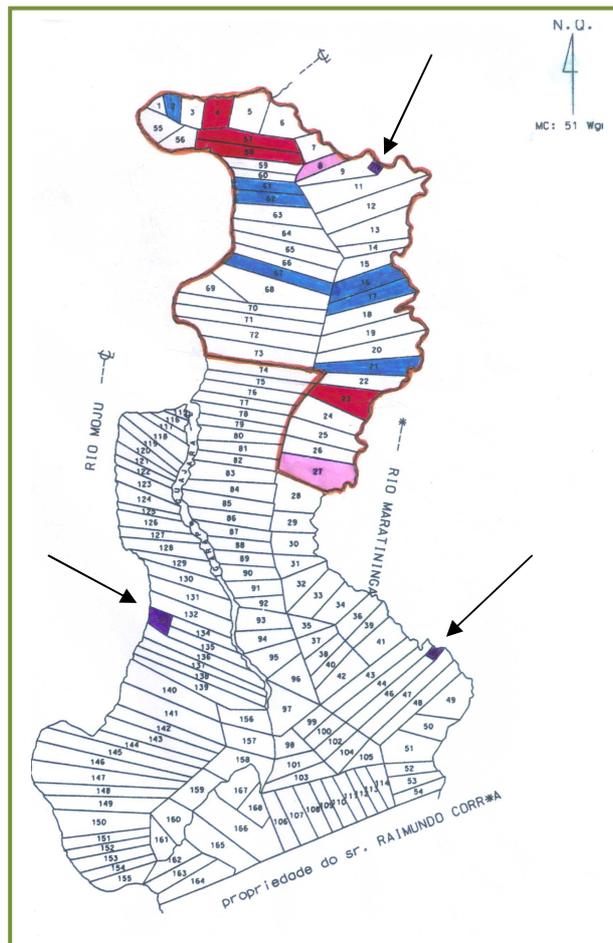


FIGURA 04: Assentamento Olho D'Água II. Em destaque os lotes da comunidade Santa Maria, e em lilás, os lotes correspondentes às três agrovilas/vilas (ver setas) do assentamento.

FONTE: INCRA/2008 e Pesquisa de campo.

Para a maioria dos entrevistados a aquisição da terra, que atualmente corresponde à área de seus respectivos lotes, se deu através do desmembramento de parte da terra dos seus

pais por ocasião da formação do novo núcleo familiar. Os demais casos ocorreram por meio de doações de terras de compadres ou da igreja evangélica (Assembléia de Deus), ou ainda, através do sindicato durante o final da década de 1980 e início da década seguinte, somente em três casos a aquisição ocorreu por meio da compra.

A insurgência da comunidade Santa Maria ocorreu em 1996 a partir da reivindicação da população em prol da construção de uma escola para atender as necessidades locais. Até esse período as famílias que residiam na margem esquerda do médio e baixo igarapé Maratininga faziam parte da comunidade Nossa senhora do Perpétuo Socorro, juntamente a outras famílias que residiam neste igarapé, da qual vieram a desagregar-se. No início de 2004, por intervenção do INCRA, as famílias que residem nas margens do rio Moju, pertencentes até então a outra comunidade, passaram também a fazer parte da comunidade Santa Maria.

A cobertura vegetal da comunidade Santa Maria ainda apresenta uma significativa quantidade de floresta primária. Entre as espécies nativas que compõem a flora local, as de maior incidência nessa comunidade são: o açaí de touceira, açaí solteiro (*Euterpe precatória*) a ucuúba-da-várzea, a andiroba (*Carapa guianensis*), a seringueira, a mamorana (*Paquira aquatica* Aubl), a marapuama (*Ptychopetalum olacoides*), o inajá (*Maximiliana maripa*), o bacuri (*Platonia insignis*), buriti (miriti ou muriti, *Mauritia flexuosa*), a bacaba ou bacabinha (*Oenocarpus spp.*). A maior parte da área da comunidade é provida por solo de terra firme e, segundo os entrevistados, todos os lotes apresentam solo de várzea (hidromórficos), numa variação de 10% a 100% da área total desses lotes.

3.1.3 Conhecendo a amostra: um breve perfil

No quadro 02 apresenta-se um breve perfil dos 28 entrevistados da amostra selecionada, sendo que na maioria dos casos, somente os homens participaram das entrevistas por serem considerados os principais representantes de suas famílias.

A maioria dos entrevistados possui idade entre 30 a 50 anos, conforme pode ser visto no quadro 02. Alguns possuem escolaridade de nível fundamental, em quase todos os casos apenas as primeiras séries. Os demais são analfabetos ou apenas assinam.

Essa situação assemelha-se às demais comunidades do meio rural, as quais estiveram desde muito tempo desprovidas do direito básico à educação formal. De forma análoga, a maioria desses entrevistados não tinha as documentações pessoais como certidão de

nascimento, RG, CPF, mas neste caso, além das dificuldades para obtê-las, representavam pouco valor de uso para eles. Devido a isso apenas 09 das 28 famílias da amostra foram oficialmente cadastradas no registro do INCRA, denominado de Relação de Beneficiário (RB), embora todas possuam lotes já demarcados por este instituto.

Entrevista	Caracterização do Entrevistado		
	Sexo	Idade	Escolaridade
01	M	48	Analfabeto
	F	40	Ensino FI*
02	M	88	Analfabeto
03	M	43	Ensino FI
04	M	23	Ensino FI
	F	22	Ensino FI
05	M	31	Analfabeto
06	M	38	Ensino FI
07	M	58	Alfabetizado
	F	54	Alfabetizada
08	M	59	Analfabeto
09	M	48	Alfabetizado
10	M	37	Alfabetizado
	F	29	Ensino FI
11	M	38	Analfabeto
12	M	46	Alfabetizado
13	M	43	Ensino FI
	F	40	Alfabetizada
14	M	41	Alfabetizado
15	F	61	Ensino FI
16	M	34	Ensino FI
	F	21	Ensino FI
17	M	69	Analfabeto
18	M	45	Ensino FI
19	M	33	Alfabetizado
	F	26	Ensino FI
20	F	50	Ensino FI
21	F	39	Ensino FI
22	M	43	Alfabetizado
	F	34	Ensino FI
23	M	57	Analfabeto
24	F	49	Ensino FI
25	M	55	Ensino FI
	F	34	Ensino FII**
26	M	47	Analfabeto
27	M	28	Ensino FI
28	M	59	Analfabeto
	F	48	Analfabeta

* FI: Fundamental de 1^a a 4^a

** F II: Fundamental de 5^a a 8^a

QUADRO 02: Breve perfil dos entrevistados da amostra selecionada.

A constituição da maioria das famílias da amostra se deu há pelo menos 10 anos e em geral são formadas por pai, mãe e filhos. A permanência destes últimos junto aos pais no lote foi em geral comumente constatada, apenas em 5 casos, um ou dois filhos moram na cidade de Igarapé Miri ou Moju, onde trabalham ou estudam.

Apesar de existir uma área comum destinada à construção das moradias, igreja, escola e a sede da associação, a maioria dos entrevistados relatou que tem preferência em permanecer residindo em seus lotes, onde futuramente será construída a casa com o crédito habitação.

Um aspecto que Souza, Ferreira e Ramirez (2008) chamam atenção é a respeito da localização das casas dos assentados, relacionada aos fatores socioculturais das famílias, bem como com as formas de organização da produção. Segundo os autores, a opção pela moradia na agrovila muitas vezes está ligada aos laços criados durante o período de acampamento. Um fator que também deve ser considerado a esse respeito, refere-se à infraestrutura (escola, estrada, transporte, igrejas, entre outros) “disponível” nas agrovilas.

As famílias sobrevivem principalmente das atividades desenvolvidas no lote. Além disto, contam com alguns benefícios ou outras atividades, conforme apresentado no quadro 03:

Origem dos rendimentos	Número de famílias
Exclusivamente do lote	3
Lote e bolsa Família	6
Lote e aposentadoria	3
Lote, comércio, artesanato, diárias e/ou empreitadas	9
Lote, comércio, artesanato, diárias e/ou empreitadas, bolsa família e/ou aposentadoria	7
Total de famílias	28

QUADRO 03: Principais fontes de renda das famílias dos entrevistados.

As principais atividades desenvolvidas pelos componentes da amostra são: roça¹⁵, extrativismo madeireiro e o do açaí, extrativismo animal (caça e pesca), além de pequenas criações (galinhas e suínos). Essas atividades estariam na seguinte ordem de importância para a dieta alimentar das famílias: roça, extrativismo do açaí e da pesca, criações (galinha e suínos) e caça.

¹⁵ O termo roça refere-se ao espaço de trabalho agrícola, onde são plantadas culturas alimentares de ciclo curto. Nesse caso, o recurso madeireiro da floresta é destinado ao preparo do solo (broca, derruba, queima), e será detalhado mais adiante.

A mão de obra empreendida nessas atividades é predominante familiar, sendo que na maioria das famílias (21), a força de trabalho é provida por todos os membros acima de 06 anos que residem no lote. Conforme apresentado no quadro 04, são os homens que representam a principal mão de obra entre os membros das famílias e as crianças aportam uma importante contribuição nos trabalhos desenvolvidos, ainda que de forma parcial.

Número total de mão de obra disponível no lote		Tempo disponível para atividades	
		Integral	Parcial*
Homens maiores de 15 anos	58	45	9
Mulheres maiores de 15 anos	42	25	10
Homens e mulheres menores de 15 anos	43	2	41

*O tempo parcial refere-se a qualquer período de tempo empreendido nas atividades.

QUADRO 04: Disponibilidade de mão de obra familiar.

3.2 SOBRE O CAMINHO

3.2.1 Os primeiros trilhados

Com o intuito de resgatar os usos da floresta de maior importância para as famílias “nativas” do assentamento Olho D’Água II e caracterizar os tipos de acesso dessas famílias às áreas de floresta e também para selecionar a amostra da pesquisa, realizou-se uma primeira ida a campo no período de 22 a 25 de maio de 2008. Diante das análises pretendidas pelo objetivo da pesquisa, atribuiu-se o recorte temporal passado e presente, sendo o marco de referência a constituição do assentamento, realizada em 2002.

Essa primeira ida a campo contribuiu também para uma maior aproximação com as famílias com as quais se tinha frequente contato desde 2004, quando por ocasião estive participando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA¹⁶). Em 2005 realizei uma consultoria para o Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (PROMANEJO), cujo produto resultou num diagnóstico socioeconômico e ambiental envolvendo dez famílias do referido assentamento. Esses trabalhos influenciaram-me na construção do objeto desta pesquisa.

¹⁶ Realizado pelo convênio firmado com o INCRA SR 01.

A colaboração das lideranças locais foi fundamental para a realização da primeira incursão no assentamento, na qual trinta e nove famílias foram entrevistadas. A seleção das famílias deu-se em razão do maior tempo (período superior a 10 anos) de residência no assentamento. A intervenção direta desses representantes (líderes locais¹⁷), em duas das três comunidades que existem ali, foi extremamente importante, principalmente para auxiliar na localização dos lotes das famílias e também facilitar o relacionamento inicial com elas, em especial as que ainda não conhecíamos. Outra importante estratégia foi o acompanhamento de um agrônomo extensionista que tem uma boa relação e influência com as famílias dessas comunidades. Apesar disso, a sua presença perpassava a idéia de que o levantamento realizado era a mando do INCRA. Somente após vários esclarecimentos sobre o intuito da pesquisa é que se dava início a um pequeno questionário que continha perguntas bem direcionadas sobre o uso da floresta que as pessoas da família realizavam antes e depois do assentamento.

Após o rápido levantamento realizado nessa primeira ida a campo e considerando o tempo disponível para a execução da pesquisa, definiu-se quais usos da floresta seriam analisados, privilegiando aqueles que eram os mais importantes para a sobrevivência das famílias: as caças (tatu - *Priodontes maximus*, paca - *Agouti paca*, caititu- *Tayassu tajacu* e veado- *Mazama americana* e *Mazama gouazoubira*) e a roça (mandioca, *Manihot esculenta*, milho – *Zea mays* L. e arroz - *Oryza sativa* L.). Definiu-se também que a pesquisa seria realizada apenas na comunidade Santa Maria em função do maior número de famílias nativas ali existentes, e dos recursos financeiros e o tempo para a execução da pesquisa serem mais favoráveis a isso.

Optou-se assim por realizar a pesquisa com todas as famílias nativas que já moravam na área dessa comunidade antes da constituição do assentamento e que atualmente possuem lotes.

3.2.2 Condições da pesquisa

A segunda etapa da pesquisa de campo foi realizada no período de 19 de julho a 03 de agosto de 2008, totalizando 15 dias de efetivo trabalho. Neste período, eu, minha filha e o

¹⁷ O termo líderes locais é como os moradores reconhecem seus pares que estão ou que já estiveram na frente dos trabalhos em favor da comunidade.

extensionista citado anteriormente, e que é também meu ex-companheiro, permanecemos por alguns dias instalados na casa de uma família que reside nas margens do igarapé Maratininga (ver figura 04), o que facilitou o trabalho com as famílias que moram ali. Durante o trabalho com as famílias que moram nas margens do rio Moju permanecemos alojados em outra casa pertencente a uma família que ali reside.

Apesar da presença de minha filha e de meu ex-companheiro ter contribuído para um maior aconchego e confiabilidade por parte das famílias, em certas ocasiões tornou-se um pouco constrangedor e desconfortável com relação às indagações dos entrevistados sobre o fato de estar divorciada, principalmente diante daqueles com quem já tínhamos uma sólida relação pessoal, pois, demonstravam-se insatisfeitos com tal situação. Entretanto, a presença deles, em especial a dele, foi, sem dúvida, de grande relevância principalmente no que diz respeito a relação de confiança estabelecida com os entrevistados, o que possibilitou questionamentos referentes a temas polêmicos e assegurou a obtenção de relatos muito importantes, que dificilmente seriam relatados a um outro pesquisador sem tal referência pessoal.

O fato da Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) ter iniciado seus trabalhos naquele assentamento concomitante ao período desta pesquisa e também a presença do extensionista, a quem as famílias legitimam um importante papel de atuação junto ao INCRA, transfigurou a idéia de que as informações desta pesquisa seriam destinadas a este instituto. Por isso, além das explicações iniciais sobre o que tratava a pesquisa, ao final da entrevista esclarecia-se novamente a que ela se destinava.

Das famílias nativas que atualmente residem na comunidade, apenas quatro estavam ausentes (ver figura 04, p. 41, lotes destacados em vermelho). Desta forma a pesquisa foi efetivada junto às vinte e oito famílias nativas, detentoras de 32 lotes, pois em 04 delas alguns dos filhos de maioria também detém lotes, mas que na prática são considerados anexos do lote de seus pais.

Apenas uma família demonstrou-se indisposta a participar da pesquisa, sendo as demais bastante receptivas, disponibilizando suas casas para os possíveis retornos à comunidade, o que para mim foi bem gratificante. Por outro lado, isso repercutiu numa preocupação com relação aos ciúmes expressos por aquelas famílias nas quais ficamos alojados.

3.3 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada primou por abordagens quantitativas e qualitativas, atribuindo a esta um enfoque, maior visando atender aos objetivos da pesquisa, sendo ambas obtidas por meio da oralidade. Realizou-se levantamentos de dados secundários para a obtenção das informações específicas pertinentes às questões da pesquisa, e também do referencial teórico necessário para a melhor compreensão do tema pesquisado, o que foi essencial para fundamentar as análises realizadas neste trabalho.

Apropriando-se das recomendações de Oliveira (2000) com relação ao “estar lá” (*being there*) denominado por ele como sendo a vivência da pesquisa de campo, o “olhar e o ouvir, atos cognitivos da percepção” foram extremamente relevantes para a investigação e conduzidos no intuito de dar conta da segunda etapa da pesquisa a que esse mesmo autor denomina de “estar aqui” (*being here*), isto é, a escrita propriamente dita: relatos e análises.

Apesar de distintos, esses dois momentos estiveram bastante integrados, os dados obtidos no “estar lá” foram sistematizados e analisados no “estar aqui”. Foi nesse momento que os atos cognitivos do “olhar” e do “ouvir” permitiram o pensar que se traduziu no ato de escrever, constituindo inicialmente um relatório de pesquisa e, posteriormente, a dissertação aqui apresentada.

A valorização da abordagem qualitativa deu-se em razão de ser esta a que busca enfocar principalmente o social como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem comum como matéria-prima a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais (MINAYO; SANCHES, 1993), e através da qual poder-se-ia abarcar o objetivo geral da pesquisa. Todavia, não se pretendeu com isso desqualificar a abordagem quantitativa, pelo contrário, corrobora-se aqui com as afirmações desses autores, para os quais tais abordagens tanto se complementam quanto possuem o mesmo teor científico e devem ser utilizadas de acordo com o que se pretende investigar. Dessa forma, as técnicas foram aplicadas segundo o propósito da obtenção dos dados e a especificação de cada objetivo proposto na pesquisa.

Assim, foram realizadas as técnicas de entrevista formal estruturada e não estruturada, e informal, sendo esta a que segundo Mann (1973, p. 103) “o informante dispõe de muito maior liberdade para estender-se e expor suas idéias”. Outra técnica utilizada foi a observação direta, isto é, fez-se várias verificações *in loco* no ambiente em que se desenvolveu a investigação e também nas praticas das pessoas nesse ambiente.

3.3.1 Levantamento de dados secundários

O levantamento de dados secundários deu-se através da consulta aos documentos disponíveis sobre o município de Moju e sobre o assentamento estudado, como mapas solicitados ao departamento ambiental do INCRA; relatórios e documentos como a portaria de constituição do assentamento; a Relação de Beneficiários; diagnósticos que já haviam sido realizados, entre outros.

Esses dados ajudaram a apreender o contexto geral da região em estudo e contribuíram para a compreensão dos processos sociais que envolvem os atores. Através dos diagnósticos pôde-se fazer uma caracterização superficial sobre as três comunidades existentes e sobre as práticas que caracterizavam o uso da floresta pelas pessoas no período anterior à constituição do assentamento.

3.3.2 Levantamento do referencial teórico

Mann (1973, p. 41) ressalta em seu texto “Etapas básicas da investigação sociológica” a extrema relevância que a “teoria” possui. Isso porque ela é capaz de “resumir descobertas, vinculá-las entre si, destacar uniformidades de comportamento social”, mas, principalmente, por promover e habilitar o pesquisador a prosseguir com novos e importantes estudos, que por sua vez, “contribuirão diretamente para o progresso da teoria”, processo que, segundo o autor, é denominado pelos cientistas de “mecanismos de realimentação ou *feed-back*”. Isto significar dizer que “o processo da pesquisa científica é, por conseguinte, contínuo”, o que torna extremamente importante e essencial ao pesquisador uma boa fundamentação teórica.

Dessa forma buscou-se construir a pesquisa com os interlocutores que dialogam sobre o tema proposto e mais especificamente sobre o problema delineado, dos quais “emprestei” teorias para as reflexões e análises da pesquisa. Essas considerações teóricas são apresentadas com maior ênfase no capítulo I deste trabalho. Para a construção metodológica da pesquisa, seguimos os caminhos trilhados com base nos autores citados na introdução deste capítulo.

3.3.3 Observação direta

De forma sistemática e planejada as observações foram realizadas durante todo o período da pesquisa e foram devidamente registradas sempre que possível imediatamente após fazê-las, conforme sugerido por Becker (1994). Utilizou-se para isso uma caderneta de campo e máquina fotográfica. Esses registros serviram para complementar e/ou confirmar as informações obtidas por outros procedimentos, e também para fazer a leitura geral da paisagem do ambiente local.

Fez-se um grande esforço para evitar o que Oliveira (2000, p.19) denominou de olhar domesticado em seu texto “O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever”. Isto porque se, por um lado, as disciplinas acadêmicas e as bases teóricas da investigação são de extrema relevância para a pesquisa, seu esquema conceitual não deve ficar aquém da interpretação sem vida ou como referido por esse autor de “natureza morta” da aculturação. Ao contrário, e para evitar essa incidência, o autor propõe ao pesquisador que não apenas faça suas observações, mas que penetre “na natureza das relações sociais”, pois somente dessa forma torna-se possível a compreensão dos significados das observações realizadas (OLIVEIRA, 2000, p. 20-21).

Para isso e corroborando com este autor, outras técnicas de investigação foram realizadas, sendo a técnica de observação direta executada em todo o período do trabalho de campo.

3.3.4 Entrevista formal semiestruturada, estruturada e informal

Sobre a entrevista, Mann (1973, p. 99) afirma que ela é “essencialmente uma forma de interação humana e pode variar desde o mais descontraído ‘papo’ até o mais cuidadosamente pré-codificado e sistematizado conjunto de perguntas e respostas disposto em um programa ou roteiro de entrevista”.

Segundo esse mesmo autor, apesar das conhecidas limitações em relação à artificialidade que ocorre nas entrevistas, especialmente naquelas em que as informações são obtidas através de questionários, esse instrumento de pesquisa é tão necessário quanto assume boa funcionalidade (MANN, 1973). Por isso realizou-se entrevistas formais estruturada e

semiestruturada, com as quais foi possível coletar as informações (dados quantitativos, opiniões e conhecimentos) que seriam melhor apreendidas dessa maneira, principalmente em função do tempo da pesquisa.

Além dessas entrevistas, fez-se também a entrevista informal a que Michelat (1985, p. 193) define como sendo aquela em que o entrevistado tem mais liberdade para se expressar, o que, segundo esse autor, “facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista”.

Com o intuito de apreender eficazmente as explicações dos atores locais envolvidos, se despreendeu um enorme esforço para o ouvir todo especial em que no dizer de Oliveira (2000), o entrevistado assume a posição de interlocutor. Assim, mesmo que sendo impossível lograr a neutralidade absoluta, pretendeu-se com isso constituir uma relação dialógica a partir de uma boa interação com os entrevistados.

3.3.4.1 Entrevista formal semiestruturada

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 14 pessoas (oito homens e cinco mulheres), sendo 10 da comunidade Santa Maria e 4 das duas outras comunidades. As entrevistas destinavam-se apenas ao resgate do aspecto histórico. Todas essas pessoas foram selecionadas por uma amostragem intencional, privilegiando assim os sujeitos sociais que detêm os atributos que se pretendia conhecer, conforme descrito por Minayo et al. (1994).

Essas entrevistas foram compostas por três partes. A primeira versou sobre o processo histórico da ocupação: a chegada dos primeiros moradores, o processo da ocupação sócio-espacial das famílias e as estratégias de sobrevivência. A segunda parte abordou o processo de constituição do assentamento, abarcando o conflito pela terra. E a última tratou sobre as questões relacionadas à vivência no assentamento. As questões tratadas em cada uma das partes foram correlatas aos objetivos específicos da pesquisa com ênfase no passado e presente.

Dependendo do perfil de cada um desses 14 entrevistados selecionados, abordava-se apenas uma, duas ou as três das partes acima, com isso pôde-se atender melhor as especificidades de cada uma delas. Para a seleção desses entrevistados-chaves, contou-se com a ajuda dos líderes locais, os quais identificaram os moradores mais antigos, privilegiando os que vivenciaram ou que conheciam bem o processo histórico da ocupação local e da

constituição do assentamento. Alguns deles também tinham sido citados pelas famílias entrevistadas durante a ocasião da primeira ida a campo.

A maioria dessas entrevistas foi realizada no próprio ambiente da investigação e geralmente ocorria na casa dos entrevistados ou nas adjacências. Apenas em um caso a entrevista foi realizada fora desse ambiente, devido o entrevistado não mais residir na área do assentamento. Para essas entrevistas utilizou-se gravador de voz digital, roteiro de perguntas norteadoras e a caderneta de campo. Antes de usar o gravador de voz, pedia-se previamente a autorização do entrevistado para isso.

Apenas duas entrevistas formais semiestruturadas não foram totalmente gravadas, por achar que assim as referidas pessoas se sentiriam mais à vontade no momento. No caso do entrevistado ser muito sintético, era estimulado com perguntas gerais sobre a parte abordada, mas se iniciava uma narrativa mais longa e detalhada, procurava-se interferir somente para esclarecer pontos obscuros. Após as entrevistas terem sido transcritas o material foi organizado em torno de um roteiro temático com quatro grandes temas correspondendo aos objetivos da investigação.

3.3.4.2 Entrevista formal estruturada

A entrevista formal estruturada foi realizada através de questionários com as vinte e oito famílias nativas da comunidade Santa Maria, utilizando-se para isso um modelo padrão de questionário, subdividido nas seguintes partes: identificação do entrevistado; composição e renda da família; caracterização geral do lote; as condições de acesso às áreas de floresta para o uso da caça e da roça; o uso e o destino dos produtos obtidos das caçadas e das roças (auto-consumo ou comercialização); e sobre a organização do trabalho, sendo estes três últimos tratados tanto no passado quanto no presente. Essa entrevista foi utilizada principalmente para obter as questões quantitativas, e as informações qualitativas que poderiam ser obtidas desta maneira.

Comumente as entrevistas estruturadas foram realizadas na casa dos entrevistados, onde geralmente participava apenas o pai, por ser este o principal representante da família, sendo que em sua ausência, ou com sua permissão, as mulheres ou mais alguém da família também participava. Em alguns casos, principalmente nos lotes onde o acesso era extremamente difícil, a entrevista foi realizada na casa de um vizinho ou parente.

Apesar da cuidadosa elaboração dos questionários, e valendo-se das recomendações de Mann (1973) sobre como fazer perguntas, eles apresentaram alguns erros, percebidos ainda no início da pesquisa e corrigidos. Esse tipo de entrevista foi a mais exaustiva, por ter sido realizada com um número relativamente grande de entrevistados.

Vale ressaltar que todas as entrevistas gravadas foram transcritas e utilizadas no decorrer dos capítulos da dissertação, valendo-se para isso de recursos linguísticos a fim de apropriá-las a uma melhor leitura.

3.3.4.3 Entrevista informal

As entrevistas informais foram realizadas durante todo o período da investigação e nos mais variados ambientes: entorno da igreja evangélica Assembléia de Deus, após os cultos; no igarapé, na ocasião das atividades domésticas; no ônibus que faz o transporte das pessoas até as cidades próximas; nas canoas e rabetas (pequenos barcos motorizados), durante o percurso de deslocamento de um lote a outro. Selecionando as pessoas que detinham as informações que interessavam à pesquisa, privilegiou-se aquelas com as quais permanecemos maior tempo de convívio, devido à hospedagem em suas casas e/ou por conta da ajuda que deram para a realização do deslocamento interno. Para essas entrevistas utilizou-se gravador de voz digital e a caderneta de campo, na qual eram feitas as anotações das informações obtidas logo que fossem possíveis.

Como ressaltado por autores como Michelat (1985); Minayo et al. (1994) e Mann (1973), os diferentes níveis de “liberdade” permitidos pelas entrevistas influenciaram diretamente na qualidade das informações obtidas, sendo que, naquelas em que o entrevistado podia discorrer livremente sobre determinado assunto (entrevistas informais) ou naquelas em que apenas direcionava-se o tema para que o entrevistado narrasse os fatos, as informações obtidas foram muito mais ricas e melhor explorada na análise da pesquisa.

3.4 AS CONVICÇÕES QUE SE TINHA SOBRE QUAISQUER RESULTADOS DA PESQUISA

Com base nas palavras de Mann (1973, p. 21) a respeito de que “a ciência é antes uma questão de dosagem do que um absoluto é ou não é”, partimos para os primeiros percursos desta pesquisa. Corrobora-se aqui com esse autor a respeito da construção da ciência e sua veracidade como tal. Pretende-se com esta ênfase deixar absolutamente claro que antes mesmo do início, considerou-se dois pontos fundamentais para dar prosseguimento à mesma.

Um desses pontos refere-se ao que foi descrito por esse autor, que, em outras palavras, diz que não existe verdade absoluta em uma pesquisa de cunho especialmente qualitativo. O outro ponto refere-se ao que ele chama atenção em seu texto “Método científico em sociologia” sobre a concepção de ciência, em que esta é “melhor definida em função do método do que do assunto a ser estudado” (MANN, 1973, p. 22). Por isso, buscou-se assegurar e descrever os caminhos que seguimos durante todas as etapas da pesquisa, cujo produto final resultou nesta dissertação.

Com isso entende-se que a realidade aqui apresentada neste trabalho é considerada uma construção científica do imaginário (BERGER, 1973 e DEMO, 1981), sendo as análises feitas bastante pertinentes e importantes para a produção do conhecimento científico.

Por fim, ressalta-se que as análises apresentadas nos próximos capítulos deve ser entendida a partir das palavras de Roué (2000, p. 199) em que “o estudo dos saberes do **outro** sobre a natureza é um exercício difícil, que explicita melhor a transformação das relações com a natureza na sociedade do observador, do que na sociedade observada”.

4 A HISTÓRIA DO “LUGAR” E O “LUGAR” NA HISTÓRIA

“Amo essa terra, nela plantei meu feijão e meu arroz, nela me identifico porque nela me criei, é minha mãe.
Quando paro e penso me emociono, lembro tudo o que passei.
Depois de tanta luta e sofrimento, a terra conquistei.” (Márcia e Luizinho/PR,
Trecho de “Amo essa terra”)

A análise histórica da ocupação sócioespacial do assentamento Olho D’Água II remete ao início do século XX, tendo a exploração madeireira como o principal atrativo. Neste capítulo, analiso os quatro momentos desta ocupação: a apropriação privada da terra no início do século XX por uma empresa madeireira até a década de 1950; os fluxos imigratórios que ocorreram durante as décadas de 1950 e 1960; a reestruturação “fundiária” promovida pelo sindicato nos anos 80; e a criação do assentamento no início do século XXI.

4.1 A PEQUENA PARTE DE UMA GRANDE HISTÓRIA

4.1.1 Muita floresta e pouca gente

Segundo a narrativa oral dos entrevistados, no início da primeira década do século XX, as terras onde hoje está localizado o assentamento Olho D’Água II, pertenciam a uma empresa madeireira americana conhecida como Companhia Mojurubi – *Plantation* adquirida através da concessão de uso autorizada pelo Estado.

Apesar da grande quantidade de floresta que essa empresa detinha, a exploração madeireira concentrou-se apenas na parte do Sudoeste (ver figura 05, destaque em vermelho) e incidiu principalmente sobre as espécies mais nobres, como o cedro (*Cedrela odorata* L.), o mogno (*Swetenia macrophylla*) e o freijó (*Cordia goeldiana* Huber). Na área Norte/Noroeste (ver figura 05, destaque em azul), dotada principalmente por espécies como a seringueira e a ucuúba-da-várzea, a empresa realizou somente a exploração da primeira para a extração do látex.

Na área concedida à empresa habitavam apenas três famílias que juntamente com uma nova família de imigrantes passaram a trabalhar na extração madeireira e do látex para os proprietários dessa empresa, que diferentemente destas famílias moravam fora da área de

concessão de uso, mas próximo à residência de outras famílias nativas que também prestavam serviços para eles. A opção por morar neste espaço era uma estratégia de controle dos trabalhadores que ali residiam e da madeira devido a localização favorecer uma melhor visualização do porto de embarque.



FIGURA 05: Área concedida a empresa norte-americana e onde atualmente é o Assentamento Olho D'Água II. Os destaques em vermelho e azul representam respectivamente: o local da exploração madeireira, e o local da exploração da seringueira, para a extração do látex.

FONTE: Pesquisa de campo, julho/2008.

4.1.2 Em busca de terra de floresta: a ocupação do entorno das terras da empresa

O entorno das terras da empresa passou a ser ocupado a partir de 1920, quando uma família mudou-se das margens do rio Moju para às proximidades de sua parte Norte, atraída pela necessidade de terra para o cultivo das culturas alimentares e também pela exploração da seringueira, mas principalmente porque essas terras localizavam-se relativamente próximas às de seus parentes e ninguém se dizia dono das mesmas.

Depois disso, as ocupações no entorno das terras da empresa somente retornaram a ocorrer a partir de 1943, com a chegada de uma família vinda do rio Moju para trabalhar com a extração madeireira, incentivada por um senhor que havia iniciado, mas abandonado a atividade devido uma enfermidade. Este senhor “repassou” a área e vendeu uma roça para esta família que, no entanto, preferiu estabelecer-se próximo à região Sudeste, devido à maior disponibilidade de recursos necessários ao cultivo das culturas alimentares e também à extração madeireira. Além disto, acreditava-se que essa parte era mais próxima ao rio Moju, o que facilitaria o acesso das pessoas e o transporte da madeira.

Posteriormente ocorreram outras imigrações que, no geral, concentraram-se próximas às terras dessas duas famílias já estabelecidas ali. Essas novas ocupações foram motivadas principalmente pela exploração madeireira, além desta, a abundância de caças e a exploração do látex da seringueira exerceram um importante papel para que as pessoas se dirigissem para lá. Segundo os entrevistados, a grande dificuldade de acesso à área e os problemas epidêmicos foram fatores muito relevantes para conter as novas imigrações, porém os que chegavam eram muito bem recebidos e incentivados pelas famílias já estabelecidas, provavelmente porque disponibilizavam mão de obra para os trabalhos com a madeira e também contribuía para fortalecer o convívio social. Desta forma, ao final da década de 1940 oito famílias e mais outras cinco pessoas (solteiras) residiam naquelas terras.

Inicialmente a moradia era em casas de palha e depois de estabelecidas no lugar construía casas de madeira geralmente com poucas paredes (esteio de acapu - *Vouacapoua americana* Aubl) e cobertas com palhas de inajá amarradas com arumã (*Ischnosiphon* sp.). O transporte das pessoas e dos produtos era realizado, principalmente, por canoa a remo. Para as famílias que residiam próximo à região Sudeste, o tempo necessário para o deslocamento até o rio Moju era de até 08 horas. Para aquelas que residiam próximo à região Norte o tempo era de apenas 02 horas e em ambos os casos o deslocamento era realizado por meio do igarapé Maratininga.

Todos os trabalhos de exploração madeireira eram feitos manualmente, com machado e cunha para a derrubada e serrotes para o seu beneficiamento, isto é, o corte para a retirada de galhadas. Após isso, as toras eram empurradas até às proximidades do igarapé onde eram postas em jangadas e transportadas na correnteza das águas até o rio Moju e, a partir daí, colocadas em uma balsa que trafegava até as cidades de Igarapé Miri ou de Moju, onde eram comercializadas: “[...] lá para Igarapé Miri, para cidade do Moju, eles faziam a jangada e iam descendo no igarapé... até o rio. Nesse tempo tinha a balsa que levava daí do rio. Nesse tempo minha irmã, isso era difícil! Muito difícil mesmo!” (I.L.J., 75 anos, aposentada).

Nessa época, ainda não havia comércio local e a frequência de marreteiros¹⁸ era bastante ocasional, além do que, trafegavam apenas pelo rio Moju, pois segundo uma entrevistada “eles achavam muito longe para subir até aqui, e é longe, Deus o livre!”. Por isso, a aquisição de gêneros alimentícios e de confecções era feita, principalmente, no comércio das sedes municipais e, eventualmente, com marreteiros. Para isso, as famílias que residiam nas margens do igarapé Maratininga necessitavam deslocar-se até o referido rio. Mesmo havendo a aquisição de alguns produtos alimentícios, a dieta das famílias era assegurada pelo consumo da caça e pelos produtos cultivados (mandioca, milho e arroz), e em menor proporção por frutos oriundos do extrativismo como castanha, piquiá (*Caryocar villosum*), bacaba, açai e buriti (miriti ou muriti).

4.1.3 O início do fim, o fim do início da história

Em 1948 um senhor que era um dos responsáveis pelos trabalhos administrativos da empresa, designou uma das famílias residentes para “vigiar” a região Sudeste das terras dessa empresa, devido à grande preocupação de seus proprietários em assegurar sua posse naquela área, principalmente por causa da ocupação que estava ocorrendo no entorno da mesma e também porque pretendiam estender a exploração madeireira para as demais áreas de seu “domínio”. No entanto isso não se efetivou em decorrência do decreto lei que dispunha sobre o término da concessão de uso das terras devolutas por companhias estrangeiras, que ocorreu ainda no início da década de 1950.

¹⁸ Segundo WEINSTEIN (1993), os marreteiros são comerciantes itinerantes que se abastecem em um centro urbano e depois, por meio de barcos, revendem em regiões isoladas. Eles são conhecidos em toda a região Amazônica desde o período da borracha quando era denominada de regatão.

Embora a empresa tenha reagido a esse decreto e insistido em retomar a exploração madeireira, terminou abandonando definitivamente a área. Entretanto, a área do seringal permaneceu com um de seus proprietários pelo fato dele ter se intitulado como detentor da posse. Parte da explicação para este posicionamento reside no fato de que ele casou com uma nativa e por isso usufruiu dos direitos tradicionais de uso para fins privado.

Concomitante ao fato da empresa ter finalizado seus trabalhos de exploração madeireira, uma grande serraria de propriedade do Sr. Eduardo Salame, madeireiro bastante conhecido por todo o município de Moju, foi instalada na região do Baixo Moju, próximo ao curso d'água que interliga os municípios de Moju e Igarapé Miri. Devido a esse fato, muitas pessoas vindas principalmente desses municípios e também do município de Abaetetuba passaram a ocupar as terras da região do Médio Moju para trabalhar com a extração madeireira e a vincular-se de alguma forma a essa serraria.

4.2 A CHEGADA DE MAIS GENTE PARA A FLORESTA

A partir da segunda metade da década de 1950 a posse das terras já havia sido retomada pelo Estado. Aproveitando-se do fato de que poucas pessoas tinham conhecimento disso, aquele senhor que administrava os trabalhos da referida empresa tomou “posse” do nome desta e arrendou as terras da região Sudoeste (ver figura 06), para ex-trabalhadores e imigrantes. Assim, novos modos de apropriação dos recursos foram vivenciados unindo o tradicional com o novo (relação mercantil).

Atraídas pelo arrendamento seis novas famílias mudaram-se para essa região, especialmente para realizarem a exploração madeireira e o cultivo das culturas alimentares, juntamente com a família de um ex-trabalhador da extinta empresa passaram a residir ali. Sendo que, duas dessas famílias não pagavam por isso, pois se valiam do conhecimento sobre a situação da posse daquelas terras e da amizade com o arrendador.

A família que “vigiava” as terras da parte Sudeste (ver figura 06) permaneceu residindo ali e deteve a posse da mesma, uma vez que essa não foi requerida pelo arrendador, pois além da amizade e do conhecimento que tinha sobre a situação que ocorrera com a empresa, o difícil acesso e a grande incidência de enfermidades, principalmente a malária (paludismo), tornava-a pouco interessante para o arrendamento.

A transferência da serraria instalada na região do Baixo Moju para uma propriedade mais próxima da área da extinta empresa impulsionou ainda mais a exploração madeireira realizada pelas famílias que ali residiam e pelas que eram incentivadas por isso a imigrarem para lá. O fato de um dos trabalhadores dessa serraria ter residido muito próximo (em frente) às terras das famílias foi bastante relevante para fortalecer os vínculos da comercialização da madeira com elas e também para o controle dos trabalhos de sua extração.

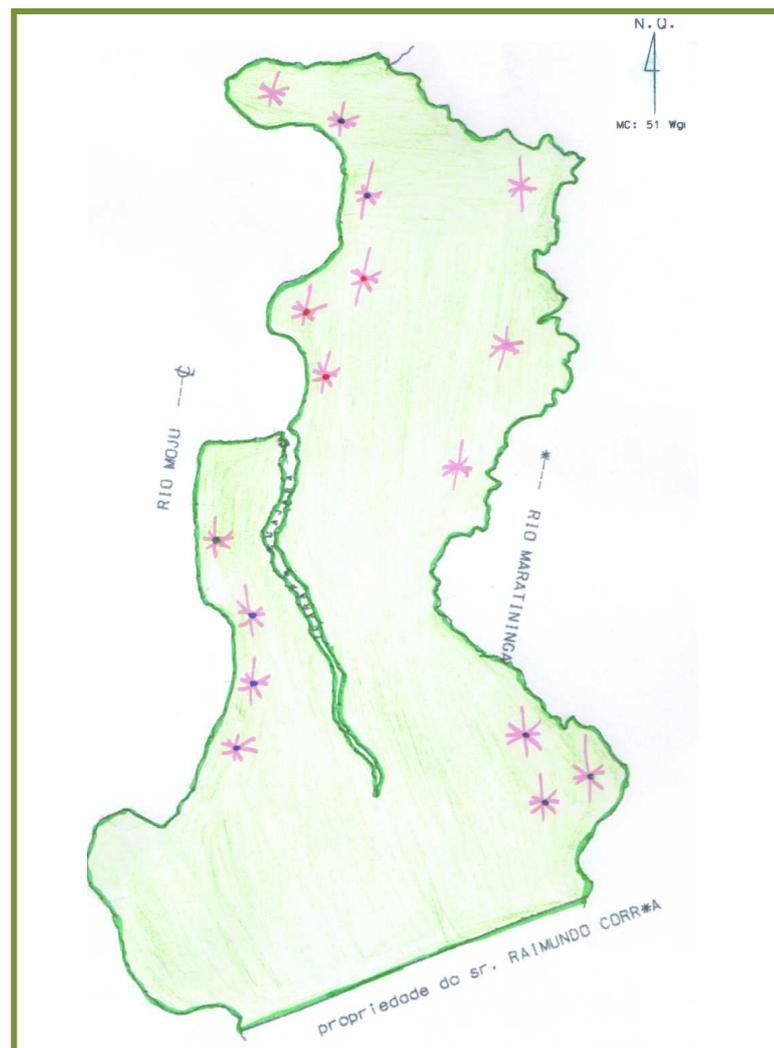


FIGURA 06: Área que outrora era de domínio da empresa norte-americana, em destaque as áreas na qual existia ocupação humana, até o início da década de 1960.

FONTE: Pesquisa de campo, julho/2008.

Ainda na segunda metade da década de 1950, além das perspectivas da exploração madeireira, a possibilidade de grilar as terras até então pouco ocupadas foi o principal motivo da vinda da família de um reconhecido advogado, grileiro de terras, nos municípios de Igarapé Mirí e do Moju, que nas palavras de uma entrevistada:

“[...] era muito perigoso... perigoso assim de roubar terra alheia, era possador de terras alheias... ele vinha conversando, gente do outro tempo era tolo. contava tudo quanto. Ele perguntava se a pessoa tinha o documento da terra que comprovasse que esta lhe pertencia, caso ela tivesse ele pedia para olhar e arranjava uma desculpa qualquer, por exemplo, ele dizia que alguma das informações descrita no documento estava errada e oferecia-se para levar para consertar já que sempre ia para a cidade. Era tudo mentira! Ele ia era tirar a relação... quando ele voltava da cidade ele dizia que o documento não prestava mais, que já tinha sido cancelado, pronto. Então já com o documento da terra passado para o nome dele, ela passava a ser sua! As vezes ele fazia assim, e gente do outro tempo era, não é como de hoje em dia, que são um povo mais esperto, não, de antes não, eles acreditavam” (M.N.C., 99 anos, aposentada).

Esse advogado estabeleceu-se com sua família na casa de seu irmão, que era também o referido da serraria que havia sido transferida para as proximidades da área em questão e posteriormente conseguiu “adquirir” o título de posse de uma grande extensão de terras, sendo que neste documento não constava nenhuma descrição precisa do tamanho da propriedade por ele adquirida, pois nessa época as propriedades geralmente eram delimitadas por igarapés ou outro referencial considerado relevante, conforme descrito no relato de um entrevistado:

“Nos documentos da antiguidade a divisa era marcada assim, vamos supor um terreno qualquer que fosse com 1.500m de fundo, iria constar no documento assim: aqui tem uma área de tal lugar a tal lugar, com 1.000m de frente, naquele tempo nem era metros, era braça, tantos mil braça de frente por 2.500 braças de fundo mais ou menos... ainda tinha isso: mais ou menos. Podia ser menos e também podia ser mais um pouco, quer dizer que se era 2.500m podia ser 2.600 ou 2.400, porque ela dizia mais ou menos. Eu ainda conheci um documento de uma terra que era assim, uma vez que ‘ele’ estava lendo o documento que estava preparando, porque aquilo era bom para adquirir documento para preparar um documento de terra, ah se era!” (M.P.D., 59 anos, lavrador e extrativista).

O título que o advogado havia “preparado” dava-lhe o direito as terras localizadas no Noroeste das terras que antes eram de domínio daquela empresa e segundo um entrevistado ele declarava-se dono das terras que hoje correspondem aproximadamente a 60% da área da comunidade Santa Maria. A respeito da ocorrência desse fato, um entrevistado relatou que:

“Ele tinha uma máquina de datilografia e fazia o título na casa onde ele morava! Era advogado e tinha conhecimento de como fazer isso. Primeiramente ele conseguiu tomar a posse das terras de um morador que não tinha conhecimento, depois ele fez o documento e cresceu mais, chegou ao ponto dele ter até o título de domínio da terra.” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Outras três famílias foram residir nas terras adquiridas por esse advogado devido este ter-lhes concedido parte da mesma e ocasionalmente elas também executavam os serviços designados por ele, principalmente, na exploração madeireira. Já o seringal e o extenso castanhal que existiam nas terras que lhe pertencia foram destinados ao arrendamento, tanto

para os que ali moravam quanto para diversas pessoas que residiam nas proximidades, e geralmente era sua esposa quem administrava e para quem era pago o arrendamento em dinheiro ou com parte da produção obtida, era também para ela que na maioria das vezes essas pessoas vendiam a sua produção.

Entre o final da década de 50 e início da década seguinte, ocorreram dois fatos bastante significativos para as novas imigrações. O primeiro refere-se ao estabelecimento dos trabalhos da igreja evangélica, iniciado por uma família que residia nas terras arrendadas, e o segundo foi a chegada de um forte comerciante que passou a ser confinante¹⁹ daquele trabalhador da serraria. Esse comerciante teve um papel muito importante no sistema de aviamento²⁰. junto às famílias locais, principalmente com relação à madeira, à castanha e à borracha. As pessoas que nessa época se dirigiram para a área passaram a ocupar as terras mais distantes ou instalaram-se nas terras arrendadas. Em ambos os casos os laços de parentesco e de amizade foram fundamentais para que essas imigrações ocorressem.

Segundo os entrevistados, o primeiro registro de compra de terras ocorreu nessa época, devido a morte de um proprietário que residia às margens do rio Moju e o desinteresse dos herdeiros em permanecerem na mesma. O que incidiu na chegada de uma família vinda da região do alto Moju, atraída principalmente pela possibilidade de adquirir terras em local de acesso bastante razoável e a preço bem favorável. Além disso, a terra comprada prestava-se muito bem para a realização de roças o que lhe possibilitaria a fabricação da farinha, principal trabalho realizado por esse imigrante.

Nessa época as moradias ainda eram bastante dispersas e longínquas, conforme lembra um entrevistado “Era um vizinho aqui, para ver outro era lá! Ali na distância a outra lá!”. Após os primeiros anos da chegada das famílias na área a maioria fazia a construção de casas de madeira coberta com cavaco e raramente com telhas de barro, conforme descrito por um entrevistado:

“No começo as casa eram cobertas até com inajá, depois foi mudando. Quando eu cheguei lá, morei numa casa que era coberta com palha de muçum, verdade! Depois de uns dois anos foi que eu fiz casa que era coberta com telha e fechada com madeira, tinha também uma ponte grande de madeira” (M.P.S., 83 anos, aposentado).

¹⁹ Possuidor de imóvel que faz fronteira com outro, que se limita; diz-se que confinantes são os vizinhos.

²⁰ Conforme Santos (1980, citado por FRAXE, 2002), na região Amazônica, o termo aviamento retrata a relação de fornecimento de crédito pelo aviador, que fornece ao extrator uma quantidade de consumo, instrumentos de trabalho e, ocasionalmente, pequena quantidade de dinheiro, o qual lhe paga com parte da sua produção. Sendo que, os preços dos bens são estipulados pelo aviador, que além de acrescentar juros normais e acrescenta ainda, uma margem apreciável de ganho.

A extração da madeira era feita com o machado e para o beneficiamento além dos serrotoes, utilizava-se também a “roladeira”²¹. O transporte era feito com o auxílio de carroças até a beira do rio ou do igarapé e transportadas em embarcações da serraria ou nas próprias águas seguindo as marés.

A técnica utilizada por todas as famílias para o plantio das roças era o sistema de “corte e queima”, sendo seus trabalhos, geralmente, iniciados após a extração das madeiras consideradas mais valiosas, as quais eram destinadas à venda ou ao autoconsumo familiar. A mandioca era o cultivo de maior importância e sua produção era destinada, principalmente, para o autoconsumo da família, servindo tanto para a alimentação das pessoas como dos porcos.

A intensificação da criação e do consumo da carne de porco para alimentação foi decorrente do fato das famílias que trabalhavam na exploração da madeira não disporem de tempo para obterem as caças necessárias. Nesse caso, essa criação lhes foi bastante conveniente, pois além de dispor de boa quantidade de carne, esse animal era considerado relativamente fácil de ser adestrado e alimentado.

Apesar da aquisição dos gêneros alimentícios ocorrerem com maior frequência do que antes, devido à relativa facilidade da compra através do sistema de aviamento da madeira e da borracha, ainda assim o consumo das caças e da farinha representava a principal fonte alimentar daquelas famílias.

4.3 A LUTA PELA TERRA DE GENTE QUE COM A TERRA LUTA

No final da década de 1970 as terras localizadas nas mediações do Km 43 na PA 150 foram adquiridas pelo grupo agropecuário Olho D'Água Serruya, o qual pretendia obter financiamento junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para implantar projetos agropecuários vinculados aos Planos Nacionais de Integração que ocorreram entre as décadas de 1960 a 1980. Os projetos que seriam financiados a esse grupo destinavam-se ao cultivo de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.), guaraná (*Paullinia cupana*) e pecuária na terra firme. Na área de várzea dar-se-ia a exploração da seringueira e da marapuama.

²¹ Como é conhecido localmente a roladeira é um tipo de instrumento utilizado para auxiliar o deslocamento da madeira em tora, do local de sua extração ou próximo dele até as margens do igarapé ou do rio.

O grupo Serruya instalou-se nas terras já adquiridas e começou a articular várias ações para obter as terras que hoje correspondem ao assentamento Olho D'Água II e também parte das terras que a interligam estas com aquelas que já lhe pertenciam, desconsiderando a existência e o direito de posse dos grupos sociais estabelecidos há décadas nestas localidades. Este fato tem sido apontado, de forma geral, como o resultado do modelo de ocupação econômica do estado do Pará e da Amazônia brasileira de modo geral (LOUREIRO;PINTO, 2005), modelo este fundamentado no “uso indiscriminado dos recursos naturais e na apropriação, muitas vezes ilegal, de terras públicas, que convergia em expropriações dos direitos fundiários legítimos das populações locais, e violadas nos seus direitos básicos” (DIAS et al., 2006, p. 09).

Em 1978 o grupo Serruya conseguiu comprar a propriedade daquele advogado que “detinha” o título das terras à margem do rio Moju e, após intimidar os dois proprietários confinantes, o grupo conseguiu comprar também suas propriedades, as quais foram vendidas a preços bem modestos. A partir daí o grupo iniciou os seus trabalhos, agindo de maneira sigilosa para não amedrontar as famílias, ao contrário,

“Eles falavam que o governo queria construir uma estrada e a gente ficava até alegre porque na época não tinha acesso por terra, o acesso que a gente tinha era pelo igarapé, a estrada iria facilitar muito para nós, e esse era o nosso pensamento, então nós permitimos que eles passassem. Quando descobrimos que o que eles estavam fazendo era demarcando a terra, que segundo eles já tinha um dono. Nós que éramos os donos porque nós nascemos e fomos criados aqui, mas eles diziam que já tinha um donos que havia comprado a terra e a gente sem saber de nada. Então, o que aconteceu? Quando a gente descobriu que eles tinham nos iludido no caso, a gente foi procurar uma maneira de como resolver [...]” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Depois que as famílias ficaram sabendo sobre os projetos do grupo Serruya, várias ações de repressão foram dirigidas a elas pelos proprietários desse grupo para evitar a resistência das mesmas. As constantes ameaças que eles faziam amedrontavam as famílias, levando muitas delas a saírem de suas residências. Como exemplo disso, um dos entrevistados relatou que:

“Nesse tempo saíram muitas pessoas mesmo, mas não tenho base de quantas famílias saíram. Algumas famílias da beira do rio Moju passaram do lado daqui para o lado de lá, porque tinham muito medo do que o pessoal do Serruya fizesse com suas famílias. Quando eles chegavam, cercavam a casa e diziam que tinham um dinheiro, uns 200 contos ou 300 contos e obrigavam as pessoas a saírem. Eles deixavam bem claro que a terra pertencia ao grupo Serruya e colocavam uma placa identificando isso, também ‘ofereciam’ o barco para atravessar a família para o outro lado do rio. Então as pessoas ficavam com medo, muito medo mesmo, porque até

ameaça de morte eles faziam. Isso aí aconteceu várias vezes com muitas pessoas” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

As coações do grupo incidiram principalmente sobre as famílias das margens do rio Moju, isso porque o domínio desta parte seria uma importante estratégia para dificultar o deslocamento à parte Sudeste com a qual fazia frente, e na qual residiam as famílias mais bem organizadas a se opor às ações do despejo. A expropriação de populações, como a do caso aqui estudado, que fazem uso de terras sem estarem devidamente documentadas ante a expansão de grandes grupos empresariais é, segundo Becker (1998) prática corrente na forma organizacional da produção de novas fronteiras.

No início da década de 80 o conflito tornou-se ainda mais acirrado, período em que a maioria das famílias abandonou as suas terras. Embora as violentas investidas do grupo Serruya as demais que permaneceram estavam determinadas a lutar por suas terras. Para enfrentá-lo aliaram-se a outras famílias que residiam nas proximidades, as quais também estavam sofrendo as mesmas ameaças de despejo.

Inicialmente as famílias organizaram um pequeno grupo de pessoas para buscar apoio junto à Prefeitura Municipal do Moju (PMM). Tiveram então esclarecimento sobre os direitos que lhes assegurava a posse daquela terra, fundamentados pela lei do usucapião (Lei 6.969/1981). Seguindo as recomendações do prefeito da época, procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju (STR), que, no entanto, nada fez para ajudá-las. A partir desse contato souberam da existência de algumas pessoas sindicalizadas que participavam das lutas agrárias que ocorriam no município e por intermédio delas conseguiram o apoio de uma advogada (Sr^a Vera Tavares), que era aliada dos movimentos sociais na época, e de dois políticos (o Sr. Ademir Andrade, candidato a deputado federal e o Sr. Osvaldo Matos).

Depois dos primeiros contatos com a advogada, fez-se uma reunião na qual esclareceu-se às famílias sobre a questão jurídica da posse das terras em que elas residiam. Após o conhecimento de que a lei lhes assegurava o direito de permanecerem nas suas terras, as famílias tiveram ainda mais motivação para lutar contra aquele grupo. A partir daí, organizarem-se em duas equipes:

“A equipe dos que iam para a mata era formada pelos que tinham mais coragem para isso! Permanente mesmo a gente tinha vinte pessoas, era de modo geral, daqui das proximidades nossas, esses eram os preparados que ficavam aqui de continuo na mata. Aqueles que eram mais assim temerizados iam para fora” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

A equipe dos que “iam para fora” foi constituído por dezoito representantes das famílias da comunidade do Limoeiro (Sudoeste), dentre as quais alguns evangélicos. Apesar da dificuldade financeira conseguiram a quantia necessária para se deslocarem até as cidades de Moju e de Belém, principalmente através do apoio de parentes e amigos, da Prefeitura Municipal de Moju (PMM) e das duas pessoas que lideravam a equipe, o que possibilitou a intervenção junto a diversas “autoridades”²² para reivindicar o direito de posse das famílias.

A equipe dos que “ficavam na mata” foi constituída por representantes das famílias que residiam no Sudeste e no Nordeste e por representantes das áreas adjacentes. Diferente do outro grupo, todas as pessoas eram católicas, conforme suas declarações, e neste as mulheres

“[...] participavam! Tinha vez que a gente chegava a ter até cinco mulheres acompanhando, mas não eram todos não! As que tinham coragem iam e as outras ficavam rezando na casa. Sempre iam pelo menos três, porque às vezes elas se revezavam. Só que a gente tinha pena porque quando a gente passava umas três noites no mato era muito trabalho muito cansaço. Para dormir a noite era muito sacrifício, deitava por debaixo das árvores, e a gente sabia que elas sofriam muito com isso. Aí uns deitavam para dormir e os outros ficavam reparando, fazendo a guarda e quando os que estavam dormindo acordavam os outros que estavam de segurança iam dormir” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

As pessoas dessa equipe conheciam muito bem as trilhas da mata e sabiam usar espingarda e/ou buldogues (armas caseiras), por isso eram as mais indicadas para assustarem os pistoleiros, com os quais não pretendiam um confronto armado, porém não temiam enfrentá-los, caso fosse necessário. Tinha um bom número de pessoas, armamentos e bastante munição que eram adquiridas através da comercialização da madeira, mas o grande trunfo que tinham a seu favor era o bom conhecimento espacial, pois

“nesse tempo não tinha quase caminho na mata. A gente andava no mato e marcava o rumo: daqui ‘vara’ em tal lugar, e eles não tinham essa experiência não é? Eles só iam pelo pico, então era fácil da gente apanhar eles se fosse, por exemplo, um caso de conflito para matar, mas isso só se fosse preciso mesmo, porque a gente queria ficar com as nossas terras sem matar ninguém. Matar era a palavra mais triste que existia aqui! E a gente pedia muito para Deus para que isso não acontecesse e graças a Ele a gente conseguiu vencer sem que ninguém morresse” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

As famílias dessa equipe eram as mais determinadas a permanecerem e a resistirem às ameaças do grupo Serruya. Para elas a posse da terra tinha o valor da vida e do trabalho que

²² O termo “autoridade” foi relatado para fazer referencia aos seguintes órgãos e/ou organizações: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Delegacia de Segurança Pública do Estado do Pará (DOPS), Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), Governo do Estado do Pará, PMM, Fórum de Moju (FM), e Delegacia de Polícia de Moju (DPM).

havam empreendido ali e foi, principalmente, através da sua organização e habilidade que elas conseguiram assegurar sua permanência nela, conforme descrito abaixo:

“Então nós nos mobilizamos muito bem, compramos bastante munição, organizamos a equipe; **a gente tinha o sinal** quando a gente saía nas emboscadas para vistoriar as terras, tinha um sinal para conhecer os que eram da gente, pegava-se uma rama, **toda pessoa que tivesse com aquela raminha na mão significava que era nosso companheiro** e quem não tivesse com aquela raminha na mão então a gente sabia que não estava do nosso lado. E a gente ganhou a mata todinha vistoriando! [...] Também **a gente tinha uma batida** que era a seguinte: existe um pau no mato chamado Tauari, que é uma sapupema grande, então **a gente pegava um pau e batia naquela sapupema** o que servia para saber identificar para qual região estavam os nossos companheiros, esse era mais um sinal. Quando era o **dia das nossas reuniões** para discutir sobre a questão, a gente **colocava até dez pessoas fazendo a guarda da mata ao redor** da casa em que estivéssemos, porque caso eles invadissem, nós teríamos os nossos fiscais que estavam justamente de prontidão lá para vir nos avisar. [...] A gente tinha medo deles nos atacarem quando estávamos em grupo e atirarem em todo mundo, por isso a gente fazia desse jeito. Nunca deixávamos espaço para que eles tomassem posse do poder que a gente tinha e, por exemplo, quando a gente sabia que eles estavam em algum lugar, uns três dos nossos ficavam vigiando de perto. [...] A gente **organizava muito bem organizado**. Então era assim que a gente trabalhava e correu tudo bem, nunca perdemos nenhum companheiro na mata, **nunca a gente perdeu!** A gente enfrentou muita luta e quase a gente guerreava com eles no tiro, mas aí eles sempre fugiam porque a parte deles era menor, do jagunço, eles temiam a gente” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Esse foi o cenário que as famílias vivenciaram durante os três anos que o conflito foi mais intenso. Os que permaneceram na área continuaram exercendo suas atividades regularmente, exceto a pesca, devido algumas pessoas terem utilizado o timbó. Entretanto, quando os homens do grupo Serruya estavam na área, as atenções ficavam completamente voltadas para suas ações.

Apesar da juíza do Fórum de Moju ter concedido o direito da posse às famílias e determinado a intervenção policial na área para a retirada do grupo Serruya, a liminar não foi cumprida. Dispondo de pouca estrutura (policiais e armamentos) e temendo as possíveis “retaliações” do grupo Serruya, o delegado não cumpriu o mandado judicial, como descrito no relato de um entrevistado:

“Passei no restaurante onde o delegado havia ido almoçar, mas ele me falou que não podia fazer nada por nós, porque até ele estava com medo do que o Serruya podia fazer contra ele. E era mesmo, porque naquele tempo a cidade era muito pequena, não tinha quase nada na delegacia, era só o delegado, um soldado e uma viatura” (M.P.S., 83 anos, aposentado).

O único policiamento que chegou à área para atender às famílias ocorreu semanas após as denúncias dos atos de violência vivenciados por elas, devido principalmente aos vários

fatos de violência que ocorriam no meio rural em todo o Estado do Pará. Desta forma, o delegado da DOPS de Belém, pressionado pelas organizações dirigentes das lutas dos direitos humanos, encaminhou uma tropa policial para averiguar aquelas denúncias. No entanto, essa atuação não foi muito favorável às famílias, como pode ser observado no relato de um entrevistado:

“Os policiais da DOPS passaram 3 dias fazendo uma entrevista com as pessoas sobre o que tinha acontecido. Num desses dias o barco com o pessoal do Serruya passou pelo rio, mas como eles sabiam que os policiais estavam na área não iam levando armamento, não é! Os policiais foram atrás deles e quando voltaram disseram que o único armamento encontrado tinha sido uma espingarda de repetição e que podíamos ficar despreocupados, porque o pessoal do Serruya não iria fazer confusão com a gente, o que eles queriam era apenas abrir uma picada não sei onde... Eu tenho para mim que isso foi até um combinado, acho mesmo que esses policiais estavam para o outro lado não é? (M.P.S., 83 anos, aposentado).

A partir de então as ações do grupo Serruya tornaram-se ainda mais truculentas e os trabalhos prosseguiram em ritmo mais acelerado. Com o aumento do número de pistoleiros e da quantidade de armamentos, as pressões às famílias foram ainda mais intensas. Diante destes fatos e sem esperança de intervenção governamental a equipe dos que “iam para a mata” decidiu então fazer o contradespejo:

“Depois que a gente soube que o pessoal da Serruya tinha entrando novamente na área, fizemos uma reunião e decidimos não atacá-los nesse dia, porque eles estariam bem prevenidos e o melhor seria pegá-los mais descuidados, quando eles pensassem que não iríamos mais atacar e reiniciassem os trabalhos, e foi o que aconteceu na noite do terceiro dia. Então quando anoiteceu a gente foi até o barracão onde eles estavam alojados, entramos jogando todo mundo no chão e mandamos que eles entregassem todas as armas que tivessem. Quatro dos nossos homens entraram e apanharam todas as armas que eles tinham, eram mais de 30 armamentos, depois fechamos o barracão com eles dentro, quer dizer que os dezoito homens ficaram sendo nossos prisioneiros, e nós ficamos vigiando e fiscalizando o pico tanto do lado do igarapé Maratininga como do lado do igarapé São Bento. Além disso, alguns dos nossos homens ficaram a uns 500m de distância do barracão para nos avisar caso os proprietários ou outros pistoleiros deles se dirigissem para lá ou algum imprevisto acontecesse nos nossos planos eles fugiriam para pedir socorro. Depois de três dias presos e desacreditados que o proprietário Serruya iria lá, o pessoal dele pediu para que soltássemos eles, que iriam embora e não voltariam mais. Foi o que aconteceu, não voltaram mesmo” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Após o episódio, algumas famílias que tinham saído das suas casas retornaram. O medo de que o conflito retornasse ainda as assustava, porém elas acreditavam que através do apoio jurídico e político conseguiriam a posse e finalizariam este capítulo da história de suas vidas.

Em 1983 os sindicalistas que participavam dos movimentos agrários ocorridas no município de Moju e lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais ganharam as eleições do STR desse município. Isto favoreceu os trabalhos que esses sindicalistas desenvolviam e a atuação do STR ficou cada vez mais forte. Na área do caso Serruya²³ foram eleitos dois delegados sindicais que tinham a função de assessorar as famílias e intervir junto ao ITERPA para que este resolvesse a questão fundiária pendente.

Nesse período, devido às ações dos movimentos sociais com relação às violências que vinham ocorrendo a trabalhadores rurais no estado, o INCRA teve conhecimento daquele conflito e designou um de seus funcionários para averiguar a situação. Constatou-se que se tratava de uma população que há décadas residia naquelas terras, cujo domínio pertencia ao Estado e, portanto, o responsável por sua jurisdição era o ITERPA.

No entanto, sem nenhuma atuação desse órgão, o “caso Serruya” permanecia sem qualquer solução. A partir daí o grupo Serruya paralisou os seus trabalhos e a situação da regularização das terras das famílias permanecia sem solução. Na tentativa de retomar as atividades, o grupo propôs às famílias a troca daquelas terras por terras localizadas na região do Alto Moju, conhecidas como Vila da Soledade, mas as famílias não aceitaram; como relata um entrevistado:

“Muitos moradores daqui eram amigos de um camarada que chefiava a vila da Soledade, conhecido por Lucito, e ele era ‘conveniado’ com o Leo Serruya. Então esse camarada veio aqui e propôs que a gente mudasse para a Soledade, ele dizia que lá a gente poderia fazer roça e que teríamos uma estrada, mas se a gente tivesse que ter uma estrada ela iria ser aqui onde a gente nasceu e se criou. A gente não podia sair daqui e deixar nossas terras, isso sem nem conhecer o lugar para onde a gente iria, e no caso da gente não se adaptar num outro lugar? Não tínhamos assim uma idéia de como iríamos sobreviver lá, devido a gente ter tanta coisa aqui e lá, será que iria ter? Porque a gente tinha muita castanha aqui, muita fruta, a gente tinha uma vida saudável sem ser preciso estar gastando dinheiro, não é? Então a gente nunca aceitou essa mudança. Até porque, Lia, nós que somos daqui não tem outro jeito, tinha mesmo que ser aqui para a gente viver, porque nascemos aqui e gostamos muito daqui. Tudo que a gente quer aqui tem e por isso a gente não tinha como sair daqui: **a caça tinha; o peixe tinha; a farinha a gente fazia uns pedacinhos de roça e conseguia e as frutas a gente tinha**, para ir para lá a gente não sabia o que iria passar, não sabia se a terra para lá era boa. Como que a gente iria passar do lugar que nasceu e se criou para o lugar que estão ‘dando’ para gente, a gente sabia que isso não iria dar certo!” (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Em 1987 um dos delegados sindicais da área foi eleito dirigente da CUT regional. Nesse período manteve contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e participou dos encontros estadual e nacional desse movimento, foi quando expôs o

²³ Expressão utilizada pelo Movimento Sindical da época.

“caso Serruya” aos seus dirigentes. A partir de então o representante local do MST acompanhou o caso e, por algumas vezes, esteve na área. No entanto, a atuação foi muito breve, devido o STR de Moju ter-se desvinculado desse movimento, conforme descrito no relato de um entrevistado:

“Em 1987 o MST esteve integrado aqui com a gente, mas não permaneceu por muito tempo. Algumas vezes eles vieram aqui, mas depois a gente acabou perdendo o contato com eles. Houve assim um tipo de desinteresse sobre a questão da discussão que eles tinham e nós acabamos nos separando, um foi para um lado e o outro foi para outro. Nós nos desarticulamos deles, foi isso. Foi uma questão política, pois o STR tinha pouco interesse em continuar o trabalho junto deles, principalmente porque a maioria dos diretores da época era contra esse movimento. Isso aconteceu depois do assassinato do presidente Vergílio” (R.R.C., 48 anos, professor).

Após a morte do presidente do STR de Moju na época, Sr. Vergílio Serrão, ocorrida em 1987, as relações com o MST foram gradativamente sendo rompida devido às diferenças que algumas lideranças do STR de Moju tinham com esse movimento, os quais passaram a vetar a sua atuação no município do Moju e conseqüentemente não pôde mais atuar no “caso Serruya”.

Em 1989, após várias intervenções do STR junto ao ITERPA e após a entrega do levantamento das famílias que residiam nas terras do “caso Serruya”, a demarcação das mesmas foi autorizada, destinando-se a cada família uma área de 500m de frente por aproximadamente 2000m de fundo. Para realizar este trabalho o ITERPA credenciou e treinou um morador das proximidades que também era delegado sindical. Por causa disso, as famílias comumente relatam que a demarcação foi efetivada pelo STR e não por esse órgão, mas, principalmente, porque a posse de suas terras permanecia irregular. Conforme descrito por um entrevistado:

“O sindicato levou o Sr. Artur Ferreira Castro ao ITERPA e lá não sei quem deu uma credencial para ele e uma máquina que media 500m e serviria para ele fazer o pico. Só que esses picos não eram assim pico para dividir tantos ha para um ou tantos alqueires, não! Era para dividir a área, divisão de família em família, desse o tanto que desse, e era assim que era aqui (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Posteriormente as famílias cujas terras foram demarcadas receberam um protocolo com o número do documento de ocupação da terra expedido pelo ITERPA, porém, sem nenhum valor legal com relação à propriedade e, portanto, o caso permanecia sem solução.

Em decorrência disso e como estratégia de fortalecer a luta das famílias, o STR alocou novas famílias nas margens do rio Moju. A maioria vinda do Arauari, uma comunidade que

pertence à região do Alto Moju, localizada nas proximidades da área em questão. O esquema da demarcação das áreas de terras efetivadas pelo STR/ITERPA após as novas ocupações que ocorreram ao final da década de 1980, e mobilizadas pelo próprio STR, pode ser visualizado na figura 07.



FIGURA 07: Demarcação das terras das famílias residentes na área onde atualmente é o assentamento Olho D'Água II, realizada pelo ITERPA através do STR, após as novas ocupações mobilizadas com apoio do próprio STR.

FONTE: Pesquisa de campo, julho/2008.

No início da década de 1990 o grupo Serruya entrou com ação de reintegração de posse junto ao INCRA. Em reação a isso, o STR desmontou a casa dos proprietários desse grupo, pois assim dificultaria a permanência deles na área. Embora se tivesse pensado que a casa seria uma boa sede para o sindicato, diante das novas investidas do grupo desistiu-se deste plano, com isso foi afastada definitivamente sua presença da área. A demolição da casa permanece como símbolo da derrota do oponente.

4.4 O FIM DE UMA HISTÓRIA DE LUTA E O INÍCIO DE OUTRA: A CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO

No início da década de 1990 o INCRA foi designado para resolver o “caso Serruya”. Embora os entrevistados se lembrem do fato, eles desconhecem o porquê disso ter ocorrido, pois naquela época as terras em questão eram devolutas e pertenciam à jurisdição do ITERPA. A partir daí, os funcionários daquele órgão passaram a vistoriar periodicamente a área, sem, no entanto, adotarem nenhuma solução definitiva para o caso.

A possibilidade do grupo Serruya estabelecer-se nas terras era praticamente inexistente, fato que posteriormente resultou nas negociações de seus proprietários junto ao INCRA para a desapropriação da propriedade cujo título de posse apresentado por eles a denominava de “Fazenda Olho D’Água II”²⁴, provavelmente, procedente de processo de grilagem, pois não havia outra maneira deles terem obtido o título de terras que correspondesse à área descrita no documento. Situações como essas foram bastante comuns no município de Moju, o que hoje confere a este município o reconhecimento como um dos três com maior índice de grilagens de terra no estado do Pará (CAYRES;SEGBART, 2003).

As negociações somente terminaram no final de 2001 quando a área dos 8.082ha da fazenda Olho D’Água II foi desapropriada para fins de reforma agrária. No ano seguinte o assentamento Olho D’Água II foi constituído. As terras das demais famílias residentes nas proximidades da área em questão foram restituídas ao ITERPA o qual lhes conferiu o título de posse. Com isso, após vinte anos, o “caso Serruya” definitivamente foi encerrado.

A maioria das famílias ali residentes não tinha conhecimento sobre a implantação de um assentamento. Apesar disso, viu-se na iniciativa a possibilidade de regularização da posse da terra. Além do que, as promessas de habitação, fomento, projetos agrícolas, assistência técnica funcionaram como reforço. Assim, as famílias adotaram a condição de “assentadas” da reforma agrária.

Durante a constituição do assentamento, a distribuição sócioespacial das famílias conformou três²⁵ agrovilas: Limoeiro, Santa Maria e Moraes, que pertencem respectivamente às comunidades, Limoeiro, Santa Maria e Monte das Oliveiras (ver quadro 05), reorganizadas a partir disso. Nesse período a maioria das famílias que residia na área morava às margens do igarapé Maratininga e do rio Moju.

²⁴ Conforme consta na portaria de desapropriação emitida pelo INCRA – SR 01.

²⁵ As agrovilas/vilas e as comunidades são tratadas pelo INCRA com significado semelhante ao de Associação.

Comunidade	Localização	Número de famílias
Limoeiro	Sudoeste	40
Santa Maria	Nordeste	26
Monte das Oliveiras	Sudeste	20
TOTAL		86

QUADRO 05: Distribuição sócioespacial das famílias do assentamento Olho D'Água II durante sua constituição em 2002.

FONTE: Melo et al. (2004).

A primeira Relação de Beneficiários (RB) do INCRA foi realizada em 2003, mas apenas 29 famílias (34%) foram cadastradas como assentadas da reforma agrária devido, principalmente, a maioria não possuir as documentações²⁶ pessoais necessárias para esse cadastro.

No início de 2004, o INCRA contratou uma prestadora de serviço (Instituto Agroecológico da Amazônia - IAAM) para realizar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), porém poucas famílias da comunidade Santa Maria foram envolvidas, devido o acesso à comunidade ser muito difícil. Posteriormente, contratou-se a empresa de Projetos e Levantamentos Topográficos (PROJETOP) para efetuar a demarcação da área e dos lotes do assentamento.

Apesar dos funcionários do INCRA terem realizado uma reunião para tratar a respeito dessa demarcação, a maioria das famílias não foi convocada e, portanto, não puderam participar das decisões a respeito disso, que de forma geral, partiram das imposições desses funcionários ou sobre suas influências, como foi o caso da escolha de lotes individuais, que segundo eles “cada um deveria ficar com o que é seu”. Além disso, as famílias acreditavam que dessa maneira o reconhecimento da posse teria maior valor e assim não vivenciariam conflitos como o que ocorreu com o grupo Serruya. Sendo esta a principal razão do INCRA ter estabelecido suas normas e estas terem prevalecido sobre as normas costumeiras, ao que ocorreu também com relação a outras questões que foram decididas sem ampla discussão com as famílias que ali residiam.

A demarcação que havia sido realizada pelo ITERPA foi mantida e as famílias permaneceram nas áreas em que já residiam devido à solicitação das mesmas, pois já estavam organizadas nesses espaços. Ficou acordado que para essas famílias o lote demarcado seria de

²⁶ Registro Geral de Identidade - RG e/ou Cadastro de Pessoas Físicas – CPF

no máximo 100ha, e onde não houvesse ocupante seriam demarcados lotes de até 50ha. No entanto, sem o devido acompanhamento dos funcionários do INCRA ou de um representante das comunidades, isso nem sempre foi executado. O único presidente das três comunidades que acompanhou a demarcação foi o da comunidade Monte das Oliveiras, mas apenas na área dos lotes da sua comunidade.

Após a identificação da família ocupante da área e de seus confinantes, fazia-se a demarcação dos lotes. Se a área ultrapassasse 100ha ela era dividida em dois lotes, um permanecia com a família ocupante e o outro era destinado a um dos seus filhos que tivesse maioria, preferivelmente o que tivesse constituído família, caso contrário, seria destinado para uma família de algum parente ou um conhecido próximo, ou ainda, outra família “desconhecida”, recém chegada.

Durante a demarcação dos lotes das famílias da comunidade Santa Maria, algumas pessoas tentaram resistir à divisão das terras cuja posse e uso eram comuns entre parentes de grau primário, para os quais essa demarcação deveria ser executada apenas na área total dessas terras. Fato que não ocorreu devido isso divergir das normas estabelecidas pelo INCRA para esse tipo de assentamento, em que cada família deve ter seu respectivo lote. A respeito disso, um entrevistado relatou que:

“O INCRA quer que cada um fique num lote não é? Por exemplo, um para mim, um para esse filho, um para o outro filho e aqui não é assim! Eu sou unido com os meus filhos e eles comigo, quer dizer que os dois lotes que a gente tinha antes, o INCRA dividiu para mim e para meus dois filhos, mas a gente trabalha como se fosse um só, sabe como é? para nós três. Os funcionários do INCRA falam que quando a gente for fazer um projeto, cada um vai ter que apresentar o seu lote não é? Nesse caso eu vou dizer que para mim e para os meus dois filhos que moram na terra, nós não podemos cortar um pedacinho para cada um, para cada um fazer um projeto. Então como a gente vai fazer? Cada um de nós faz um projeto na área que nós temos, nos dois lotes de antes. Se eu quiser plantar banana eu planto, se ele quiser plantar cupuaçu ele planta, se ele quiser plantar cana ele planta. Eu e meus filhos nos entendemos, eu sou o pai e ainda dou conta de dominar eles para fazer o que for preciso, eu não careço estar em briga, de dizer que tem que passar cada um para o seu lote, não! Cada um mora com seus filhos e mulher e fica tudo entendido sabe?” (P.L.C., 59 anos, lavrador e extrativista).

Apesar dos funcionários do INCRA terem acordado com algumas famílias a respeito da demarcação da reserva legal²⁷, e sobre a indicação do local onde ela poderia ser demarcada, a mesma não foi efetivada. Segundo os entrevistados, isso ocorreu porque esses

²⁷ Localizada próxima à cabeceira do igarapé Guajará, cuja área não havia sido dividida pela demarcação do ITERPA/Sindicato; a que também fora indicada pelos técnicos que realizaram o PDA: “a delimitação da área da reserva legal, sugerida para ser efetivada na parte norte, próximo à cabeceira do igarapé Guajará (onde ainda se constata a presença de áreas de mata fechada), resguardando-a de impactos negativos que abalem sua microbacia” (MELO et al., 2004).

funcionários comunicaram aos técnicos da PROJETO P que não havia necessidade dessa demarcação, pois a legislação ambiental pertinente indicava que a reserva legal do assentamento poderia ser representada pelos 80% da reserva legal do lote de cada família, conforme foi relatado por um dos entrevistados:

“Quando a topografia veio não foi discutido sobre a demarcação da reserva legal. No meio das atividades eu perguntei para o seu Xico Magro sobre como ficaria a questão da reserva legal e ele me respondeu que já tinha um novo acordo do governo com o INCRA e que a reserva legal poderia ficar 80% de cada lote, e que a gente teria o direito de trabalhar em 20% e destinar 80% do lote para a reserva legal. Assim era que ficaria a área da reserva (S.P.M., 51 anos, lavrador e extrativista).

Assim a quantidade de lotes agrícolas que era de 101 (previstos na época da fundação do assentamento) aumentou para 156. O que favoreceu a chegada de mais famílias vindas de diferentes lugares na expectativa de adquirirem terras e os demais benefícios da reforma agrária. A figura 08 apresenta a nova configuração espacial estabelecida pelo advento do assentamento.

Essa situação é uma das demais situações em que o INCRA estabeleceu suas normas, e estas prevaleceram sobre as normas costumeiras, em especial às práticas locais de caçar, principalmente no que se refere a realização destas práticas em áreas que até então eram de uso comum, mas que a partir da nova configuração espacial não mais existiam. Apesar disso as famílias “beneficiadas” não cogitaram resistência a tal situação, em razão do pouco ou nenhum conhecimento de seus direitos de beneficiárias, mas, sobretudo pelo temor que tinham em perder a única possibilidade real de resolverem o problema fundiário de suas terras.

Ao final de 2004 residiam na área cerca de 120 famílias, período em que o número de famílias cadastradas na RB passou de 29 para 46. O total de 120 famílias residentes representava um significativo aumento quando comparado ao total de famílias durante a constituição do assentamento em 2002, que era de 86 (conforme quadro 05). O que ocorreu, principalmente, devido a chegada de famílias vindas de Tailândia, Ananindeua e do Maranhão atraídas pelos benefícios da reforma agrária, como dito anteriormente.

Nesse caso, os anseios da população local novamente não foram considerados, uma vez que a maioria das famílias que ali residiam durante a constituição do assentamento não pretendia que famílias vindas “de fora”, ocupassem as terras de suas respectivas comunidades. Embora, a negociação de lotes (ou dos recursos ali existentes) tenha passado a ser um forte atrativo, principalmente para os presidentes/representantes das associações locais.

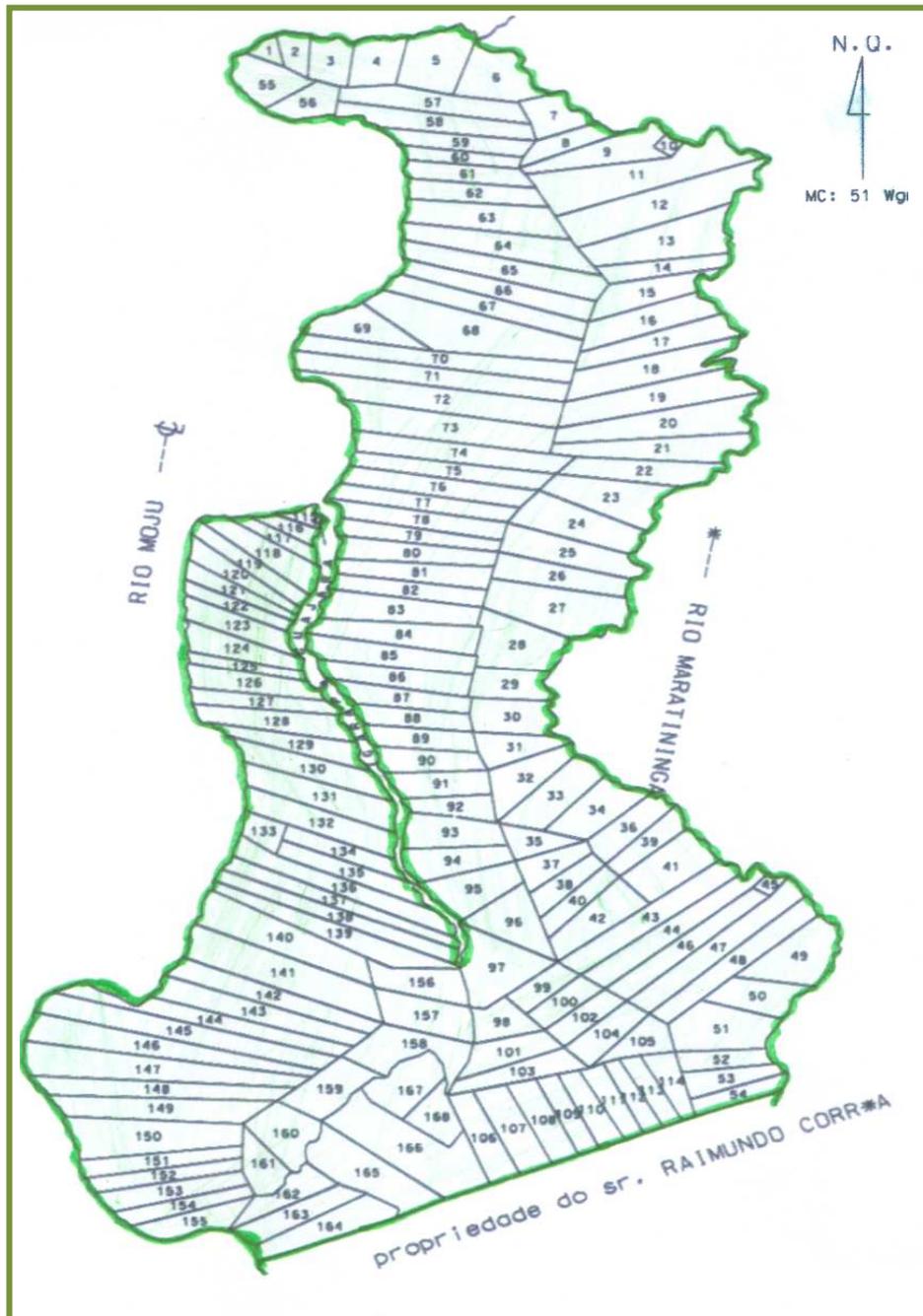


FIGURA 08: Configuração espacial do assentamento.
 FONTE: Pesquisa de campo, julho/2008.

No ano de 2006, todas as famílias “assentadas” receberam a primeira parte do fomento e, em seguida, as famílias assentadas das comunidades Monte das Oliveiras e Limoeiro receberam o crédito habitação. A partir disso a venda de lotes passou a ocorrer e ser cada vez mais frequente e novas famílias vindas de Marabá, Ceará, Distrito Federal estabeleceram-se no assentamento. Sem intervenção do INCRA, o fluxo de entrada na área continua a ocorrer e várias dessas famílias já foram cadastradas na RB.

É importante ressaltar que para a maioria das novas famílias que imigraram após a constituição do assentamento, a terra tem valor de uso diferente do que possuem as famílias nativas (aquelas que ali já viviam), em especial no que diz respeito a importância e uso da floresta. Enquanto para as famílias nativas representa sua própria produção e reprodução social, para as famílias “de fora”, a floresta pode prontamente ser substituída por outro sistema de produção, e em determinadas situações podem negociar o lote, e abandonar a terra que lhes pertencem.

Atualmente residem no assentamento aproximadamente 180 famílias, o que representa praticamente o dobro do número de famílias que residiam na área durante a sua constituição. O número de famílias assentadas é de 99, sendo que muitas famílias nativas ainda não foram cadastradas, como por exemplo, na comunidade Santa Maria onde apenas 9 das 42 famílias, efetuaram o cadastro.

Tendo em vista os objetivos da dissertação, nos deteremos para efeito de pesquisa naquelas famílias que já residiam na área antes da implantação do assentamento, limitando-se apenas a comunidade Santa Maria. No próximo capítulo analisarei os usos da floresta que no passado²⁸ eram os mais importantes para a sobrevivência e reprodução dessas famílias.

²⁸ Conforme explicado na metodologia refere-se ao período anterior à implantação do assentamento.

5 O IR À FLORESTA E AS REGRAS DO JOGO: O PASSADO DAS FAMÍLIAS DA SANTA MARIA

Para as populações humanas que habitam as florestas da região Amazônica o uso dos diversos recursos do ecossistema constitui-se meio de vida imprescindível, como é o caso das famílias da comunidade Santa Maria. O acesso às áreas de floresta foi estabelecido a partir de diferentes tipos de relações as quais possibilitaram a apropriação dos recursos necessários para a sobrevivência e a permanência dessas famílias na referida comunidade. As caças terrestres e as roças são consideradas os recursos de maior importância para isso.

Neste capítulo, analiso as formas de acesso as áreas de florestas que ocorriam para obtenção de caças e realização de roças antes da implantação do assentamento, ou seja, no passado.

5.1 O ACESSO ÀS ÁREAS DE FLORESTA E AS REGRAS DE USO

Segundo os entrevistados, até 2002 existiam os seguintes tipos de regime de propriedade: áreas próprias (com ou sem a posse jurídica); áreas devolutas (ausência de direitos de propriedade bem definidos); áreas arrendadas e áreas concedidas (comodato).

Os diferentes tipos de regime possibilitaram os diversos usos da floresta, dentre eles a caça e a roça, os quais eram os de maior importância para a alimentação das famílias que residiam na área da comunidade Santa Maria. Para isso, foram estabelecidos alguns acordos, os quais fazem parte do que Ostrom (1990) define por “instituições”, termo que, segundo ela, pode ser entendido como: “um conjunto de regras de trabalho que determinam, entre outros, os participantes, as ações permitidas ou proibidas, as informações necessárias e a distribuição de benefícios”.

Segundo as informações levantadas, as “caças” eram consideradas “divinas”, isto é, eram providas por Deus e por isso pertenciam a todas as pessoas, para as quais o acesso às áreas de floresta era permitido, principalmente, porque a disponibilidade desse recurso era farta.

Apesar das afirmações de Hardin (1968) quanto a inexistência de direitos de propriedade bem definidos com relação ao acesso aos recursos comuns, não corresponde o

caso das famílias da comunidade estudada, durante décadas constituíram regras e acordos, dentre os quais:

- a) Todas as pessoas que residiam no espaço daquela comunidade podiam usar a floresta para caçarem e, excepcionalmente, as pessoas que residiam “fora”, no caso de parentes, amigos ou compadres daquelas;
- b) A captura das caças era, prioritariamente, realizada por homens e sempre com idade acima de 16 anos;
- c) Um segundo caçador somente permaneceria numa determinada área se o que já estivesse, desse a permissão para isso, caso contrário, a preferência seria do caçador que inicialmente havia chegado na área. No entanto esse fato dificilmente ocorria, pois além da grande disponibilidade de floresta, geralmente os caçadores não se dirigiam para as áreas onde já estivesse outras pessoas caçando;
- d) A quantidade de caças deveria ser apenas a necessária ao consumo doméstico;
- e) Durante o período de procria dificilmente as caças fêmeas eram capturadas.

A grande disponibilidade de caças favorecia aos caçadores selecionarem os animais que seriam abatidos. E, embora, as fêmeas fossem capturadas não comprometia a reposição dos animais naquele ecossistema, a qual era assegurada, segundo os relatos locais, devido essa captura ser pouco recorrente e, principalmente, pela abundancia de tais animais.

No caso das caçadas serem realizadas em áreas que estivessem sob a posse de alguém (áreas próprias), dever-se-ia:

- a) Pedir “licença” antes de adentrar na floresta e
- b) Dividir a carne dos animais capturados.

Com relação a isso, vários relatos foram bastante enfáticos, por exemplo:

“A gente matava e levava um pedaço para ela, porque a gente tirava de cima da área que ela vivia então tinha que dividir com ela” (P.L.C., 59 anos, lavrador e extrativista)

“Quando matava a caça na terra de outra pessoa, então tinha de dar um pedaço para ela, assim que era aqui” (M.N.C., 99 anos, aposentada).

Geralmente as pessoas caçavam apenas nas áreas em que residiam ou próximo a elas, o que lhes favorecia economizar tempo e energia nessa atividade. Por vezes, os entrevistados relataram sobre isso, como por exemplo:

“Olha vizinha, para lhe dizer a verdade logo que chegamos para cá não carecia o cara esquentar a cabeça para arranjar a comida. Uma vez minha mãe estava sentada

numa casa que tinha aqui nesse lugar, quando ela viu o veado estava comendo a folha da embaúba, bem pertinho da casa. Também tinha uma árvore de fruta pão ali onde tinha uma casa velha e a paca passava por debaixo do assoalho para comer a fruta pão” (I.L.J., lavradora, 75 anos).

“Eu matei veado aqui no terreiro, é. Uma vez matei um ali no porto, nós tínhamos chegado de Igarapé Miri, eu estava acabando de almoçar e a mulher estava lavando a vasilha, quando eu vejo, lá vem ela correndo me chamando, que tinha um veado andando aí nesse campo, aí eu pulei peguei a espingarda e fui atrás, atirei ele para o lado dali, aí os cachorros foram lá e arrastaram ele para cá” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista)

Isso era possível num contexto em que a disponibilidade de caças era maior que a demanda e a quantidade de floresta existente nas áreas em que as famílias residiam era relativamente extensa. Em consequência da redução da disponibilidade desse recurso, progressivamente, as pessoas buscavam novas áreas para a realização das caçadas.

O acesso das famílias às áreas de floresta para a realização de suas roças foi predominantemente em áreas próprias. Em alguns casos, a floresta da área que pertencia a uma determinada família era utilizada por um grupo de parentes, os quais decidiam conjuntamente o tamanho que seria destinado a cada um.

Nas terras devolutas o acesso era livre a todas as famílias, mas de modo geral elas tinham preferência por realizar suas roças nas florestas próximas as suas residências, principalmente, porque o deslocamento era bastante difícil e demorado. Essas terras eram ocupadas por novas famílias que chegavam, as quais detinham a posse das mesmas.

Além desses tipos de acesso, existia também o comodato e o arrendamento. Neste caso, quem decidia o tamanho da área e o tipo de vegetação a ser plantada era o arrendador e o arrendamento era pago com trabalhos realizados em sua roça ou com parte da colheita da mandioca e/ou com a farinha produzida pelo arrendatário. No caso da concessão ou comodato, a produção na área concedida destinava-se apenas ao autoconsumo dos membros da família beneficiada.

5.2 OS USOS DA FLORESTA: AS CAÇAS E AS ROÇAS

Dos diversos usos da floresta (frutas, madeiras, caças, plantas medicinais e roças) dependia o próprio modo de vida das famílias da comunidade Santa Maria. Sendo as caças terrestres e as roças os de maior importância tanto em termos sociais quanto econômicos, uma

vez que eram estes usos quem asseguravam a alimentação dessas famílias, como mostra o quadro 06:

Ordem	Atividades	Número de famílias	%
1	Roças	28	100
2	Caças	27	96
3	Pesca	18	64
3	Extração madeireira	18	64
4	Criação (suínos e aves)	11	39
5	Extração do açaí	4	14

QUADRO 06: Atividades de maior importância para a aquisição dos principais alimentos.

5.2.1 Caça: Solução Divina do passado

Semelhantemente às diversas populações ribeirinhas e extrativistas que habitam as florestas da região Amazônica (MARTINS, 1993), a caça constituía a principal fonte de proteína animal para as famílias da comunidade Santa Maria.

Embora os estudos de Hiraoka (1993) tenham confirmado que a pesca era a principal fonte de proteína animal para as comunidades que habitam regiões próximas a cursos d'água e o uso da carne da caça fosse fonte secundária, isso não corresponde ao passado vivido pelas famílias desta pesquisa. Segundo as informações orais dos entrevistados a caça tinha mais importância, em termos de uso, do que a pesca (ver quadro 06), semelhantemente ao que foi constatado em algumas comunidades estudadas por Oliveira, Carvalho Junior e Chaves (2004).

Para esses autores, a maior ou menor importância em relação ao uso desses recursos está relacionada principalmente com a disponibilidade de cada um deles. No entanto, há outros fatores relacionados a essa importância, entre os quais: os hábitos alimentares das pessoas e a preferência por animais que lhes disponibilizem uma maior quantidade de carne, ou mesmo pelo sabor destas, como foi o caso apresentado por Almeida et al.(2002), cuja preferência dava-se em razão do gosto e não do tamanho do animal.

No caso estudado, as caçadas eram constantemente realizadas (ver gráfico 05). Além da farta disponibilidade de caças, o hábito alimentar das pessoas que ali viviam e a excelente quantidade de carne privilegiava o maior consumo desses animais, principalmente quando

comparado à carne de peixe. Esse consumo foi fundamental para assegurar o desempenho em outras atividades, como no caso dos trabalhos da roça.

Conforme pode ser observado no gráfico 01, as caçadas eram realizadas tanto no inverno quanto no verão, porém, esta última era a época preferida pelos caçadores, principalmente porque durante o inverno as chuvas prejudicavam a realização dessa atividade em razão do maior desconforto da sua permanência na floresta e também por que tinham dificuldade em distinguir o barulho do movimento da caça devido, segundo eles, assemelhar-se ao dos pingos da chuva sobre as folhas.

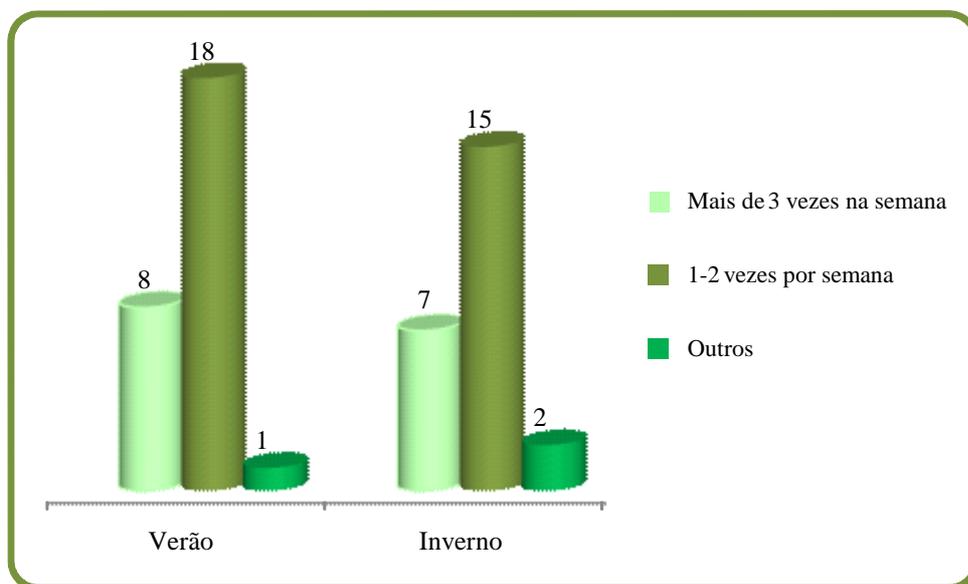


GRÁFICO 01: Época e frequência da realização das caçadas, e quantidade de famílias nas quais elas são realizadas.

A respeito da época da caçada, Almeida et al. (2002) citam que para os moradores das comunidades por eles estudadas, a preferência por caçar incide na época do inverno por ser esta a de maior oferta de alimentos (frutos) utilizados pelas caças, facilitando, assim, sua apreensão. Além disso, segundo esse autor, o fato das chuvas manterem o solo permanentemente úmido abafa o barulho dos passos do caçador, dificultando as caças de detectá-los, também nessas condições há maior facilidade na visualização dos rastros deixados por esses animais.

Durante a fase de lua cheia, as caçadas noturnas não eram realizadas, devido à claridade que incidia na floresta dificultar a obtenção dos animais, pois estes tinham mais facilidade de visualizar e fugir do caçador. Nesse período, outros tipos de caçada eram realizados, principalmente durante o dia. Segundo os entrevistados, as noites mais apropriadas para as caçadas noturnas eram durante a fase de lua crescente, quando a escuridão facilitava a

obtenção da presa. Fato este também observado por Trinca (2004) nos estudos realizados por ele no assentamento Japuranã, localizado ao norte do Estado de Mato Grosso.

Em outros casos, como o estudado por Almeida et al. (2002, p.313), a lua e suas fases “tem grande relevância tanto para a atividade de caçar quanto para a de plantar”. Por exemplo, dizem que em certas fases da lua alguns animais saem da toca e outros não e que “veados andam em alturas diferentes dos morros”. A respeito disso, os autores citam as falas de um de seus entrevistados:

“O veado come de dia e de noite [...] conforme a saída da lua. Se a lua estiver saindo na boca da noite, assim das sete horas em diante, ele vem antes da lua sair. Depois da lua sair ele não vem mais. Aí quando a lua está se pondo, de madrugada, ele vem depois do “pôr-da-lua”. E se não tiver lua, se o cara esperar na ‘comida’ do mato, o cara pode esperar até sete horas, se ele não vem, só de madrugada” (ALMEIDA et al., 2002, p.321).

Os métodos que os caçadores realizavam para a obtenção das caças eram: a varrida, a excursão, a espera e a armadilha (ver gráfico 02). Sendo os dois primeiros os mais utilizados pelos entrevistados, e por isso os mais importantes.

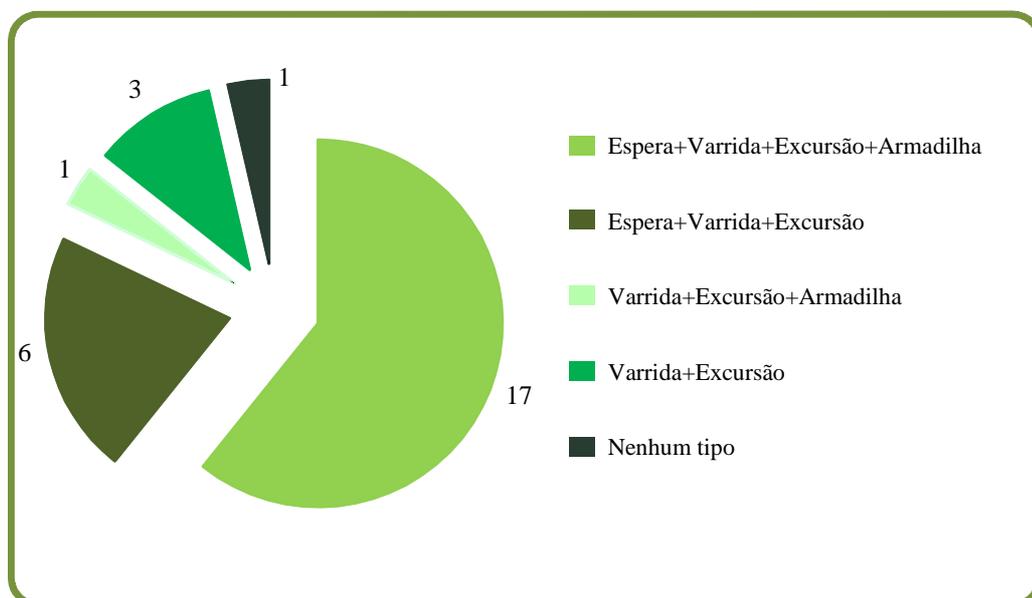


GRÁFICO 02: Os métodos utilizados pelas famílias para a obtenção das caças.

No método de espera o caçador aguardava o animal em pontos específicos: árvores em frutificação ou nas margens de cursos d’água (rios e igarapés). No primeiro caso, o caçador vistoriava as árvores e a área de suas proximidades para detectar algum rastro (pisadas, cheiros, abrigo, ou outro) de caças, se positivo, construía-se um jirau (um estrado de madeira utilizado para observar a *caça*) na própria árvore ou próximo a ela, no qual iria acomodar-se

para esperar a caça vir alimentar-se. No segundo caso, o caçador apenas se dirigia até as margens e escolhia um determinado local onde permanecia a espera da presa.

No método de varrida, primeiramente o caçador escolhia um local, de preferência, onde houvesse algum rastro de caça e, posteriormente, limpava-se um caminho pelo qual ele percorreria para tentar a captura. Essa limpeza consistia na retirada das folhas e galhos, denominada pelos entrevistados como “varrer o chão”, fato este que conferiu o nome de “varrida” a esse método, objetivava evitar ao máximo o barulho do caçador durante sua caminhada e deste modo dificultar à caça detectar a presença dele.

No método de excursão o caçador percorria a pé, lenta e silenciosamente, as trilhas existentes na floresta ou em canoas, as margens de cursos d’água (rios e igarapés). A caminhada era realizada por uma ou no máximo duas pessoas, com ou sem cachorros, e executada durante o dia. Já a excursão pelas margens de rios e igarapés podia ser realizada tanto à noite, quando os caçadores utilizavam lanternas para localizar as caças, quanto de dia e visava surpreender os animais que desciam até as margens para beber água.

Quanto ao instrumento utilizado na execução das caçadas, a espingarda era o principal, e também o mais preferido, como pode ser observado no relato abaixo:

“Eu era caçador de espingarda! Nunca gostei de caçar com cachorro. Sempre tive cachorro, mas era uma vez ou outra que caçava com ele. Era caçador só eu e Deus, e eu era caçador mesmo! Até ensinei outras pessoas a caçarem, só com os conhecimentos da minha caçada. Quando usava armadilha era mais o bodogue” (M.D.P, 59 anos, lavrador e extrativista).

Dentre as várias armadilhas que eram utilizadas, as mais citadas pelos entrevistados foram o bodogue também conhecido como bufete e a arapuca. Sendo esta um objeto de origem indígena destinada a capturar aves e mamíferos vivos. Já o bufete, que é um tipo de arma caseira, destinava-se a capturar o animal morto por um tiro, quase sempre certo, disparado por um arame conectado a ele, após ser acionado pelo toque da caça.

O cachorro era utilizado apenas na técnica de excursão, em especial pelas mulheres. Além de farejador, ele também auxiliava o abate da caça, pois perseguia até acuar este animal. Todos os entrevistados ressaltaram sobre a importância da presença do cachorro junto às mulheres, no caso dessas adentrarem a floresta, fato este ligado não somente a alguns mitos criados por aquelas pessoas, mas também por causa das limitações físicas dessas mulheres.

Alguns objetos como a lanterna e a faca eram frequentemente levados durante as caçadas. Sendo aquela utilizada durante as caçadas noturnas para facilitar a visualização das

trilhas e das caças, esta para ser utilizada caso houvesse a necessidade de cortar e preparar a carne da caça obtida.

Conforme descrito nos métodos das caçadas, apenas uma ou no máximo duas pessoas realizavam uma caçada. Sendo que as individuais eram as mais preferidas pelos caçadores, devido a menor incidência de barulho e os riscos de acidentes com o manuseio da espingarda durante essa execução.

De maneira semelhante ao que foi constatado nos estudos de Almeida et al. (2002), na comunidade Santa Maria caçar era por excelência uma atividade masculina, isto é, as caçadas pertenciam predominantemente ao universo social dos homens e representavam o seu domínio sobre a floresta. Através deste domínio o homem assegurava o fornecimento dos bens necessários ao consumo dos membros da sua família e assim consolidava sua autoridade doméstica. Fato este, constatado e descrito por Heredia (1979) em outro contexto.

No caso tratado por Almeida et al. (2002, p.312) a explicação para o fato da caçada ser por excelência uma atividade masculina, é a de que essa atividade “exige, além de força e disposição, várias outras qualidades” que, segundo os seus entrevistados, somente os homens detinham, e por isso, “se diz que caçar é serviço para homem” (ALMEIDA et al., 2002, p.313).

No caso estudado nesta dissertação as expressões “muito difícil” e/ou “não era bom”, comumente eram utilizadas pelos entrevistados para ratificarem que a caçada não pertencia ao universo social das mulheres. Uma das explicações para isso era a de que o “marido não deixava” (M.P.R., 49 anos, lavradora e extrativista), isto porque as caças constituíam-se um dos bens de maior importância para o consumo doméstico, e ao serem providas pelas mulheres, fragilizaria o sistema de autoridade dos homens. Permitia-se às mulheres apenas a execução das armadilhas e, no caso da ausência ou impossibilidade dos homens caçarem, permitia-se também que elas executassem a excursão com cachorro, pois a obtenção das caças através desses métodos, geralmente, era de pequeno porte (jabuti - *Platemys platycephala* e cutia - *Dasyprocta* spp.) e, além disso, as excursões eram bastante ocasionais, e por isso não colocava em risco o papel do homem como principal provedor da família.

No caso estudado por Almeida et al. (2002), o número de mulheres que caçam é bem reduzido, principalmente aquelas que utilizam a espingarda. Neste caso, geralmente são as que não têm marido e/ou filhos caçadores, denominados pelos entrevistados como “casos de absoluta necessidade”. E, mesmo nestes casos, segundo eles, elas a fazem “por teimosia”. Entretanto, há apenas uma maneira de aceitar que as mulheres cacem: “matar tatus e pacas com o terçado, quando estão acuadas em sua toca”.

O gráfico 03 apresenta os resultados com relação à quantidade do número de famílias em que as mulheres caçavam e os métodos que elas realizavam.

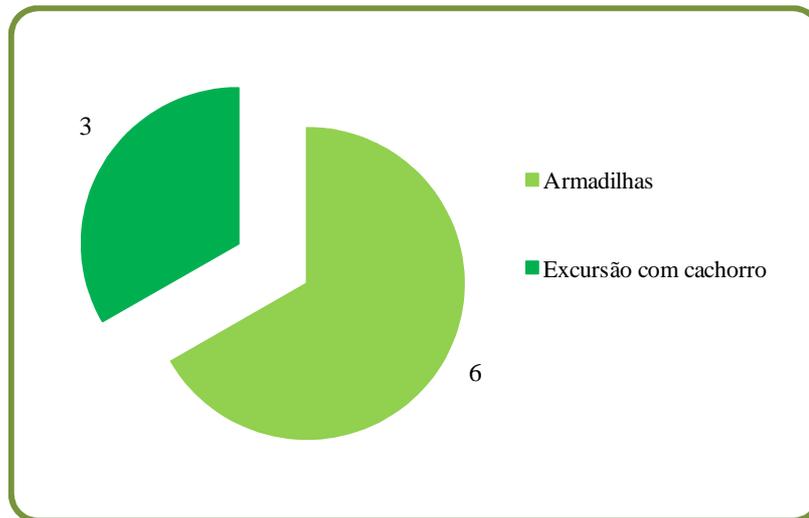


GRÁFICO 03: Quantidade de famílias em que as mulheres caçavam e os métodos executados por elas.

De maneira geral, a inserção das crianças nas caçadas iniciava-se aos 10-12 anos, elas auxiliavam seus pais na preparação das armadilhas. A socialização nos demais métodos de caça destinava-se apenas aos meninos, que eventualmente acompanhavam o pai ou outro caçador durante a realização das caçadas. No entanto, somente após os 16 anos tinha-se a permissão de utilizar a espingarda e a partir disto, de maneira gradual, iniciavam as caçadas individuais.

O motivo das meninas não serem envolvidas nisso, devia-se ao fato das caçadas não pertencerem ao universo social das mulheres. A exemplo, uma jovem Sr^a. de 26 anos, filha de um importante e reconhecido caçador, relatou que embora tivesse pretensão de aprender e de ir caçar, como ocorria com seus irmãos, nunca pode fazer, pois seu pai jamais consentiu isso.

O Box 01 apresenta as falas de um entrevistado que enfaticamente relatou sobre seus conhecimentos a respeito das caçadas, os quais eram assegurados pela transmissão entre as gerações, para as quais, a figura paterna aparece como principal referência, tanto por ser o principal responsável pela obtenção das caças quanto pela responsabilidade da transmissão de seus conhecimentos:

BOX 01: Descrição da execução das caçadas.

Caçada tem conhecimento, tem prática, tudo tem que ter prática, não é? Não é só dizer vou para o mato caçar, não! Tudo tem serviço e tem que ter ensino para este serviço, e eu nessa parte aprendi bem. Meu pai me ensinou ele era um caçador e eu também! Mas tinha gente que não fazia o que nós fazíamos. Não sabia pisar no mato e caçada tem piso! O cara tem que saber pisar no mato, ter prática para saber procurar onde a caça anda, conhecer onde ela mora, tudo isso nós conhecemos! O cara que vai caçar e não conhece entra em qualquer mato, ele pensa que qualquer mato vai matar caça. Já entra no mato conversando, vai cortando de terçado ou machado ou então vai pisando forte na terra, não vai achar caça nenhuma, o bicho escuta longe quando ele vai pisando ou quando ele vai cortando o mato, o bicho não vai esperar, ele não é besta não! Este não é um caçador e sim um “cansador”, vai cansar e não vai conseguir uma caçinha.

O cara quando vai caçar ele tem que andar delicadamente, bem macio, não pode conversar com ninguém, tem que ir calado! Não se deve cortar nada para não fazer barulho. Dessa forma o cara estará caçando. Procura-se a vegetação mais cerrada, prestando muito atenção para onde a caça pode estar. Já deve ir com a espingarda na posição com o dedo no gatilho, só esperando para disparar o tiro. Porque se não quando ele for querer posicionar a espingarda o bicho já correu. O cara só para um pouco e olha para um lado, para o outro, para cima, quando enxerga a caça, ele tem que se abaixar e depois atira nela, pronto se souber atirar vai matar o bicho! Caso não tenha enxergado nada, continua andando delicadamente e olhando atentamente. Essa sim é a caçada!

Eu gostava muito de ir caçar. Não gostava de caçar com ninguém, era só eu. Quando eu ia caçar podia ter certeza de que voltava com alguma caça e até hoje aonde eu chegar se tiver caça, eu mato, porque eu sei caçar. Reconheço o rastro da caça, sei onde a caça está mariscando, vejo o rastro revirado, fuçado, agatanhado, tudo eu sei! Até a catinga de qualquer bicho eu reconheço: caititu, guariba, porco espinho, preguiça, veado, tudo eu conheço pela catinga que fica no mato. Tudo isso eu aprendi, foi a prática de **meu pai** que me ensinou, além do que sou neto de índio não é? Para a senhora entender!

(M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista)

O acúmulo de vários conhecimentos que populações possuem sobre os recursos naturais foi construído segundo Diegues (1996), a partir das relações entre homem e natureza. Tais conhecimentos, denominado por esse autor de “conhecimento tradicional”, são o saber e o saber fazer sobre o mundo natural, como no caso relatado pelo entrevistado a respeito das caçadas.

A expressão “caçada tem conhecimento, tem prática” referida nos relatos do entrevistado traduz-se nas palavras de Almeida et al. (2002, p.312) como “A arte da caça”. Nesta “arte” deve-se, segundo os autores

“conhecer os animais: seus sons característicos, rastro, hábitos alimentares e, em particular, as árvores que frequentam para obter comida, [...] os locais onde preferem dormir, os horários de atividade e inatividade, seus cheiros e modos de reprodução. [...] A rapidez da mira é essencial: o caçador que, ao ver a caça, primeiro desloca a arma em direção ao animal e só depois faz a mira nunca o abaterá. O movimento deve ser um só e imediato. Quanto à arma, deve-se carregá-la sobre o ombro com a boca para cima [...]. [...] Para caçar devem-se aprender também técnicas para rastejar, perseguir e acuar a caça; é preciso conhecer os rastros dos animais e saber a direção de onde vem seu pixé, observando o rumo que tomam as folhas picadas ou a chama do isqueiro contra o vento” (ALMEIDA et al., 2002, p.312).

Diferentemente de outras atividades, como por exemplo, o plantio de uma determinada área, cujo tempo investido para realizar podia ser precedido e calculado com certa precisão, no caso das caçadas isso dificilmente ocorria, devido suas diversas particularidades, além do que, o tempo para executá-las dependeria da maior ou menor habilidade de cada caçador. Diante disso, considerou-se que o tempo empregado para as caçadas era o intervalo de tempo que na maioria das vezes as caças eram obtidas, o qual, para a maioria dos entrevistados não excedia o intervalo de 2 horas (ver gráfico 04).

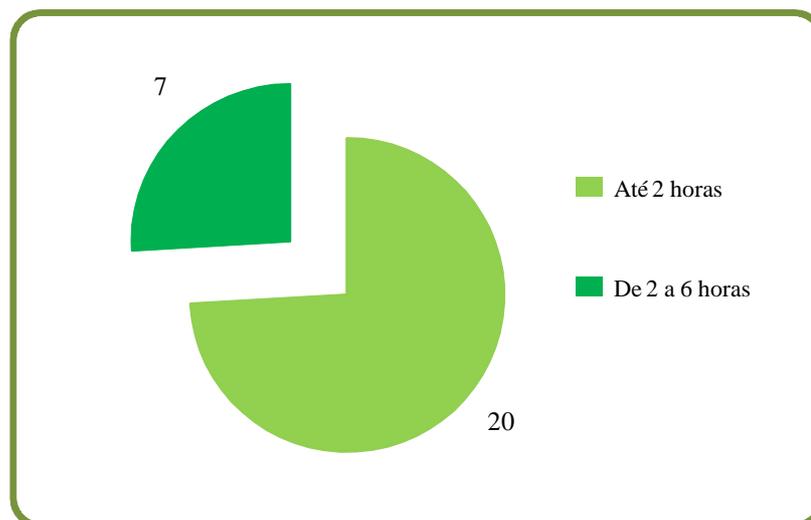


GRÁFICO 04: Tempo que era necessário, segundo os entrevistados, para a obtenção das caças.

5.2.2 Os principais tipos e o destino das caças

A grande disponibilidade de caças e sua ampla diversidade favoreciam a apropriação desse recurso pelas famílias residentes na área que corresponde à comunidade Santa Maria. A partir do final da década de 1980, após a chegada das famílias vindas das comunidades vizinhas e do Aauri (Alto Moju), houve uma significativa redução dessa disponibilidade, num contexto em que as condições de sua sobrevivência e reprodução passaram a ser menos favoráveis às caças, devido ao aumento da demanda por esses animais e também pelo uso da floresta para a realização de roças, diminuindo com isso os espaços que antes serviam de moradia e também os recursos vegetais que lhes forneciam alimentos.

Essa redução incidiu principalmente nos animais de maior porte como: onça (*Panthera onça*) e anta (*Tapirus terrestris*), dificultando assim sua obtenção pelos caçadores. No

entanto, os demais tipos de caça ali existentes ainda eram abundantes e a oferta superava muito a demanda. Dentre os quais, tinha-se em maior abundância: o tatu (22), a paca (22), o veado (19) e a caititu (17), e sendo estes os mais utilizados pelas famílias, segundo os entrevistados.

Segundo os entrevistados, preferia-se capturar as caças que lhes fornecessem maiores rendimentos de carne, como: onça, anta, caititu, queixada (*Tayassu albirostris*) e, veado, paca e tatu. Este fato também foi constatado por Peres (2000), em outro contexto. A explicação para isso revela a estratégia desses caçadores em gerir e potencializar o tempo dedicado às caçadas. Isso porque essas caças garantiam a alimentação da família por um maior período, o que permitia ao caçador empreender tempo em outras atividades. Além dessa preferência, os entrevistados também relataram que o sabor da carne dos animais era um dos fatores que influenciava, conforme descrito no relato de um dos entrevistados:

“Eu gostava muito de matar era veado, caititu, paca, estas caças. Todas tinham suas vantagens, porém, a melhor caça é a do veado, pois tem a vantagem da quantidade da carne e também é muito gostosa, não é? A paca também é uma caça gostosa, que todo mundo tem preferência. O tatu é uma caça de preferência! Os bichos que não tinha preferência, dificilmente eu matava. As caças que eu mais matava eram as que tinham preferência, não é!” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

A comercialização da caça (paca e veado) foi prática muito ocasional, realizada apenas por duas famílias, e efetivada somente duas vezes. Uma dessas famílias efetivou a venda junto aos comerciantes de Igarapé Miri, e a outra com um comerciante que residia nas proximidades de sua residência, com o qual mantinha uma boa relação pessoal.

Desta forma, pode-se constatar que o uso das caças destinou-se, essencialmente, ao autoconsumo das famílias, cuja obtenção não deveria exceder a quantidade necessária para isso, como se pode observar nos relatos:

“A ordem do meu pai era só matar um; era só o que desse para comer. Ele dizia: amanhã ainda quero” (M.P.S., 47 anos, lavrador e extrativista).

“Eu dizia: hoje eu vou matar um veado! Aí depois que eu matava o veado, vinha embora” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

“A gente ia caçar e logo depois que conseguisse matar um veado a gente vinha embora para a casa, para preparar a bóia” (MR.R., 69 anos, aposentado).

Esses relatos, a exemplo de outros, demonstram a preocupação que os caçadores tinham com a perpetuação das caças, o que em parte deve-se ao fato da extrema necessidade que tinham de obter esses animais, e revela-se como um importante fator de conservação

desses recursos. Com relação à comercialização, possivelmente não teve um forte impulso devido à distância dos centros consumidores.

A divisão das caças com parentes, amigos e vizinhos era prática comum no universo social das famílias dos entrevistados, a exemplo do relato de uma entrevistada: “aqui era assim, se a gente matasse uma caça dava um pedaço para o vizinho” (M.N.C., 99 anos, aposentada). Desta maneira reforçavam os laços de solidariedade e ajuda mútua, os quais eram muito importantes para o convívio dessas famílias. Em outras palavras, pode-se afirmar que essas famílias eram afins à lógica da dádiva, corroborando aqui com as idéias de Cemim (1992).

O ato de doar é segundo Mota et al. (2007, p.06) um “fenômeno universal observável entre parentes, amigos e vizinhos”. Nesse sentido os autores ressaltam que o estudo sobre a dádiva “tem despertado o interesse crescente dos estudiosos em todo mundo”. Esta é definida por Mauss (1974) como sendo, simultaneamente, liberdade e obrigação, fundamentada no dar, receber, e retribuir. Traduzindo-se as palavras de Godbout (1998) seria tudo o que circula a favor ou em nome do laço social.

Nas comunidades estudadas por Almeida et al. (2002), o ato de compartilhar a carne da caça com parentes e vizinhos sempre ocorreu entre os moradores, a partir de regras específicas de distribuição das mesmas. E, em alguns casos, doa-se a carne da caça mesmo sem haver quaisquer relações de reciprocidade referentes a isso, como é o caso das mulheres e idosos que não têm um caçador em casa.

O tempo dedicado pelos entrevistados para a execução da caçada era equivalente ao tempo necessário à obtenção de uma determinada caça e dependeria do método que seria executado; da disponibilidade das espécies e também das peculiares de cada caça, sua maior ou menor agilidade de escapar do caçador. Devido essas particularidades, não era possível prever e nem mensurar com exatidão o tempo empreendido nas caçadas.

5.2.3 Os “pedacinhos” de roça

Para a realização das roças os entrevistados utilizavam a técnica conhecida como corte e queima. Esta técnica constitui-se uma tradição milenar (ADAMS, 2000; LEAL, 2002; e, OLIVEIRA, 2002) e consiste nas seguintes etapas: roço, derruba, e queima da floresta (nativa

ou capoeira²⁹), seguida do plantio dos cultivos das culturas alimentares (principalmente mandioca, arroz e milho), capina (remoção de plantas invasoras ou plantas daninhas), colheita e pousio (repouso dado às terras cultiváveis por certo período de tempo).

Segundo Homma et al. (1998), a técnica de corte e queima pode ser definida como um tipo de preparo de área pelo qual se fertiliza o solo através da adição de cinzas deixado pela queima da vegetação. E, conforme ressalta o autor, é considerada a forma mais barata para preparar a área para o plantio. Ao tratar sobre isso, Schmitz (2007, p. 02) descreve que “as cinzas fornecem nutrientes e matéria orgânica, aumentam o pH e o solo se torna mais fértil, mesmo com a perda de nutrientes (N) e matéria orgânica pela queima”.

Após o plantio, e durante o desenvolvimento dos cultivos, efetuavam-se as capinas, geralmente em número de duas ou três, realizadas de modo a privilegiar o desenvolvimento dos cultivos, principalmente o de maior interesse, que no caso estudado era a mandioca. A colheita da produção dos cultivos era feita manual e nas respectivas épocas conforme o ciclo de cada um deles.

Como era conhecido por aquelas pessoas, após o cultivo o solo tornava-se menos fértil, fato este que dava início ao pousio, também, denominado por Felipim, Resende e Ribeiro (2000) como sendo “o abandono das áreas de roça”. A principal finalidade dessa técnica era permitir o restabelecimento da fertilidade do solo necessária aos próximos cultivos (ADAMS, 2000; SCHMITZ, 2007 e LEAL, 2002), utilizando-se para isso, os nutrientes da vegetação secundária acumulados durante o seu desenvolvimento no pousio (FELIPIM; RESENDE; RIBEIRO, 2000). Este fato confere ao pousio um papel essencial para assegurar a eficácia do sistema produtivo, devido esse tipo de agricultura depender fundamentalmente da ciclagem de nutrientes presentes na biomassa da vegetação.

Conhecedores da importância do “abandono de área” e num contexto em que havia grande disponibilidade de área de floresta e baixa pressão pelo uso deste recurso para a realização das roças, os solos onde os entrevistados cultivavam seus “pedacinhos de roça” permaneciam em pousio geralmente por um período³⁰ de 10 anos ou num intervalo de tempo

²⁹ Capoeira é uma das denominações populares para a vegetação secundária. Para a agricultura itinerante, as áreas de capoeira representam uma etapa de recuperação da fertilidade do solo a fim de que após um período de pousio (recuperação) as mesmas possam ser novamente utilizadas. Nos trabalhos de Homma et al. (1998) essa vegetação apresenta a seguinte classificação: capoeirão, vegetação secundária com mais de 10 anos depois da última derrubada; capoeira, vegetação secundária entre 4-10 anos; e, juquirá, vegetação secundária com até dois anos.

³⁰ O tempo ideal para que a vegetação regenere-se a fim de que esteja novamente disponível ao emprego da técnica de corte e queima dificilmente é conhecida com precisão. Sabe-se que essa regeneração é dada por um período longo de repouso ou pousio (GLIESSMAN, 2001). Do contrário, o crescimento espontâneo da vegetação e o tempo hábil para a reciclagem dos nutrientes necessários ficam então comprometidos, incidindo um aumento da infestação de ervas daninhas (SCHMITZ, 2007). Segundo Homma et al. (1998) esse é um dos principais

menor caso o solo apresentasse uma fertilidade natural mais elevada, avaliada a partir dos conhecimentos empíricos locais.

Há tempos questiona-se a viabilidade desse modelo de agricultura. A visão homogeneizadora de que a agricultura itinerante é insustentável e a equivocada noção que se tem a respeito dela, associando-a ao predatório, arcaico e irracional, dificilmente são discutidas de forma crítica e geralmente tornam-se apenas “verdades já provadas”, quando, no entanto, deveriam ser embasadas e analisadas a partir de pesquisas a esse respeito (HURTIENE, 2005).

Autores como Hurtiene (2005), Felipim, Resende e Ribeiro (2000), Adams (2000) e Leal (2002) comungam da idéia de que a viabilidade desse tipo de agricultura está diretamente relacionada a algumas condições. Dentre as quais, a de que viabilidade ecológica e econômica desse sistema de cultivo depende fundamentalmente da baixa densidade demográfica e do período de pousio que assegure o restabelecimento da fertilidade do solo cultivado.

No entanto, mesmo entre esses autores não há acordo, ou pelo menos não explicitamente, com relação a outras condições intituladas por alguns deles como essências para a viabilidade desse tipo de agricultura, como por exemplo, com relação ao baixo nível de integração ao mercado e ao baixo nível de rendimento, apresentado por Hurtiene (2005) e com relação à abundância de terras e de mão de obra, e as condições edafo climáticas, como mencionado por Felipim, Resende e Ribeiro (2000).

Frente às divergências sobre a viabilidade da agricultura itinerante, Adams (2000) expõe argumentos em favor de sua sustentabilidade. Diz por exemplo que a rotação das terras promovida por esse tipo de cultivo implica em baixa incidência de pragas, doenças e plantas invasoras, além disso, promove baixo uso de insumos. Entretanto, para Vielhauer et al. (2000, apud LEAL, 2002) esses argumentos são irrisórios diante dos perversos efeitos causados por ele ao meio ambiente devido o uso do fogo, o que, segundo este autor acarreta riscos de incêndios em extensas áreas, reduz o desenvolvimento da macro e microfauna do solo e causa destruição de muitas sementes depositadas no solo.

problemas enfrentados pelos pequenos produtores quanto à utilização das capoeiras com reduzido período de pousio, além da queda da produtividade agrícola. O aparecimento de pragas e doenças é, segundo os autores, um outro grave problema do uso das capoeiras com reduzindo tempo de pousio. Iniciando com isso, o que Gehring (2006) denomina de “círculo vicioso de degradação na agricultura itinerante”. Nos trabalhos de Homma et al. (1998) o pousio realizado pelos entrevistados esteve numa média de 4,2 anos. Hurtienne (2005) ressalta que com um encurtamento do pousio para 3 anos, a fertilidade do solo e a produtividade das culturas anuais diminuem a tal ponto que torna-se inviável o funcionamento de uma agricultura diversificada.

Apesar de reconhecer a pertinência destas afirmações, Felipim, Resende e Ribeiro (2000) chamam atenção para o fato delas não serem generalizadas, pois para determinados contextos a agricultura itinerante representa uma prática ambientalmente adequada, sendo atribuída por Gomez-Pompa e Kaus (1992, apud DIEGUES, 1996) como de suma importância na composição da biodiversidade em florestas tropicais. Importância que segundo Fraxe (2002) “garantiu a sobrevivência, a preservação e a conservação dos recursos de determinadas populações”. Além disso, sua importância consiste na manutenção de determinados modos de vida das comunidades que a praticam (FELIPIM; RESENDE; RIBEIRO, 2000), como foi o caso da comunidade Santa Maria.

Nesta comunidade, a roça configurava-se ao mesmo tempo um espaço social, onde praticamente todos os membros da família participavam, e um espaço de cultivo agrícola, onde, era possível obter parte dos bens necessários à sobrevivência. Essa participação diferenciava-se segundo o sexo e a idade dos membros, e dependendo disso destinava-se as tarefas a serem executadas, bem como, o tempo empregado por cada um.

No entanto, constatou-se que essa participação era predominantemente masculina. Isso porque os homens eram os maiores responsáveis por sua realização, devido serem eles quem deveriam assegurar o consumo dos bens necessários a sobrevivência de suas famílias. Fato este que lhes atribuía o título de trabalho, enquanto a participação de mulheres e crianças em algumas atividades na roça era apenas considerada como “ajuda”.

No texto “Mulher trabalha ou ajuda?”, Rodrigues e Torres (2007) analisam a relação do papel que as mulheres exerciam no sistema de produção na comunidade estudada por estas autoras. Neste caso, as atividades que as mulheres realizavam nas roças eram reconhecidas apenas como “ajudas” ou tratadas como “elementos de apoio”. Quando na verdade, segundo as autoras, o que havia era um “limite para a atuação das mulheres”, e, além disso, “as posições mais importantes de direção” cabiam aos homens.

Eles destinavam às mulheres as atividades de capina e de plantio dos cultivos da roça, e algumas outras atividades do lote, que, segundo eles, poderiam lhes dar “apoio”. Segundo essas autoras “os papéis de gênero são construídos ou criados no processo da vida cotidiana, como resultados de vários fatores que se entrelaçam no processo histórico” (RODRIGUES E TORRES, p. 49).

Diante do questionamento “mulher trabalha ou ajuda?” Woortmann e Woortmann (1997) advertem para a idéia de que é necessário compreender a representação da palavra trabalho como uma categoria cultural ideológica. Para esses autores, “o processo de trabalho

possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero [...]” (WOORTMANN E WOORTMANN, 1997, p. 7).

Com relação à “ajuda” das crianças, Silva, Castro e Fraxe (2006) descrevem que no caso por elas estudado, tratava-se apenas das atividades de distribuição de sementes nas covas, ou ainda as de beneficiamento dos produtos, como por exemplo, na produção de farinha, executando descascamento da mandioca. Esses fatos também foram detectados na comunidade aqui estudada, mas, além destas atividades as crianças também participavam de outras consideradas pelos pais como “leves”, como algumas tarefas da colheita.

As atividades de corte e queima da vegetação, consideradas pelos entrevistados como sendo as principais responsáveis pela existência das roças, eram realizadas apenas pelos homens adultos da família. As demais atividades da roça: plantios, capinas e colheitas eram realizadas também pelos demais membros produtivos da família, mesmo que sob capacidade de trabalho bastante diferenciadas quanto à idade.

O relato abaixo descreve como as famílias se organizavam para os trabalhos da roça:

Tinha vez que a gente trabalhava só, ou então a gente trocava dia com outras pessoas. Convidava uns quatro e depois a gente pagava o dia deles no mesmo serviço. Quando todos iam fazer roça a gente convidava para fazer o mutirão. Arranjava um porco ou um charque para fazer uma feijoada e todo mundo ia por conta do dono da roça. Todos eles vinham roçar aqui comigo e de tarde já marcavam quando seria os serviços na roça deles, os serviços deles já ficavam tudo agendado. Antigamente a gente fazia mais na troca, chamava-se convidado. No dia do convidado era aquela festa. Tinha convidado de monte que a Sra. conferia, às vezes tinha vinte e tantos homens trabalhando (M.P.D., 59 anos, lavrador e extrativista).

Os trabalhos realizados em mutirão eram, principalmente, aqueles que antecediam o plantio dos cultivos. Os demais eram geralmente realizados através de trocas de dias entre pessoas de duas ou três famílias, que poderiam ser vizinhos e/ou parentes.

Diferentes estudos mostram que o mutirão é uma reunião ou ajuntamento de vizinhos e/ou parentes para ajudar alguém nas tarefas da roça ou qualquer outra que exija um grande contingente de mão de obra. Trata-se de uma prática bastante antiga que foi aprendida com os indígenas desde o Brasil colônia (QUINTEIRO, 2003), em que seus trabalhos terminavam sempre em festas e comidas (ABRAMOVAY, 1981 e QUINTEIRO, 2003).

Nas palavras de Abramovay (1981, p.41) o mutirão é:

“uma relação de troca que aparece como relação de ajuda mútua, uma manifestação de solidariedade, de unidade e de comunhão do grupo que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade. [...] normalmente, é uma situação comum entre vizinhos, familiares e compadres”.

A estratégia do mutirão reside no fato de multiplicar a força de trabalho da unidade de produção (FRAXE, 2002; LACERDA; MALAGODI, 2007; ABRAMOVAY, 1981). Além do que, reforçam os laços de solidariedade, interligando vizinhos e parentes (FRAXE, 2002).

Essa estratégia era muito importante para as famílias da comunidade estudada, principalmente, na execução dos trabalhos de preparo de área que requeriam elevada força de trabalho. Apesar disso, segundo Quinteiro (2003), em geral essa prática tem sido cada vez menos realizada.

O tamanho das áreas de floresta que os entrevistados utilizavam para os cultivos de roças dependia, principalmente, do número e idade dos membros da família, o que determinaria tanto a necessidade de consumo quanto a disponibilidade de mão de obra que seria empreendida nos trabalhos. Esse fato corrobora com as afirmações de Costa (1994), para o qual é a força de trabalho familiar que determina as estratégias de reprodução da família por meio de decisões sobre a alocação do tempo na produção de produtos distintos e a necessidade do autoconsumo. Além disso, um fator que também influenciava na decisão do tamanho das roças, expresso por alguns desses entrevistados, era a possibilidade deles comercializarem, mesmo que esporadicamente.

A partir dos relatos constituiu-se uma espécie de tipologia do tamanho das áreas de floresta utilizadas para a realização das roças (anuais), denominadas por alguns dos entrevistados como “pedacinhos de roça”, representada no gráfico 05.

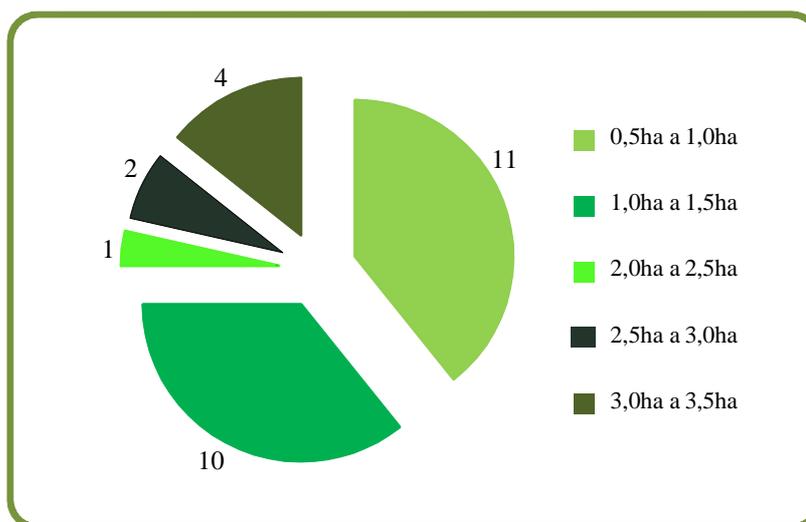


GRÁFICO 05: Quantidade de famílias e o tamanho das áreas de floresta destinado por elas para a realização de suas roças.

A cobertura florestal da área que circunscrevia a comunidade Santa Maria apesar de abarcar uma vasta área de floresta nativa, segundo os entrevistados, parte dela (aproximadamente 35%) era imprestável ao cultivo de roças devido os solos serem de várzea, exceto ao cultivo do arroz, porém, não era prática realizada por eles.

Até o início da década de 90 residiam na comunidade vinte e oito famílias, período em que a demanda por floresta para o cultivo das roças ainda era relativamente pequena (ver gráfico 05), principalmente quando comparada à quantidade de floresta disponível e em condições de uso, fato que contribuía para a viabilidade do sistema de corte e queima realizado por aquelas famílias.

Apesar das famílias poderem fazer roças em outras partes da floresta, tinham preferência em utilizar as florestas de suas próprias áreas (ver gráfico 06), pois o deslocamento e o transporte de produtos era muito penoso e demorado e, também, porque favorecia as mulheres e crianças a participarem das suas atividades. Além do que, contribuía para a maior socialização entre os vizinhos, uma vez que residindo próximo aos cultivos essa ajuda poderia ser mais frequente.



GRÁFICO 06: Quantidade de famílias e o local onde elas realizavam as suas roças.

Para as primeiras roças era necessário desbravar a floresta bruta. Posteriormente, as famílias passavam a revezar entre floresta nativa e capoeiras, que como se sabe, foi um recurso estratégico (SERRÃO, 1999) para a realização de roças e constitui-se muito importante no desenvolvimento de uma agricultura sustentável (LEAL, 2002). Depois de suas primeiras roças, algumas famílias preferiam utilizar a capoeira para as roças subsequentes, devido esse tipo de vegetação exigir menor esforço para derrubá-la e também

porque elas se localizavam nas áreas mais elevadas do terreno, o que diminuía os riscos de perderem os cultivos no caso da área vir a alagar durante o inverno. Essa preferência revelou-se também como parte das preocupações com relação à conservação do habitat das caças. O gráfico 07 apresenta a quantidade do número de famílias com relação ao tipo de vegetação utilizada.

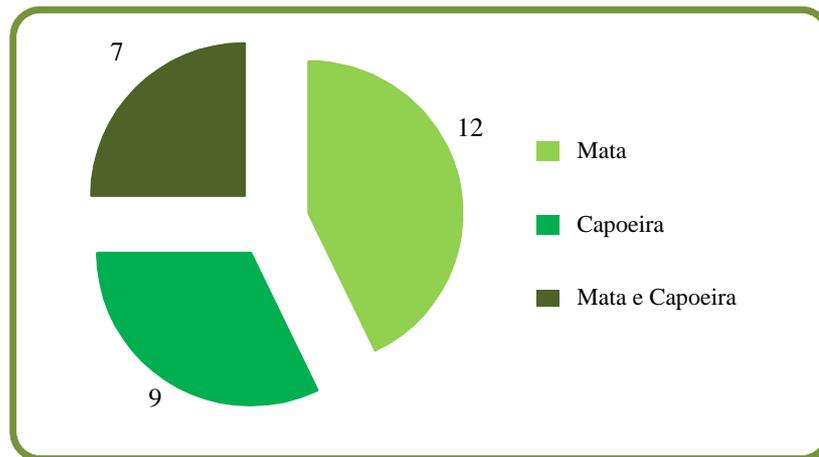


GRÁFICO 07: Quantidade de famílias e o tipo de vegetação utilizada por elas para a realização das roças.

As roças eram denominadas como de verão ou de inverno dependendo da época que os plantios dos cultivos eram realizados, sendo a época de inverno a preferida pelos entrevistados (ver gráfico 08), por coincidir com o período chuvoso, o que favorecia atender às necessidades do desenvolvimento dos cultivos principalmente nos estágios iniciais. Principal razão, segundo os entrevistados, para que todos eles realizassem suas roças nessa época.

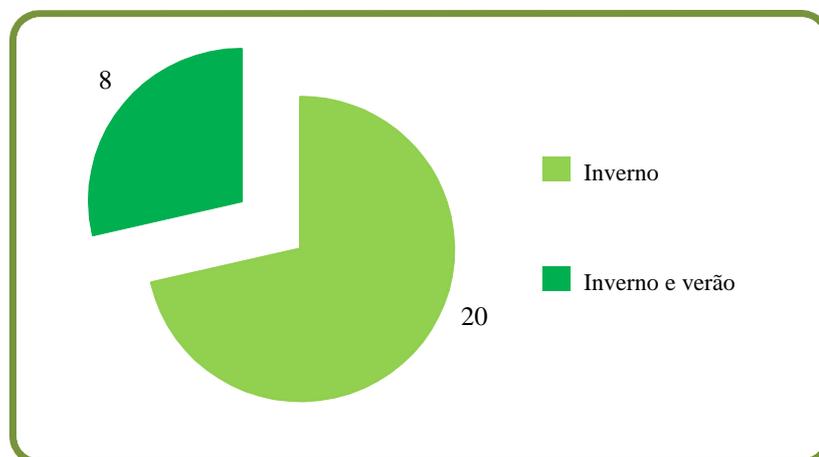


GRÁFICO 08: Quantidade de famílias que realizava o plantio dos cultivos da roça na época de inverno e verão ou, somente na época de inverno.

Apesar disso, um pequeno número deles também realizava a roça de verão, porém tinha menor importância em termos econômicos quando comparada à de inverno. Naquela época as atividades geralmente iniciavam-se nos meses de agosto a setembro com a retirada da floresta “virgem” ou da capoeira (roço e derruba), que após seca era queimada. Quando a queima da vegetação não era bem sucedida fazia-se a requeima, também denominada de coivara e, após isso, as culturas alimentares eram plantadas. Esse plantio ocorria entre os meses de dezembro a janeiro, os quais coincidiam com o período de maior incidência de chuvas, e em todos os casos as culturas alimentares eram plantadas de forma consorciada: mandioca, arroz, milho e banana (*Musa* sp.) e algumas oleráceas como a melancia (*Citrullus lanatus*), jerimum (*Cucurbita pepo* L.) e o maxixe (*Cucumis anguria*) e posteriormente dava-se continuidade às demais etapas de trabalho da roça.

Na roça de verão a sequência de trabalhos era praticamente a mesma da roça de inverno. Sendo que o corte (roço e derruba) e a queima da vegetação eram realizados durante o preparo da área da roça de inverno, devido ser a melhor época para isso e também por racionalizar a mão de obra. Antecedendo o período de plantio, que era realizado nos meses de maio a junho, fazia-se uma limpeza na área na qual geralmente plantava-se apenas a mandioca ou esta consorciada com o feijão (***Vigna unguiculata***).

Apesar desta pesquisa não ter objetivado quantificar o tempo investido para cada etapa dos trabalhos da roça, constatou-se, a partir dos relatos dos entrevistados, que esses trabalhos eram desenvolvidos durante o ano todo, sendo que no período de preparo da área (roço e derruba); das colheitas e do beneficiamento da mandioca, exigia-se maior investimento da força de trabalho e/ou de tempo. O Box 02 apresenta os relatos de um entrevistado que descreveu a respeito dos trabalhos da roça, focando o cultivo da mandioca: etapas de trabalho e a dedicação necessária para a realização de suas atividades.

Apesar de demandarem bastante tempo as roças eram relativamente pequenas, o que permitia às pessoas terem tempo para desenvolverem outras atividades, como por exemplo, caçar e pescar.

BOX 02: Descrição das etapas de trabalho da roça.

O primeiro serviço da roça é **roçar a vegetação**, mas antes você ainda tem um dia para escolher a ponta, verificar se não alaga, se não tem baixos nem altos. Terminou o roço, você vai **derrubar** que é o segundo serviço. Depois deste serviço você vai **deixar a vegetação secar** ao sol e quando estiver bem seca é que você vai escolher um dia para **queimar**, já fez três serviços e com a **coivara** vai para o quarto serviço. Depois vai ter que fazer o plantio, quinto serviço, e não é só um dia que faz esse serviço. Quando estiver tudo **plantado**, seis serviços. Logo depois tem que fazer a **primeira capina** e depois a **segunda capina**, oito serviços. Caso a terra for 'matenta' você vai ter que fazer a **terceira capina**, aí sim a roça vai amadurecer. Então, depois que a roça **amadurecer** você vai tirar o dia para colher, **começar a colheita**: décimo serviço.

Depois de colher a mandioca vai ter que **fazer a farinha**. Então, para aprontar a farinha para você comer, seriam onze serviços. Agora se vai vender e ninguém vem comprar na sua casa, vai ter que **embarcar** e ir vender ou **colocar num carro** e ir **vender**.

Veja quanto é dispendioso para fazer uma roça, para chegar no ponto de fazer a farinha para comer! Tem muita despesa! Então, a roça tem muito serviço. Só que o pobre não pode ficar sem esse serviço, porque o pouco que seja a roça e o preço da farinha, mas ela mantém o pobre.

(M.P.D., lavrador extrativista, 59 anos)

Os principais instrumentos utilizados pelas famílias nos trabalhos da roça eram os machados, a motosserra e a enxada (ver gráfico 09). Sendo os dois primeiros utilizados para derrubar a vegetação e o segundo para realizar as capinas e o plantio dos cultivos. Além desses instrumentos as famílias utilizavam também o terçado que servia tanto para o roço da vegetação mais fina quanto para auxiliar na colheita da mandioca.

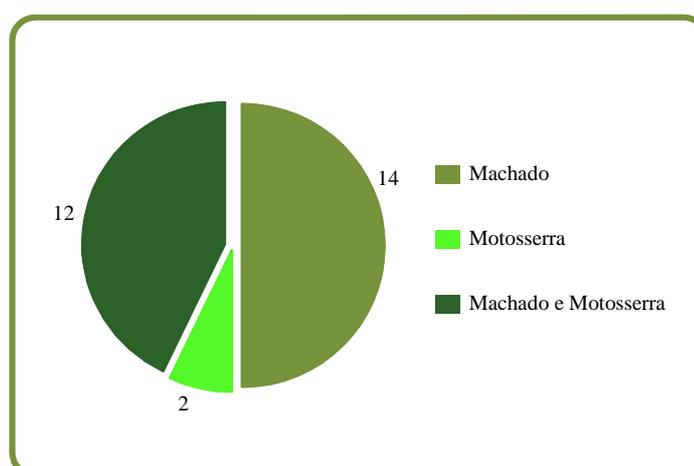


GRÁFICO 09: Número de famílias que utilizavam o machado e/ou a motosserra.

A utilização da motosserra somente passou a ocorrer a partir da segunda metade da década de 1980 e popularizou-se após a década de 1990. No entanto, devido o elevado custo de sua aquisição ou aluguel, as famílias a utilizavam apenas esporadicamente, também porque, segundo os entrevistados, o machado tem maior eficiência na derrubada da vegetação,

devido ser relativamente mais fácil direcionar a queda das árvores, diminuindo assim os riscos de acidentes e minimizando os impactos destrutivos nas demais vegetações. Além disso, a queima da vegetação quando derrubada por machado, segundo alguns destes entrevistados, fica mais uniforme, o que dispensa a prática da coivara (requeima da vegetação).

5.2.4 A roça: os principais tipos de cultivo e destino

As roças como espaço de cultivo obedeciam, geralmente, a um rico regime de policultura, dentre as quais as mais citadas pelos entrevistados foram: a mandioca (28), o milho (28), o arroz (27), o feijão (13), a melancia (15), o jerimum (14), o maxixe (14) e a banana (13), sendo a mandioca e o arroz os mais cultivados em relação à quantidade de área plantada.

A mandioca era o principal cultivo das roças dos entrevistados e era o que definia a existência delas, fato esse que corrobora com as afirmações de Fraxe (2002) de que a mandioca constitui-se o “componente básico do sistema de produção agrícola na Amazônia”. E de maneira semelhante ao constatado por Heredia (1979) no caso estudado por ela, com relação ao sistema produtivo dos agricultores nordestino.

O plantio dos cultivos de forma consorciada ou “misturados”, como é denominado pelos entrevistados, proporcionava a diversificação da produção, sendo esta característica comumente observada na agricultura familiar. A diversidade no plantio contribuía para a baixa incidência de pragas, doenças e plantas invasoras, reduzindo os riscos de perda da produção. O relato abaixo é de um entrevistado que descreve sobre essa diversificação e ressalta sua importância:

“A roça não era só um tipo de planta, não! O cara não plantava só a mandioca porque se não ele não teria condição. As outras plantas ajudavam na despesa, mas a mais importante de todas era a mandioca, claro! Em segundo lugar era o milho, o arroz e a banana. A banana mesmo barata que seja, mas se você tiver 100 pés de banana dentro de uma roça, no primeiro ano ela dá uns 80 cachos, e no segundo ano ela dá 150 cachos. O que já vai favorecer a você passar melhor, mesmo que você venda a R\$ 3,00 ou 4,00. Um cacho de banana mesmo barato que seja, mas 100 cachos de banana a R\$ 3,00 é R\$ 300,00, não é? Já é uma ajuda grande não é?” (M.D.P, 59 anos, lavrador e extrativista).

Como pôde ser observado no relato, o uso das roças destinava-se tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, sendo que todos os cultivos eram destinados

prioritariamente para o consumo dos membros da família. Oito dos entrevistados relataram que todos os cultivos plantados nas roças objetivavam atender apenas ao consumo familiar, e apenas em situações de imprevistos recorria-se a sua comercialização.

O principal produto comercializado era a farinha de mandioca (ver quadro 07), fato este que incidia na grande importância desta entre os demais cultivos da roça. Isso se dava, como analisa Fraxe (2002), pela dupla finalidade: subsistência e comercialização desse cultivo. No entanto, essa comercialização era bastante ocasional. Além da mandioca, outros produtos obtidos da roça também eram comercializados (ver quadro 07), embora muito raramente.

Culturas Alimentares	Número de famílias que comercializavam	%
Mandioca	28	100
Arroz	17	61
Banana	10	36
Milho	9	32

QUADRO 07: Cultivos que eram comercializados, a quantidade de famílias que comercializavam e a produção comercializada.

De forma geral a pouca frequência da comercialização era principalmente por causa das precárias condições existentes para isso, o que condicionava as famílias a realizarem apenas “pedacinhos de roça”. Essas precárias condições dizem respeito às redes de circulação interna e externa à comunidade e também à fraca demanda local.

Os marreteiros eram poucos e todas as famílias que residiam na comunidade também cultivavam seus “pedacinhos de roça”, nesse caso, não havia a necessidade de comprarem os produtos, exceto no caso de alguma eventualidade que impossibilitasse os membros da família de trabalharem na roça ou então houvesse a perda da produção devido ao alagamento da área cultivada.

Eventualmente os entrevistados comercializavam seus produtos fora da comunidade, porque para isso era necessário conseguir uma embarcação: rabeta (canoa motorizada) ou a canoa a remo e o percurso do transporte dos produtos era muito demorado, não havia estrada e a única via de acesso a comunidade era o rio. Os dois municípios com os quais as famílias mantinham uma pequena relação mercantil eram Igarapé Miri e Moju (ver gráfico 10).



GRÁFICO 10: Quantidade de famílias e os locais onde elas comercializavam os produtos.

Devido os marreteiros trafegarem apenas pelo rio Moju, as famílias que residiam nessas margens eram as mais favorecidas em relação à comercialização do que as famílias que moravam longe dali, pois tinham que deslocarem-se até lá, o que dificilmente ocorria. A respeito da comercialização um entrevistado relatou que:

“Marreteiro não entrava aqui, porque tinham medo da Malária que aqui era grande. Eles começaram a entrar mais ou menos uns 5 anos. Quando o pessoal começou a ir mais para a cidade e dizer que não tinha mais malária aqui. Então foi que eles vieram, e são os daqui de Cametá e de Igarapé Miri. Mas antes tinha que ir remando para ir vender para Igarapé Miri, não é hoje que dá para ir e vir, e era muito difícil mesmo a gente conseguir vender, porque não tinha para quem e para chegar na cidade era muito difícil mesmo” (L.S.M., 57 anos, lavrador e extrativista).

Posteriormente, com a chegada de comerciantes para as proximidades da comunidade, a comercialização passou a ser realizada também junto a eles, mas de forma geral era pouco frequente e pouco expressiva. Pode-se dizer que para o caso da comercialização dos produtos obtidos da roça das famílias, a principal, embora mesmo pouco frequente, ocorreu junto aos marreteiros.

Essas relações comerciais pautavam-se nos ciclos mercadoria mercadoria e mercadoria dinheiro mercadoria, articulando desta maneira o mundo rural com o mundo urbano e, apesar da presença do dinheiro, caracterizava-se por uma “economia mercantil de troca simples”, como avaliada por Fraxe (2002) em caso semelhante estudado no Estado do Amazonas e também por Abramovay (1981) no sudoeste paranaense.

Partindo-se dessas reflexões, analisamos que o “circuito comercial” realizado pelas famílias da comunidade estudada fundamentava-se na troca, essencialmente para atender as necessidades de seu consumo, ou seja, a lógica de produção de mercadoria objetivava apenas a reprodução social dessas famílias.

De forma geral, o pai era o responsável pelas comercializações e somente no caso de sua ausência ou impossibilidade permitia-se a um filho ou à mãe executá-la, mas neste caso dificilmente ocorria. Embora os questionamentos relacionados a isso não tenham sido profundamente discutidos com os entrevistados, pôde-se constatar semelhanças com as análises apresentadas por Heredia (1979) no contexto de agricultores familiares do Nordeste brasileiro e por Heredia, Garcia e Garcia (1984) os quais debatem o “lugar” das mulheres nas unidades domésticas camponesas. Para esses autores, a comercialização é de domínio da esfera masculina, pois a eles competem as decisões financeiras e as relações com pessoas estranhas.

A possibilidade de uso das florestas através das diferentes formas de acesso proporcionou a permanência das famílias na área da comunidade Santa Maria. Apesar dos diversos usos deste recurso (seringueira, ucuúba, castanheira, e diversas espécies madeireiras, entre outras), as caças e as roças foram os de maior importância, sendo frequentemente e constantemente utilizados.

No próximo capítulo abordaremos as formas e condições de acesso às áreas de floresta e seu uso para a obtenção das caças e para a realização das roças na nova condição social de assentados, e a partir disso, analisamos as transformações que ocorreram com relação a esses usos.

6 DO “LUGAR” DA GENTE AO “LOTE DA FAMÍLIA”: ACESSO AS ÁREAS DE FLORESTA E O USO DA CAÇA E ROÇA NO PRESENTE

"Nós construímos a realidade que nos constrói" (Edgar Morin)

A implantação do assentamento que ocorreu em 2002 estabeleceu o regime de propriedade privada e modificou a forma de acesso às áreas de floresta, promovendo com isso transformações nos usos deste recurso, principalmente com relação à obtenção de caças e à realização de roças, cujos produtos constituíram os principais itens da dieta alimentar das famílias da comunidade Santa Maria.

No intuito de compreender essas transformações apresenta-se neste capítulo uma análise comparativa sobre a forma de acesso às áreas de floresta no presente³¹ com relação aos principais usos do passado: caças e roças. Para melhor compreensão disto fez-se no decorrer dessas análises comparações com o que ocorria neste período.

6.1 O ACESSO ÀS ÁREAS DE FLORESTA NA COMUNIDADE SANTA MARIA

6.1.1 Caça: bem de um ou de todos?

No presente, o acesso às áreas de floresta na comunidade Santa Maria é privado, sendo o uso deste recurso exclusivo ao proprietário do lote. Para o caso da caça, a atual configuração socioespacial inviabilizou as regras que foram instituídas e mantidas pelas famílias durante décadas (descritas no capítulo 3). Apesar dos técnicos do INCRA atuarem bem pouco nessa comunidade, suas “recomendações” acerca da obtenção das caças constituíram a base das novas regras que foram estabelecidas, as quais são:

- a) Evitar as obtenções de caças;
- b) Proibir as obtenções de caças fêmeas, a quaisquer condições;
- c) Vetar as caçadas com cachorro;

³¹ Conforme explicitado no capítulo 2, o presente é a partir da implantação do assentamento em 2002.

d) Caçar apenas no lote que lhe pertença.

Em alguns casos permite-se que parentes consanguíneos de grau mais próximo tenham acesso às florestas para que realizem as caçadas, mas deve-se sempre “pedir permissão ao dono do lote antes de entrar na floresta, com o qual se divide a carne que for obtida durante a caçada” (M.P.R., 49 anos, lavradora e extrativista), pois isso ratifica seu “direito” enquanto proprietário, além de ser essa uma forma de controlar a entrada de outras pessoas no seu lote.

Ao contrário do passado que raramente alguém desrespeitava as regras, no presente as transgressões tornaram-se práticas comuns, principalmente no que se refere às “invasões” aos lotes. A maioria das queixas dos entrevistados é com relação a este fato, pois segundo eles, as pessoas nem ao menos lhes pedem licença, no entanto, reconhecem que dificilmente alguém permitiria isso (exceto nos casos citados), conforme se pode constatar no seguinte relato:

[...] “Hoje em dia você tem que proibir porque cada um já está no seu lugar e não tem espaço para mais nada. Você não pode nem permitir porque sendo proibido eles já entram e pegam, e se a gente deixar o outro vir caçar vai acabar com o pouco que tem. Então a gente não deixa os outros virem matar, quando escuto cachorro no mato eu vou lá e mando quem está caçando ir embora, porque nem eu caço com cachorro, não faço varrida preservando o que ainda tem. Antigamente o pessoal tinha mais consideração e respeito” (L.G., 38 anos, lavrador e extrativista).

Conforme apresentado no gráfico 11, cinco entrevistados afirmaram que caçam na floresta de outros lotes mesmo não tendo permissão para isto, ou seja, são conforme denominado localmente “invasores”. E na prática outros entrevistados também “invadem” os demais lotes, mas neste caso isso é pouco frequente.

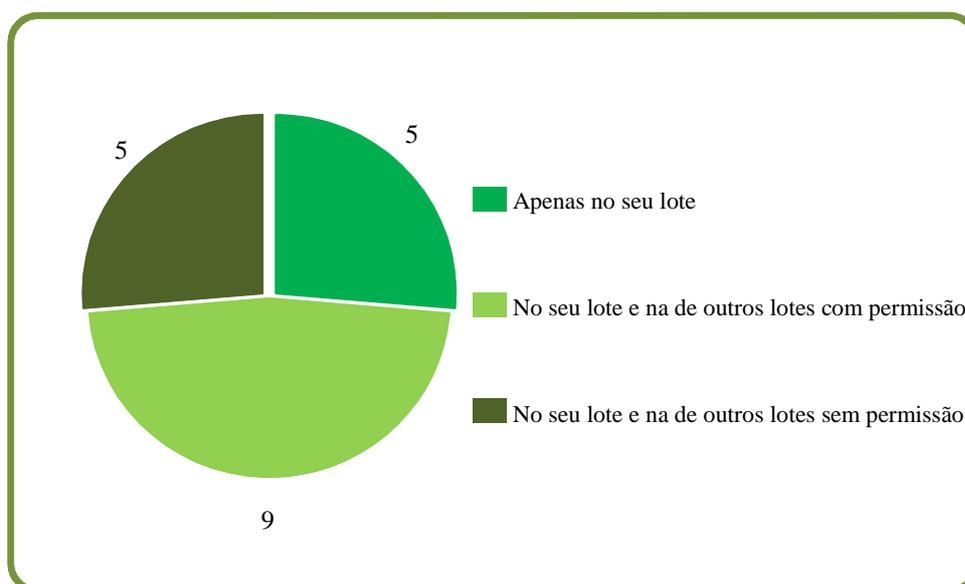


GRÁFICO 11: Quantidade de famílias e o local onde elas realizam as caçadas, sendo a área considerada a que abrange a comunidade Santa Maria.

Acerca dessas “invasões” todos os entrevistados relataram que os conflitos³² são cada vez mais recorrentes (gráfico 12), principalmente quando comparado ao passado. Os conflitos mais graves são aqueles em que a caçada é realizada com cachorro, porque além da invasão ao lote estes animais espantam e desviam as caças para locais distantes de onde elas estavam, o que prejudica ainda mais sua obtenção pelos proprietários do lote “invadido”, pois leva à escassez dos animais, fato que não ocorria no passado.

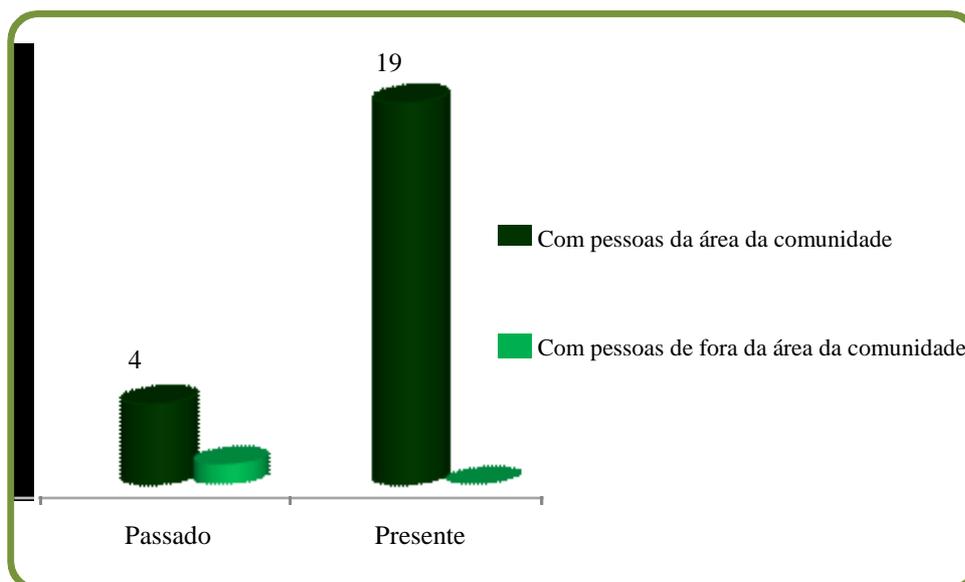


GRÁFICO 12: Quantidade de famílias que tiveram algum tipo de conflito com relação à realização das caçadas.

Os relatos abaixo retratam sobre o problema das caçadas realizadas com cachorro:

“Não era mais para ninguém caçar com cachorro para não espantar a caça, porque cachorro espanta muito a caça! Ela vai embora para longe, espanta e muito! Antes não tinha este problema porque a caça era mais! Mas o pessoal do lado do rio não respeita isso e caça com cachorro, aí a caça foge para longe. Quer dizer que ele tira de dentro do meu terreno e leva para outros. É por isso que a gente acha ruim, a senhora não acha?” (M.R.R., 69 anos, aposentado)

“O cachorro no mato tanto agarra a caça como ele espanta porque as caças ficam com medo do latido dele. Então ele joga a caça para o lote de outro dono, ai fica ruim não é?” (J.R.S., 49 anos, lavrador e extrativista).

Nas comunidades estudadas por Almeida et al. (2002), também ocorrem conflitos entre vizinhos por causa das caçadas com cachorros, pois embora os latidos destes animais auxiliem o caçador a identificar o rumo quando alertam sobre a caça, seu latido a espanta para

³² Conforme explicado no capítulo 1.

longe, valendo-se então da expressão dita pelos moradores “cachorro, quando não mata, espanta”. Conforme descrevem os autores, os Kaxinawa e os seringueiros do Alto Juruá relataram que o resultado visível da introdução e a disseminação de cachorros é a escassez da caça. E, conforme é avaliado localmente, o caçador que caça com cachorro priva seu vizinho da possibilidade de caçar. Por esses motivos decidiu-se em Assembléia da Associação dos Seringueiros e Agricultores da reserva extrativista do Alto Juruá que a caçada com cachorros ficaria proibida no Plano de Utilização da mesma.

No caso da comunidade aqui estudada, apesar de alguns proprietários não oficializarem as reclamações a respeito das “invasões” em seus lotes, os registros sobre isso realizados junto ao presidente da associação já totalizam 23, embora alguns sejam apenas reincidências. Além de efetuar os registros das reclamações o presidente também é o responsável por intermediar os conflitos, e até então tem conseguido resolvê-los, conforme descrito no relato abaixo:

“Quando essas confusões ocorrem, eles vêm aqui comigo e me relatam o que aconteceu, e eu asseguro que resolverei o caso. Vou dormir pensando como poderia resolver. No outro dia acordo bem cedo, às vezes ainda é de madrugada e vou lá conversar com a outra pessoa envolvida. Converso bastante antes de entrar no mérito da questão, até que eu faço a pergunta para a pessoa e já conversamos sobre o problema, aí pronto! Decidimos tudo entre nós dois na conversa. Geralmente é assim que acontece, porque se um for pessoalmente conversar com o outro, é capaz de dar briga! Quer dizer às vezes um é mais ‘esquentado’ que o outro e começa logo a teimar e dessa forma isso não ocorre. Eles vêm comigo e eu vou com calma e sempre é resolvido. Teve uma vez que aconteceu uma discussão mais braba porque ele queria ter razão, mas ele estava errado não é? Porque invadir o terreno dos outros assim é meio bronca mesmo! Mas depois conversei com bastante calma até que ele reconheceu que estava errado, aí pronto! E para acabar de completar Deus até ajudou, porque ele ajuda mesmo, depois disso os cachorros dele morreram” (J.R.S., 49 anos, lavrador e extrativista).

As questões a respeito das “invasões” aos lotes e sobre as novas regras estabelecidas eventualmente são discutidas nas reuniões da comunidade e quando há oportunidade são realizadas com a presença dos funcionários do INCRA.

Se no passado as caças eram consideradas uma coisa divina³³, isto é, um bem que pertencia a todos e por isso as pessoas podiam caçar em qualquer área de floresta, no presente as caças são consideradas como uma “coisa humana”, isto é, pertence ao proprietário do lote no qual ela encontra-se.

Diante disso apenas um entrevistado mostrou-se indiferente, pois segundo ele:

³³ Expressão utilizada para designar que a caça é de Deus e por isso pertence a todos e ninguém pode nomear-se dono dela. Razão pela qual não deveria haver conflitos, como é o que ocorre.

“A caça que está no mato não fui eu quem criou, não gastei nenhum centavo para comprar e criar. Essa caça que tem no mato foi Deus quem deixou e nos deu, então se o amigo tem necessidade porque está com fome, se ele matou uma caça dentro do meu terreno eu não fico brabo por isso, pois era dele, Deus deu para ele. Caso encontre algum fulano dentro da minha área caçando eu não vou brigar com ele, não! Sou o mesmo amigo que sempre fui. Ele não está levando o que é meu, ele está levando o que Deus deixou e deu para ele, que não é meu” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

Embora as caças sejam recursos de natureza comum (FEENY et al., 2001), as florestas pertencem aos proprietários dos lotes e portanto, segundo os entrevistados, eles têm o direito de privar o acesso a elas. Em decorrência disso, as caças que estão em sua propriedade são bens que lhes pertencem. Neste caso, ao entrar e retirar determinada caça sem que tenha o consentimento do proprietário o “invasor” estará lhe roubando.

A partir dos diversos relatos constatou-se que o comportamento das pessoas com relação ao acesso às áreas de floresta, em especial para a obtenção de caças, é muito diferente do comportamento que elas tinham no passado. O que ocorreu tanto em decorrência da mudança de regime de propriedade, agora privado, quanto e, principalmente, por causa da menor disponibilidade de caças, fato proveniente do crescimento populacional ocasionado a partir do assentamento, que além de promover a maior demanda por esse recurso, elevou as taxas de desmatamento (no assentamento de modo geral) fragilizando as condições de sobrevivência das caças.

Os argumentos de Hardin (1968) a respeito da relação que há entre superpopulação, maior pressão de uso e exaustão dos recursos comuns, correspondem à situação que ocorre com o uso das caças na comunidade estudada, na qual a demanda excede em muito a sua oferta. No entanto, os problemas a respeito disso ocorreram a partir do estabelecimento da propriedade privada, o que contrapõe os pressupostos desse autor acerca de que ela seria a solução para a “tragédia dos comuns”.

Segundo Mccay e Acheson (1987) há vários estudos empíricos que não confirmam a tese de que proprietários privados tenham maior responsabilidade ecológica e social em relação a populações que manejam recursos naturais de forma coletiva. Além do que há vários estudos de populações humanas que asseguram a gestão dos recursos naturais através de regras e acordos definidos por elas próprias (SCHMITZ; MOTA; SILVA JUNIOR, 2006 e CUNHA, 2002). No entanto, a intervenção de agentes externos, entre outros fatores, pode contribuir para fragilizar ou inviabilizar a gestão de determinado recurso (OSTROM, 1990).

6.1.2 Roça: negócio da família ontem e hoje

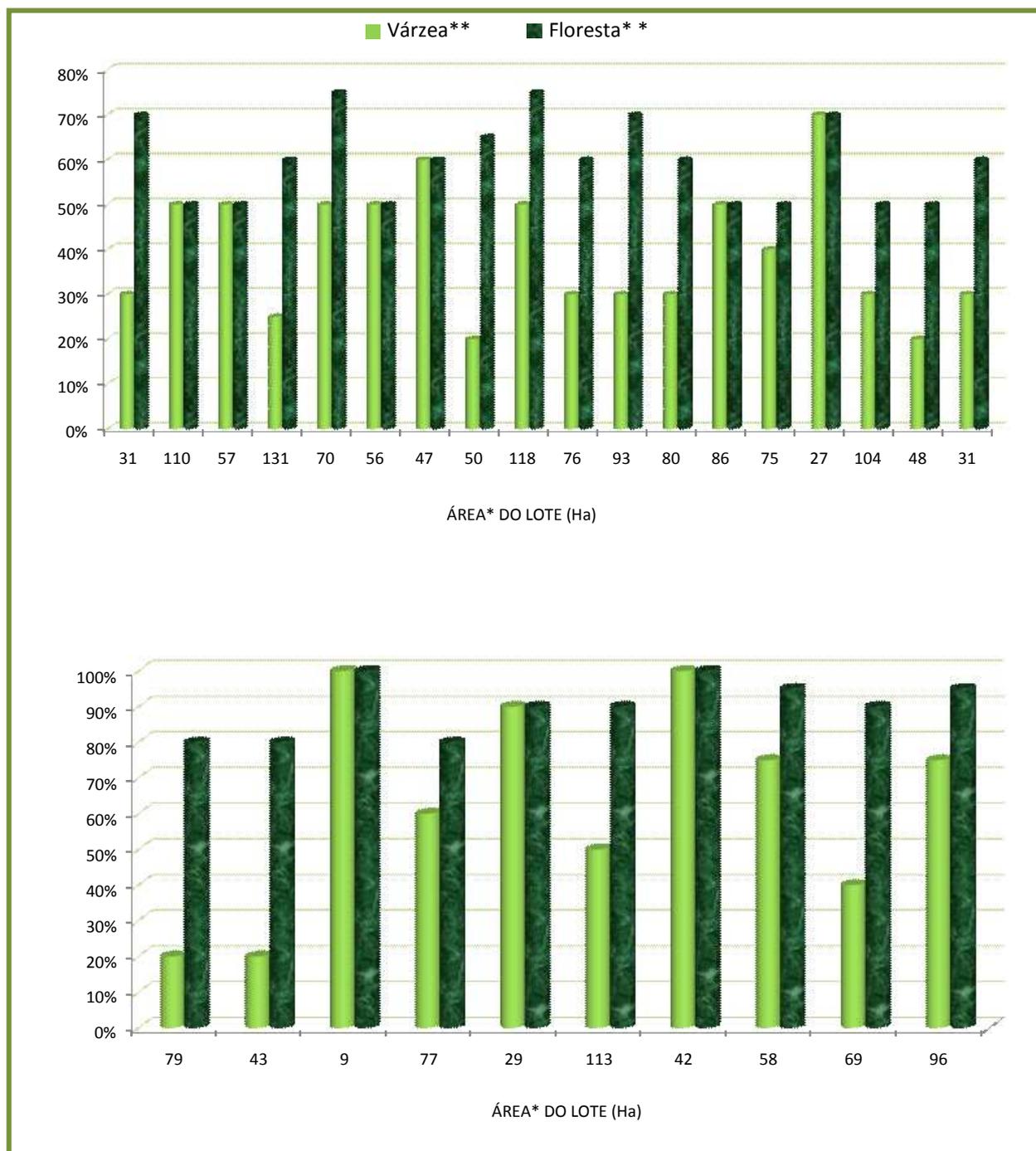
Com relação à preparação das roças há três tipos de acesso: privado (familiar), comum e comodato. Neste último caso o acesso é apenas a parentes ou compadres que não possuem lote ou quando este dispõe de quantidade insuficiente de terra firme para a realização de suas roças. Neste caso, a produção destina-se apenas ao autoconsumo familiar, devido o tamanho cedido ser bem pequeno, a produção da roça é pouca, mas é principalmente porque o proprietário do lote não permite a venda dos produtos daí obtidos.

O ato de ceder a floresta do lote para outras pessoas realizarem roça é pouco recorrente em decorrência da menor quantidade de floresta disponível para esse tipo de uso e da preocupação dos pais com relação às áreas que destinarão aos seus filhos quando estes se casarem, como “tradicionalmente” ocorria no passado. Também revela a preocupação que alguns entrevistados têm em relação à perda do domínio da terra no caso de vir cedê-la a outrem.

O acesso comum também é pouco recorrente porque as pessoas preferem fazer roça apenas no lote que lhe pertença. Apesar disso, três entrevistados relataram que o uso da floresta de seus lotes ainda permanecia sendo de uso comum, neste caso todos eles são parentes (um pai e dois filhos), podendo neste caso, considerar como um tipo de uso familiar. E, quanto às decisões com relação ao seu uso sempre são discutidas entre eles.

O principal tipo de acesso à floresta para a realização de roças é o privado, e para isso os proprietários dependem fundamentalmente da disponibilidade que há desse recurso em seus lotes (salvo raras exceções), e ainda, restringido pela legislação ambiental vigente. No passado, embora a maioria das pessoas fizesse suas roças na área em que elas residiam, havia outras possibilidades de acesso como: livre acesso, acesso comum e o arrendamento. Além disso, suas áreas e a disponibilidade de floresta eram maiores.

Segundo os entrevistados as “recomendações” dos funcionários do INCRA acerca do uso da floresta para a realização de roças é de que não sejam maiores que 1ha/ano. No entanto, isso não satisfaz a produção necessária para atender o consumo da unidade familiar, principalmente diante da escassez de carne provida pela caça, sendo assim, a quantidade de floresta destinada a esse tipo de uso tem sido cada vez maior. Por isso, embora a legislação ambiental vigente determine que a reserva legal dos lotes seja de 80% do total de sua área, os lotes dos entrevistados dificilmente conseguem atender essa exigência, o que já vem ocorrendo com a maioria deles (ver gráfico 13A). Isso não tem sido ainda mais relevante devido à quantidade de floresta de várzea, inviável ao plantio de roças.



* Obtidas através do cadastro do INCRA.

** Obtidas a partir das informações dos entrevistados.

GRÁFICO 13 (A): Área (ha) total, de floresta nativa ou capoeirão (%), e de várzea (%) do lote dos entrevistados que detém menos de 80% de floresta nativa ou capoeirão.

(B): Área (ha) total, de floresta nativa ou capoeirão (%), e de várzea (%) do lote dos entrevistados que ainda detém 80% ou mais de floresta nativa ou capoeirão.

No caso do acesso à floresta para a realização das roças, raramente ocorrem conflitos, tanto que somente duas situações foram relatadas. Em uma, dois proprietários se desentenderam com relação à divisa entre seus lotes, na outra um destes proprietários teve seu lote “invadido” pelo seu outro confinante, o qual alegou a precisão de floresta para a

realização de suas roças com a justificativa de que os donos pouco a usavam para este fim. No entanto, após as observações e conversas constatou-se que esse “invasor” ainda possui em seu lote uma boa quantidade de floresta disponível para o plantio dos cultivos da roça, revelando com isso que seu principal interesse incide sobre a madeira que há naquele lote e sobre a sua possível obtenção.

Apesar da intervenção do presidente da associação não ter conseguido resolver o problema, contribuiu para que o mesmo não se agravasse ainda mais. Posteriormente, essa situação foi questionada junto ao INCRA que apesar de ainda não ter se manifestado oficialmente, tem sido conivente com o “invasor”.

De maneira geral, os conflitos com relação às roças somente ocorrem por causa da entrada de suínos, visto que esses animais são criados soltos no lote, eles facilmente invadem as roças adjacentes. O maior problema consiste no grande prejuízo que ocasionam à produção dos cultivos, em especial a de mandioca.

Nesses casos os proprietários desfazem-se de suas criações para evitar maiores desentendimentos com seus vizinhos, mesmo porque muitas vezes as vítimas dos prejuízos com a produção da roça acabam sendo eles próprios. Porém, ao se desfazerem de suas criações perdem uma importante fonte de alimentação, principalmente diante da diminuta obtenção das caças.

6.2 OS USOS DA FLORESTA: AS ROÇAS E AS CAÇAS

Para a dieta alimentar das famílias da comunidade Santa Maria as caças têm pouca ou nenhuma importância. Segundo os entrevistados desde a implantação do assentamento a disponibilidade desses recursos tem sido cada vez menor, e o acesso privado à floresta estabelecido desde então, contribuiu para tornar ainda mais difícil a tal disponibilidade.

Para adquirirem os alimentos de maior necessidade para a sobrevivência e reprodução familiar os entrevistados relataram que têm investido cada vez mais nas roças, tornando-as o principal uso da floresta naquela comunidade e, apesar de terem um papel diferente daquele que tinham no passado, permanecem sendo fundamental para a dieta alimentar das famílias.

O quadro 08 apresenta os resultados com relação à importância das atividades que os entrevistados realizam para a aquisição dos alimentos necessários para a sobrevivência de suas famílias.

Ordem	Atividades	Número de famílias	%
1	Roças	26	93
2	Pesca	15	54
3	Extração do Açaí	12	43
3	Criação (suínos e aves)	10	36
4	Extração Madeireira	9	32
5	Caças	5	18

QUADRO 08: Atividades de maior importância para a aquisição dos principais alimentos.

6.2.1 Caça: solução divina do passado, problemas no presente

Apesar de todos os entrevistados terem relatado que as caças não são mais a principal fonte de alimentação, cinco (18%) deles afirmaram que esse recurso ainda contribui significativamente para a dieta alimentar de suas famílias, fato este constatado durante toda a pesquisa de campo por meio das observações e/ou pelos relatos:

“Quando os meus filhos vão caçar e conseguem pegar alguma caça ajuda muito. Por exemplo, todos estes dias nós estamos comendo a caça que eles estão trazendo, mas temos comida comprada agasalhada ali. Então, se a gente passar dois dias comendo uma caça que eles mataram a gente já não gasta o dinheiro que iria comprar a bóia para comer, ele já vai render para outro dia, mais para frente, já favorece nesse lado. Porque se não tivesse a caça a gente iria gastar e muito comprando bóia. Por exemplo, aqui 1kg de charque é R\$12,00 ou R\$13,00, agora imagine 1 Kg de charque para uma família de oito a dez pessoas? Não é nada, não é? Mas se tiver a caça, se for para o mato e Deus ajudar que ele mate uma caça, vamos supor que seja um veado, um caititu, uma paca, então ficamos de barriga cheia e não gastamos nenhum dinheiro. Claro que se gasta o tempo do serviço de andar no mato para procurar a caça, a munição, a pilha da lanterna que ele alumiu caso tenha ido caçar de noite, mas favorece porque se matar uma caça, a gente passa 2 dias 3 dias comendo a vontade e o dinheiro que não gastou comprando a bóia favorece para comprar outras coisas que estão faltando na casa” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

A menor ou nenhuma frequência do consumo das caças para a dieta alimentar das famílias dos entrevistados deve-se à reduzida disponibilidade desse recurso. Fato este semelhante ao descrito por Oliveira, Carvalho Junior e Chaves (2004) no caso de algumas comunidades por eles estudadas. No caso desses entrevistados, isso passou a ocorrer após a implantação do assentamento, devido às condições promovidas por ele ter dificultado bastante a obtenção dos animais, pois além da privatização das florestas, a qual no passado as pessoas

tenham acesso para realizarem as suas caçadas, a quantidade de caças e também de floresta é menor devido a maior demanda que houve por esses dois recursos.

A possibilidade do acesso e uso da floresta das comunidades próximas tem sido para algumas famílias (5) uma importante estratégia para a obtenção das caças. No entanto, essas possibilidades são cada vez menores devido à constante redução da floresta e/ou a venda das propriedades dessas comunidades a pessoas ou empresas que proíbem o acesso, como foi o caso da empresa de Dendê BioPalma, que se instalou no entorno da comunidades, no final de 2007. Outra possibilidade importante para a obtenção das caças é o uso da floresta de parentes (consanguíneos de grau mais próximo) que em alguns casos são utilizadas de forma comum, o que aumenta as possibilidades da realização e do êxito na caçada.

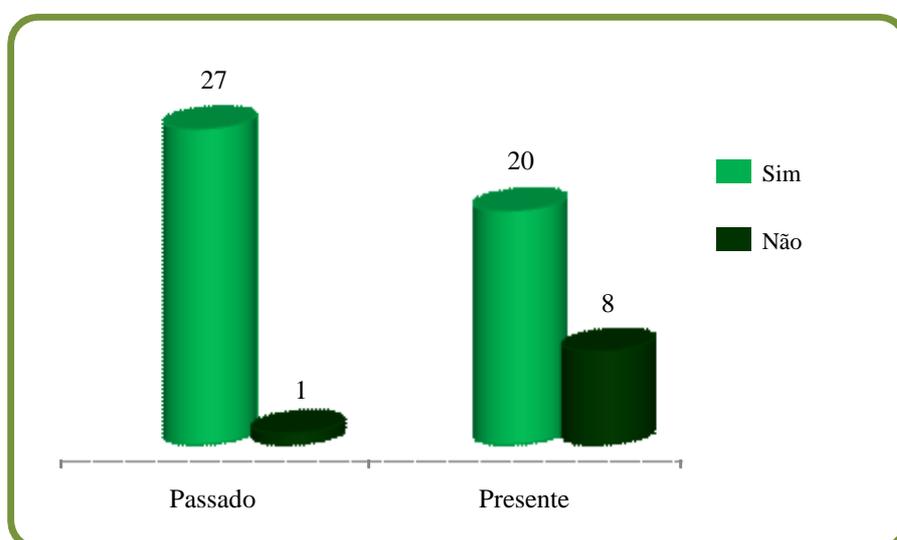


GRÁFICO 14: Quantidade de famílias nas quais a caçada era/é realizada.

Apesar da maioria dos entrevistados ainda realizar as caçadas (ver gráfico 14), elas ocorrem com menor frequência que no passado, conforme pode ser observado no gráfico 15. Além disso, o número de entrevistados que abandonaram essa atividade é significativo (26% do total da amostra).

Uma das explicações está no fato das pessoas terem que dedicar um grande intervalo de tempo (gráfico 16) para a obtenção de alguma caça, mas, principalmente, porque não há nenhuma garantia que obterão algum animal, o que significa para os entrevistados “perder tempo”. Tempo que deve ser empreendido em outras atividades que assegurem o necessário para a alimentação dos membros da unidade familiar.

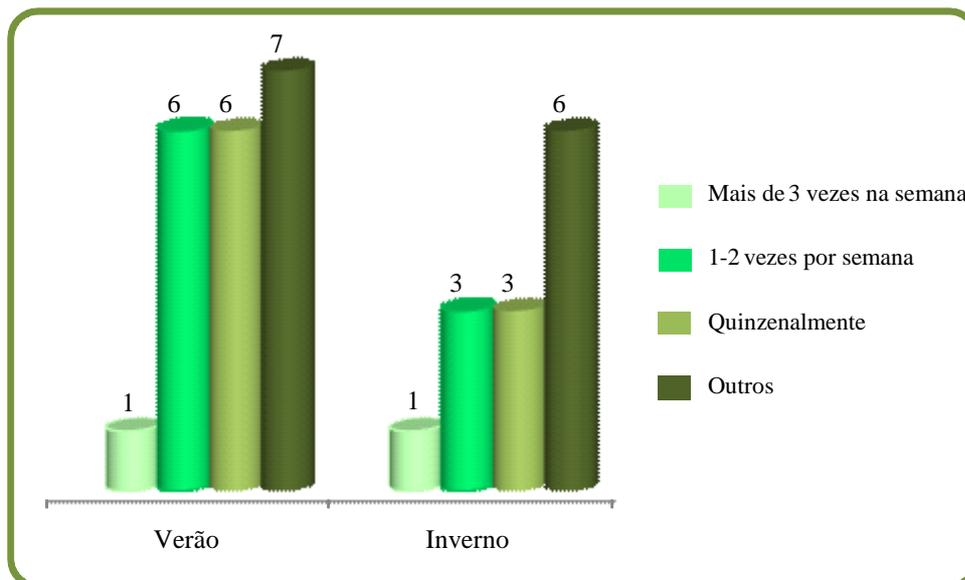


GRÁFICO 15: Época e frequência de realização das caçadas, e quantidade de famílias que as realizam.

A respeito disso alguns entrevistados afirmam:

“Não compensa ir caçar, a pessoa perde muito tempo. A dificuldade já é maior para encontrar; aí eu falo para o meu marido, um, dois dias que se perde indo caçar já vai trabalhar para ter com o que comprar! Nesse caso a gente já fica é pedindo para o marreteiro trazer as coisas” (M.P.R., 49 anos, lavradora extrativista).

“Olha hoje em dia o meu filho até sai para caçar, mas coitado tem vez que ele anda o dia inteiro e não arruma nadinha, é assim! Eu mesmo nunca mais sair para caçar” (M.R.R., 69 anos, aposentado).

“É meu sogro, eu vou mesmo é parar com esse negócio de caçar! Já fui três vezes e não arrumo nada! Ando, ando, ando e só vejo é visagem e não arrumo nadinha! Não dá mais não, é melhor ir fazer outra coisa do que perder tempo indo atrás de caça” (O.G.B., 23 anos, lavrador extrativista).

“Foi-se o tempo de viver só de caçada! Hoje em dia não! A caçada hoje ela é aventura, o cara vai aventurar no mato. Se ele tiver sorte e achar e Deus permitir que ele mate... hoje o cara tem que trabalhar mesmo e cuidar de comprar porque esse é de certeza, não falha!” (M.D.P., 59 anos, lavrador extrativista).

Segundo os entrevistados não há como precisar o tempo necessário para a obtenção da caça, pois depende da habilidade de cada caçador, das características da floresta na qual a caçada é realizada e da própria disponibilidade desses animais, entre outros, mencionados no capítulo anterior. Porém, para todos os entrevistados o tempo médio para a obtenção é sempre maior que 2 horas, conforme pode ser observado no gráfico 16.

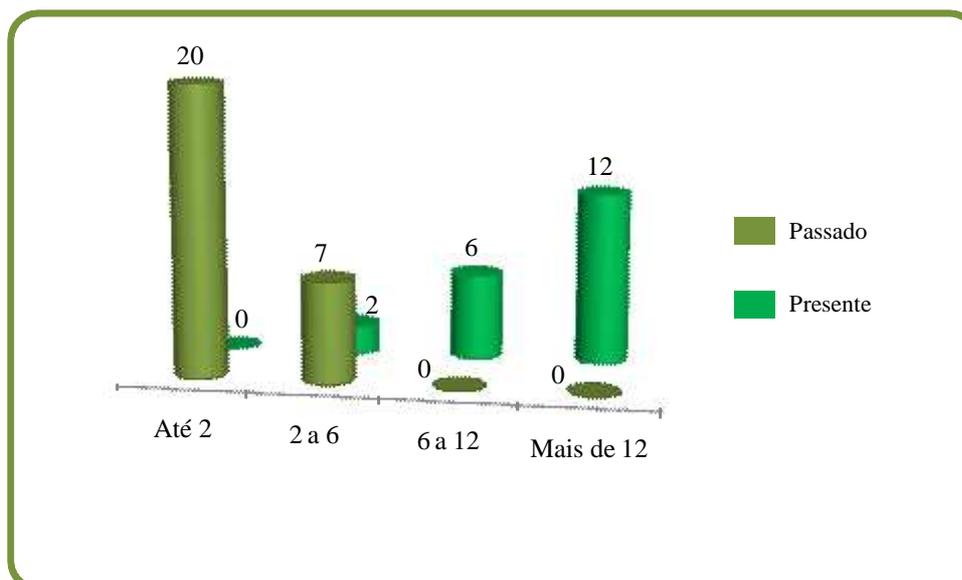


GRÁFICO 16: Tempo que é necessário, segundo os entrevistados, para a obtenção das caças.

As caças mais utilizadas pelas famílias são o tatu, o veado e a paca. Além dessas, também são obtidas: guariba (*Alonatta belzebul*), mucura (*Didelphis marsupialis*) e cutia (*Dasyprocta azarae*). O consumo dessas espécies foi observado durante toda a pesquisa de campo. Embora no passado essas duas últimas raramente fossem utilizadas para o consumo familiar, atualmente são inseridas nas suas alimentações, fato que possivelmente esteja associado à crescente escassez de animais. O que, conforme considera Huss-Ashmore e Johnston (1997, apud SILVA, 2007, p. 156), “da escassez à extrema situação de fome, parece haver uma escala de mudanças em que alimentos geralmente evitados são consumidos”.

Para algumas populações que habitam as florestas da região Amazônica, determinados animais não são consumidos por que, como citados por Almeida et al. (2002), são considerados: “imundos” (coelho - *Oryctolagus cuniculus* e mucura); “feras” (onça e gatos-maracajá - *Leopardus wiedi*); “panema” (mambira- *Didelphidae*), ou ainda por não despertarem interesse devido a “seu pequeno tamanho”, como é o caso dos soins (saguis) e passarinhos”. No caso das comunidades estudadas por esses autores, dentre os animais que não são consumidos destacam-se: mambira, tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga trydactyla*), preguiça (*Bradypus variegates*), mucura e onça.

Uma característica peculiar das pessoas da comunidade estudada é a valorização positiva e negativa do uso das caças, devido à idealização do passado se mesclar com a escassez do presente e principalmente por causa da crescente valorização das roças. Se no passado ser um caçador conferia *status* dentro da comunidade, no presente representa a sua inferioridade social, devido a impossibilidade dessa atividade prover a sobrevivência e reprodução familiar, o que no presente é assegurada através da venda dos produtos da roça.

Isso provavelmente contribuiu para mudar a concepção que os entrevistados têm com relação à categoria trabalho, para qual a caçada não está mais inserida. Outra explicação consiste na influência dos técnicos do INCRA, que não concebem tal atividade como trabalho e suas recomendações aos entrevistados é que eles “trabalhem” referindo-se ao cultivo agrícola e/ou a criações, como pode ser observado no trecho do relato de um entrevistado: “é porque ninguém se dedica a criar as caças, apenas as obtêm”.

Segundo os entrevistados os dias mais apropriados para a realização das caçadas são os da fase da lua crescente e os que não chovem. Não realizam as caçadas nos dias que chovem, por causa da dificuldade em distinguir entre o barulho da pisada das caças e o dos pingos das chuvas sobre as folhas, nem em noites de lua cheia, quando as caças têm melhor visualização dos caçadores por causa da claridade que incide sobre a floresta, o que dificulta ainda mais a sua obtenção.

Quanto aos métodos utilizados para a obtenção das caças, os principais são: a varrida e a espera (ver gráfico 17), não diferindo de como eram realizadas no passado (ver capítulo 4).

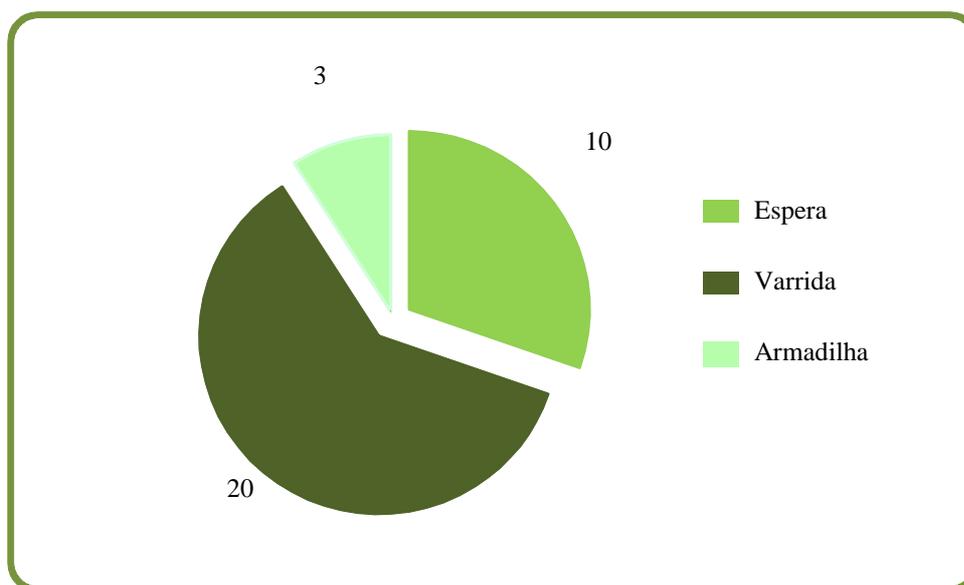


GRÁFICO 17: Os métodos utilizados pelas famílias para a obtenção das caças.

Sobre a técnica de espera um entrevistado descreveu resumidamente:

“A gente faz assim: onde a gente observa uma fruteira que tem muita comida para a caça e vê que tem rastro dela por perto a gente vai de noite lá para essa fruteira sobe nela e faz um jirau, e quando a caça vier comer a gente atira nela” (M.R.R., 69 anos, aposentado).

O método de excursão foi proibido desde a implantação do assentamento, por causa do uso de cachorros, o que ocasiona, inevitavelmente, a invasão aos lotes. Porém, mesmo assim ainda há quem as realize.

O método de armadilhas dificilmente é utilizado e quando ocorre geralmente utiliza-se o buldogue (ver figura 09, a direita) e a arapuca (ver figura 09, ao centro). Desta forma as crianças aprendem bem pouco sobre essa técnica uma vez que elas auxiliam na preparação das mesmas, perdendo-se assim, gradativamente os conhecimentos acumulados a respeito disso.



FIGURA 09: Instrumentos que são utilizados para a obtenção das caças: na foto à esquerda uma espingarda presa na parede da casa do entrevistado; no centro, um entrevistado mostra a arapuca; e à direita uma entrevistada segura o buldogue.

As caçadas pertencem ao universo social dos homens, sendo permitido às mulheres realizarem apenas a técnica de armadilhas. Com relação às excursões que eventualmente algumas mulheres realizavam não ocorrem mais, devido principalmente à proibição que incidiu na realização desse método.

O entrevistado que aparece na figura 09 relatou que utiliza apenas a arapuca para capturar mucuras que constantemente atacam a sua criação de galinhas. Na mesma figura, a entrevistada que segura o buldogue foi bastante enfática ao se referir que há muito tempo ele não é utilizado e por isso estava bastante empoeirado.

A transmissão dos conhecimentos sobre os métodos de caça tem sido cada vez menos recorrente, em especial no caso dos homens. Os caçadores mais experientes têm pouca motivação em ir caçar, bem como ensinar aqueles que estão iniciando suas caçadas, principalmente por causa das atuais condições para a obtenção das caças. Numa conversa, dois adolescentes que recentemente tinham iniciado suas caçadas demonstravam-se frustrados e

desmotivados a aprender sobre isso. Em outros casos, os pais não fazem questão que seus filhos aprendam a caçar porque é uma “coisa sem futuro” e incentivam o aprendizado de outras atividades.

Nesse caso, há que considerar que o maior acesso das crianças à vida escolar repercute na redução do tempo do convívio familiar e também do tempo disponível para executarem suas atividades, e quando isso ocorre geralmente estão relacionadas às atividades da roça, na produção da farinha (figura 10) e aos serviços da casa.



FIGURA 10: Participação dos filhos (crianças e adolescentes) na fabricação da farinha. À esquerda crianças descascando a mandioca e, a torração da farinha na foto a esquerda.

Conforme os relatos dos entrevistados o principal instrumento de caça continua sendo a espingarda, porém não tem mais tanta importância como no passado, em alguns casos, sua finalidade principal é a segurança da família. Ainda assim, nem todos os entrevistados a possuem e quando as têm geralmente as guardam presa na parede (figura 09, a esquerda) ou no teto da casa. Alguns entrevistados ressaltaram que atualmente está mais difícil conseguir comprar uma espingarda e as munições, tanto por questões financeiras quanto por causa da fiscalização, além do que, segundo eles, não é mais tão compensador adquiri-las para a realização das caçadas.

A faca e a lanterna também fazem parte dos pertences que são levados para a execução das caçadas. A primeira é utilizada quando há necessidade de preparar (cortar) a carne do animal caçado, mas dificilmente isso ocorre. E as lanternas são utilizadas durante as caçadas noturnas para iluminar a presa e clarear a trilha para facilitar o trajeto do caçador.

Os entrevistados preferem caçar com no máximo um acompanhante, pois assim há menos barulho durante a caminhada e também reduz a possibilidade de possíveis acidentes

decorrentes do manuseio da espingarda. Entre os entrevistados, os mais novos preferem caçar na companhia de uma pessoa, ao contrário dos mais velhos que preferem caçar sozinhos.

A preferência que os entrevistados mais novos têm em caçar acompanhado é principalmente no período noturno e as razões para isso possivelmente deve-se ao temor da aparição de “visagens”, isto é, os espíritos de pessoas mortas ou de imagens de animais que “perambulam” pela floresta e podem de alguma forma lhes causar mal. Também temem não ter alguém que lhes possa acudir no caso deles serem atacados por algum animal. Já no caso dos mais velhos, por deterem, em geral, muito mais experiências, são mais destemidos.

O jovem inicia a prática da caçada somente na companhia de alguma pessoa que tenha mais experiência, pode ser seu pai, um irmão mais velho, algum outro parente ou ainda um vizinho, porque são esses que lhe transmitem os conhecimentos a respeito dos métodos de caçada, quer seja oralmente ou por meio das observações, facilitando muito o seu aprendizado.

Como habitualmente as caçadas não pertencem ao universo social das mulheres as jovens são envolvidas em outras atividades (da casa e da roça) paralelas às da escola, e assim como suas mães podem caçar somente usando armadilhas, mas como já mencionamos, o uso desse método tem sido pouco frequente.

No presente, o principal uso da floresta é para a realização de roças, pois são elas quem provém os alimentos necessários para a sobrevivência e reprodução das famílias. Os entrevistados ressaltaram que precisam dedicar bastante tempo e esforço para esse tipo de trabalho e dessa forma dispõem-se de menos tempo para outras atividades como as caçadas, como nos relatou um entrevistado:

“[...] Quem trabalha com a roça não tem tempo para fazer mais nada, nem para pescar ele tem tempo, nem para caçar nada. Se ele trabalhar em roça todo dia, ele não tem tempo para essas outras coisas. Quando ele chega de tarde já vem cansado e não dá vontade dele ir para o mato. Quando amanhece o dia ele já vai de novo trabalhar na roça, então não tem como ele ir para o mato caçar” (M.D.P., 59 anos, lavrador e extrativista).

6.2.2 Os principais tipos e o destino das caças

Os principais tipos de caças, segundo a ordem de importância para as famílias, são: tatu, paca, caititu, veado. Estas espécies compõem a lista dos mamíferos neotropicais mais

visados pela atividade de caça, por motivos que variam desde seu valor nutricional (alimentação) a fatores econômicos (comércio), entre outros (TRINCA, 2004). No caso da comunidade Santa Maria a obtenção dessas e de outras caças como cutia, mucura e guariba se dá especialmente para a alimentação da população local.

A partir da implantação do assentamento a obtenção da caças tornou-se menos frequente, e essas mudanças incidiram nos hábitos alimentares dos entrevistados e em seu contexto social, os quais são bastante significativos para eles.

No primeiro caso outros alimentos são inseridos na dieta alimentar das famílias com o intuito de suprir o consumo da carne das caças, entre eles está o charque e a carne de gado comprados nos mercados próximo à comunidade ou nas cidades de Moju e Igarapé Miri. Em alguns casos, a carne de gado é provida também a partir das criações bovinas. Além destes alimentos, há também o consumo de peixe, aves e suínos, sendo estes dois últimos provenientes tanto das suas criações como adquiridas pela compra nos mercados próximos.

No segundo caso, as práticas de solidariedade como compartilhar a carne da caça obtida com vizinhos e parentes (OLIVEIRA; CARVALHO JUNIOR; CHAVES, 2004, e ALMEIDA et al., 2002) são menos recorrentes. Isso porque a obtenção das caças é menos frequente e quando alguém consegue obter alguma, preocupa-se em poupar para a sua família ou parentes mais próximos.

Dentre as caças obtidas, o tatu é a de maior obtenção, especialmente porque é a de maior disponibilidade, além de possuir duas características que são as mais importantes na escolha da caça: a qualidade e quantidade de carne (algumas espécies). Apesar disso, por causa da menor oferta de caças, tais características não são preponderantes, o que significa para esses entrevistados, “caçar sem ter preferência”, expressão utilizada pela maioria dos entrevistados. Com relação ao destino das caças, estas são utilizadas apenas para o autoconsumo familiar.

6.2.3 Agora é que é só roça!

Durante toda a pesquisa de campo observou-se o empenho das pessoas nas atividades da roça ou relacionadas a ela, principalmente na fabricação de farinha. Neste caso, todos os membros da família que pudessem participar eram envolvidos. Por ser o período de férias

escolar as crianças podiam dedicar-se mais tanto nessa quanto nas demais atividades e, segundo seus pais, a contribuição delas mesmo quando pouca é uma importante ajuda.

Todos os membros da família maiores de 07 anos participam das atividades da roça, mas são os homens os maiores responsáveis por realizá-las. Sendo o principal papel exercido pelo pai, que é o responsável por definir as atividades que as mulheres e os filhos devem desenvolver. Segundo os entrevistados, as atividades das mulheres e das crianças, geralmente, são as que exigem menos esforço físico, as quais também são realizadas pelos homens da família, porém o tempo dedicado por eles a isso é bem maior. Eles podem até decidir junto com o pai o que, quanto e quando plantar e quanto e para quem irão vender, mas é o pai o principal responsável por isso. Já no caso apresentado por Murrieta (1992), tanto o pai (chefe de família) quanto os filhos homens adultos assumem a responsabilidade sobre a comercialização dos produtos.

Por serem os maiores responsáveis por prover os alimentos necessários à família, o pai deve assegurar que todas as atividades sejam executadas em seu devido tempo para não comprometer a futura produção, pois é através dela que os alimentos serão adquiridos.

O corte e queima (figura 11) ainda é a técnica utilizada para a realização das roças, isto é, transforma-se a floresta em fonte nutricional para os cultivos. Sendo essa prática bastante usada pelos agricultores da região amazônica, conforme ressaltamos no capítulo anterior.



FIGURA 11: Finalização da queima da vegetação da floresta utilizada para a realização das roças.

O relato abaixo é de um entrevistado que descreve a respeito dessa técnica:

“A gente faz o roço, derruba e depois toca fogo e planta tudinho, aí depois tem as capinas. Com um ano a gente tira tudinho e fica só a capoeira, aí ela vai crescer. No

outro ano a gente tem que fazer outra roça, aí vai fazer lá para o outro lado até essa capoeira crescer para ficar no ponto para tornar a fazer roça nela! Para isso ela tem que crescer **pelo menos** uns 5 anos, mas às vezes não tem jeito não, a gente só deixa é 3 anos, porque não tem outro jeito” (L.G., 38 anos, lavrador e extrativista).

Segundo os entrevistados houve um aumento significativo da quantidade de área (ha) de floresta utilizada para a realização de roças (ver quadro 09). Isso porque “de uns anos para cá a gente está passando a viver mais da roça” (M.D.P., 59 anos, lavrador extrativista) e por isso os “pedacinhos de roça” do passado não são mais suficientes para garantir o consumo de suas famílias. No presente a média da quantidade de área (ha) de floresta utilizada é de 2,3ha (aproximadamente 7,6Tarefas), isto representa um aumento de aproximadamente 35%, quando comparado ao passado que era de 1,7ha (aproximadamente 5,7Tarefas).

Período	Total de Famílias	Área de floresta usada para a realização da roça (ha)					
		0,5 a 1,0	1,1 a 1,5	1,6 a 2,5	2,6 a 3,0	3,1 a 3,5	3,6 a 4,5
Passado	28	11	10	1	2	4	0
		39%	36%	3%	7%	14%	0%
Presente	26	5	8	7	0	2	4
		19%	31%	27%	0%	8%	15%

QUADRO 09: Quantidade de área (ha) de floresta usada para a realização das roças

Devido à menor disponibilidade de floresta frente à crescente necessidade de seu uso para a realização de roças, os intervalos de tempo do pousio têm sido menor. Alguns estudos como os de LEAL (2002); OLIVEIRA et al. (1994) e HURTIENE (2005) apontam que quando isso ocorre há uma considerável redução da eficiência da vegetação secundária em restaurar os nutrientes do solo necessário para a realização de uma nova roça. O que possivelmente venha a comprometer a viabilidade da técnica utilizada e em consequência ao sistema de produção desses entrevistados (HURTIENE, 2005).

Ao tratar sobre isso Oliveira et al. (1994, p. 45) destaca que quando a prática de corte e queima é utilizada

“por populações numerosas, circunscritas em pequenos lotes rurais, o pousio é compelido a períodos menores, insuficientes para a restauração da fertilidade do solo. Sucessivamente com roças e pousios mais curtos, a área tende a se degradar e, a partir de então, mesmo com o seu abandono por períodos maiores, a sucessão não deve reconduzir a um estado de vegetação original – vê-se o fim da produtividade e a diminuição drástica da resiliência da área.”

A problemática apresentada por esses autores é bastante pertinente no caso aqui estudado, principalmente porque além dos entrevistados estarem “circunscritos em pequenos lotes” e disporem cada vez menos de área de floresta apropriada ao uso da roça, o tamanho da área utilizada é maior do que no passado.

A principal vegetação utilizada pela maioria dos entrevistados para a realização das roças é a capoeira (ver gráfico 18).

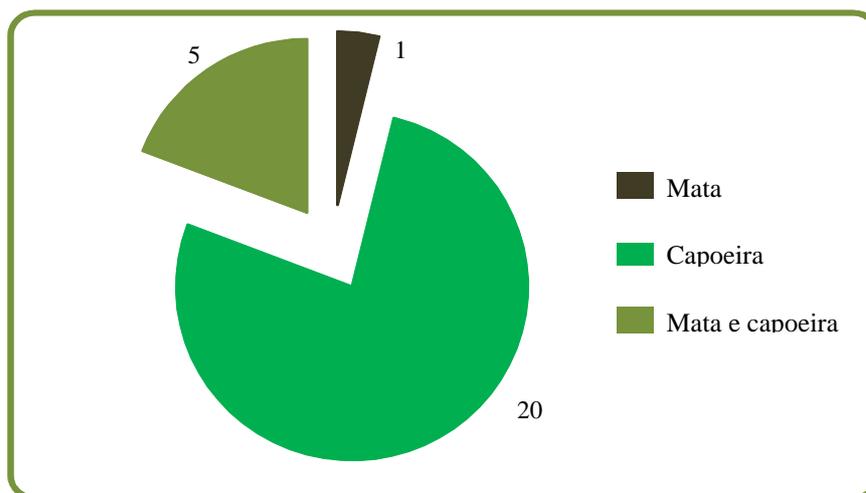


GRÁFICO 18: Quantidade de famílias e o tipo de vegetação utilizado para a realização das roças.

As causas mais importantes para isso são: a maior economia de tempo, esforço e dinheiro³⁴ para as atividades de roça e derruba. Mas principalmente, porque o tipo de solo da floresta “nativa” dos lotes desses entrevistados é em grande parte de várzea, o qual é inadequado para esse fim. Conforme descrito no relato de um entrevistado:

“Hoje é na capoeira, mas antes era na mata. O problema é que tem muitos lugares que a gente fez na mata a primeira vez, a gente não sabia como era o esquema na época do inverno, aí a gente ia cada ano fazia na mata, cada ano fazia na mata e alagava muito. Quando dava o inverno alagava, às vezes a gente perdia metade da roça, ficava tudo no fundo, 2, 3 dias. Depois disso ficou só o capoeirão da mata, aí a gente já sabe a área que não alaga e faz só nessas áreas que não vai para o fundo, cada ano a gente faz num lugar, assim que é! Por isso que ninguém faz mais na mata, se não ela já estava tudo capoeira!” (L.G., 38 anos, lavrador e extrativista).

Para a realização das roças a maioria dos entrevistados utiliza apenas a floresta que pertence a seu lote, conforme pode ser observado nos dados apresentados no gráfico 19.

³⁴ Segundo Homma et al. (1998), o custo da derrubada de capoeira é metade do custo da derrubada de floresta densa.

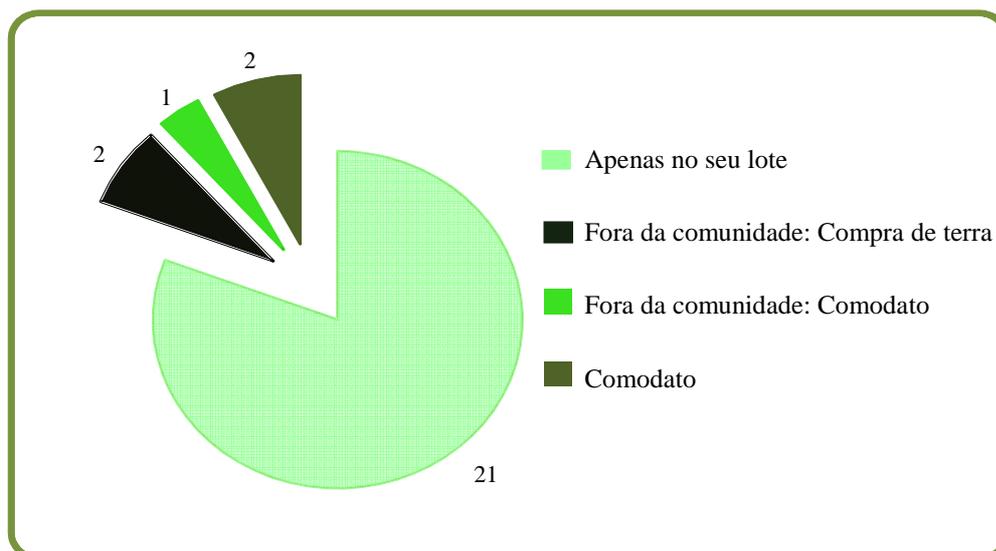


GRÁFICO 19: Quantidade de famílias e o local onde elas realizam suas roças.

As atividades da roça ocorrem durante o ano todo. Sendo o plantio realizado em duas épocas: inverno e verão, denominadas respectivamente de roça de inverno e roça de verão, como descritas no capítulo anterior. Embora o tamanho desta última seja menor e o plantio seja basicamente de mandioca, a sequência das atividades é praticamente a mesma da roça de inverno. Apesar da roça de verão ser realizada por um maior número de entrevistados, quando comparado ao passado, a roça de inverno é a que predomina. Conforme pode ser observado nos resultados apresentados no gráfico 20.

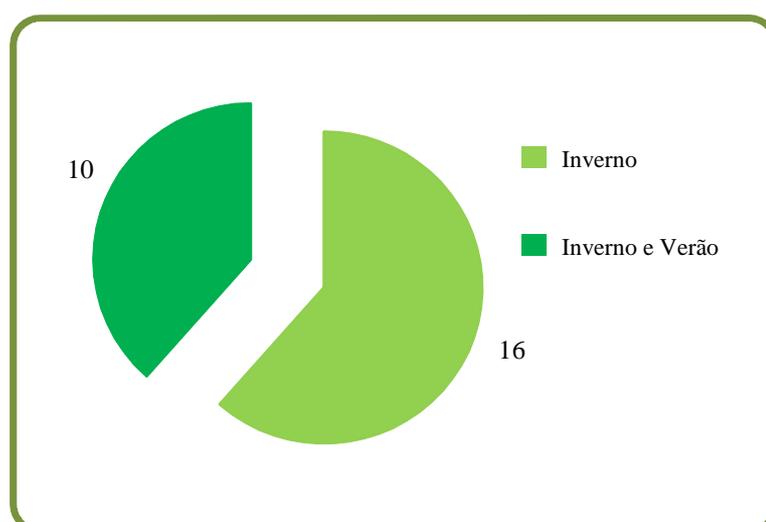


GRÁFICO 20: Época utilizada pelas famílias para o plantio dos cultivos das roças.

Segundo os relatos dos entrevistados, tanto na roça de verão quanto na de inverno, a quantidade de capinas realizadas depende da necessidade e condições de cada plantio, mas via de regra, pelo menos duas capinas são realizadas: a primeira um mês após o plantio e a

segunda um mês antes da colheita da mandioca. As colheitas dos cultivos se dão conforme o ciclo de cada um e também o destino dos mesmos, porém, no caso da mandioca a colheita é frequentemente realizada durante o ano todo.

Para as atividades da roça as famílias recorrem a diversas estratégias e dependem fundamentalmente da mão de obra familiar, uma das características centrais da agricultura familiar como discutido por Wanderley (1999). As práticas de mutirão são utilizadas principalmente para as atividades de roço e derruba, mas são menos recorrentes do que no passado, em especial por causa do relativo aumento no uso do motosserra.

O mais recorrente é a troca de dia entre parentes e vizinhos próximos e é realizada principalmente para as atividades que demandam maior tempo e esforço. Prática que os “[...] trabalhadores por necessitarem de força de trabalho superior a disponível na unidade familiar e não dispor de recursos financeiros que os possibilite pagar por esta força de trabalho, lançam mão da permuta entre outros que se encontram na mesma situação” (LACERDA; MALAGODI, 2007).

Os entrevistados que dispõem de pouca mão de obra familiar, quando possuem algum recurso financeiro contratam uma pessoa para trabalhar nas atividades que no momento tiverem maior necessidade, sendo o roço e a derruba as principais. Porém é um caso que dificilmente ocorre.

Os principais instrumentos para a realização das atividades da roça são: a motosserra e o machado (ver gráfico 21), utilizados para realizar a derruba; a foice e o terçado, utilizados para realizar o roço e também a colheita do arroz e da mandioca; e a enxada, para realizar o plantio e as capinas.

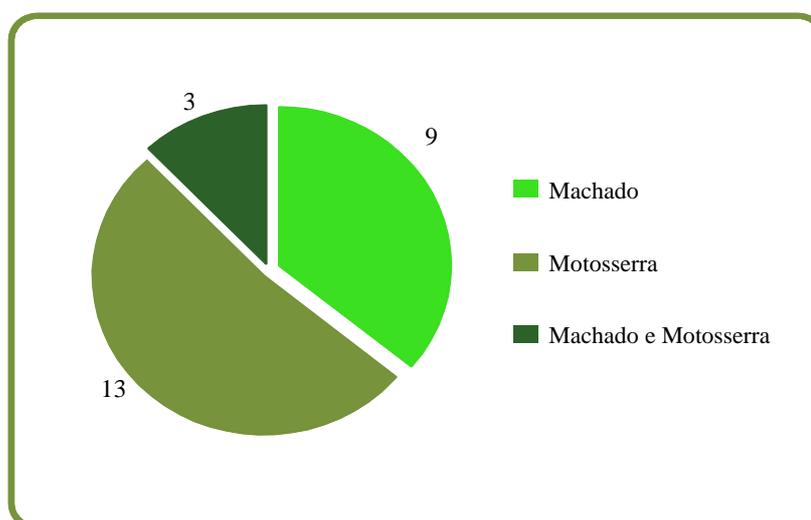


GRÁFICO 21: Quantidade de famílias que utilizam o machado e/ou o motosserra.

Embora os entrevistados tenham relatado que a derruba executada com machado seja melhor do que com a motosserra, devido o tempo³⁵ dedicado para isto ser muito maior, a preferência tem sido dada para esta última, principal motivo de seu crescente uso. Como nem todos os entrevistados possuem esse instrumento, geralmente recorre-se ao empréstimo de quem o possuem ou ao aluguel do mesmo.

6.2.4 Os principais tipos de cultivos e o destino

Em relação às roças, os tipos de cultivos mais utilizados para o plantio são: a mandioca (26), o milho (26), o arroz (21), a melancia (16), o jerimum (16), o açáí (16), o maxixe (14), a banana (13) e o feijão (10), entre estes a mandioca é o principal cultivo da roça e é quem a caracteriza como tal, assim como constatado em estudos de Heredia (1979) para a região do Nordeste Brasileiro. Os demais cultivos são plantados apenas em pequenas quantidades, exceto o cultivo de milho devido ser necessário para a alimentação das pequenas criações de galinha, e apenas ele e o cultivo da mandioca é que são plantados regularmente.

Todos os cultivos são destinados ao autoconsumo, alguns dos quais são destinados também para a venda e são estes os mais “preferidos” pelos entrevistados, principalmente o cultivo da mandioca. Além deste outros cultivos também são destinados à venda, conforme pode ser observado nos dados apresentados no quadro 10.

Culturas Alimentares	Número de famílias	%
Mandioca (farinha)	23	82%
Milho	5	18%
Arroz	2	7%
Banana	2	7%

QUADRO 10: Tipos de cultivos que são destinados à venda e a quantidade de famílias que vende.

A farinha (mandioca) é o principal produto vendido pelos entrevistados, e diferente do passado sua venda é bem mais frequente e a quantidade destinada para tanto é bem maior, sobretudo por causa da crescente necessidade em obter outros produtos necessários ao

³⁵ Segundo Homma et al. (1998), a derrubada da floresta densa com a utilização de equipamentos tradicionais (machado, foice e terçado), eleva sete vezes a produtividade da mão de obra.

consumo alimentar de suas famílias, em especial aqueles que eram providos pelas caças. Outro fator relacionado e muito importante para isso é a maior demanda que há pela compra da mesma, como mostram os depoimentos abaixo:

“Antes a gente vendia pouco! A gente plantava mais para comer do que para vender. Agora não! Agora a gente vende mesmo! A vida agora é roça! Antes não, naquela época a gente não fazia nem 4 pacotes de farinha, porque não tinha para quem vender, dificilmente alguém vinha comprar, não é como agora que o marreteiro compra” (L.G., 38 anos, lavrador e extrativista).

“Marreteiro não entrava aqui, porque tinham medo da Malária que era muito perigoso para cá. Tem mais ou menos 5 anos que eles começaram a entrar para pegar a farinha. Para o Moju não adiantava levar porque era muito atrasado, se fosse o caso de juntar 30 sacas para levar e vender lá não tinha quem comprasse, a cidade era que nem uma vila. Hoje não, ela cresceu. Hoje é capaz do cara vender tudo e nem ficar para comer, só não vende se não quiser! Porque marreteiro é o que não falta! (L. S. M., 57 anos, lavrador e extrativista).

“Todos os dias os marreteiros vêm procurar por farinha para comprar da gente. Eu só amontoo ali... Eles chegam e perguntam se tem farinha, aí eu digo - Tem! eles só encostam e vêm pegar. Então não tem outra coisa melhor! Eles compram um saco de 30kg R\$ 35, 00. O arroz não está valendo mais. Não dá lucro, vende por mixaria, na compensa, por isso decidi plantar só para a bóia . Agora o que tenho ganância para vender é a farinha, porque isso é seguro, o milho também, mas o arroz dá um trabalho danado pra gente cortar e não compensa vender” (M.D. P., 59 anos, lavrador e extrativista).

“Naquela época a gente vendia também. Vendia por aqui para algum marreteiro que aparecesse, mas era pouca quantidade. Na cidade era difícil de conseguir comprador, além da dificuldade que tinha da gente chegar até lá. Agora não, agora se você tiver farinha vende mesmo, porque tem muito comprador que vem aqui no porto com a saca e o dinheiro e nós acertamos o preço e ele já deixa 20 30 sacos para a gente embalar e o dinheiro; depois ele volta só para embarcar tudo. Por aqui toda semana tem comprador de farinha” (P.L.C., 59 anos, lavrador e extrativista).

Diferente do que ocorria, a produção de farinha destinada para a venda é calculada antes mesmo do plantio da mandioca, cálculo que é de responsabilidade do pai, assim como a venda da farinha. Apenas na impossibilidade dele fazer isso pode ser assumida por algum filho adulto ou na ausência desses, pela mãe. Esse mesmo tipo de estratégia já foi indicado para agricultores no Nordeste Brasileiro no estudo de Heredia (1979). Isso porque é esta a principal produção da roça, semelhantemente ao constatado por Guerra e Silva (2002) em estudos com agricultores da Ilha de Cotijuba no Pará.

A maioria dos entrevistados (ver gráfico 22) vende seus produtos para comerciantes locais, da própria comunidade ou nas proximidades. Também vendem a marreteiros vindos da cidade de Cameté e de Igarapé Miri, os quais após aportarem seus pequenos barcos em frente as residências das famílias, negociam o preço e quantidade de farinha a ser comprada.

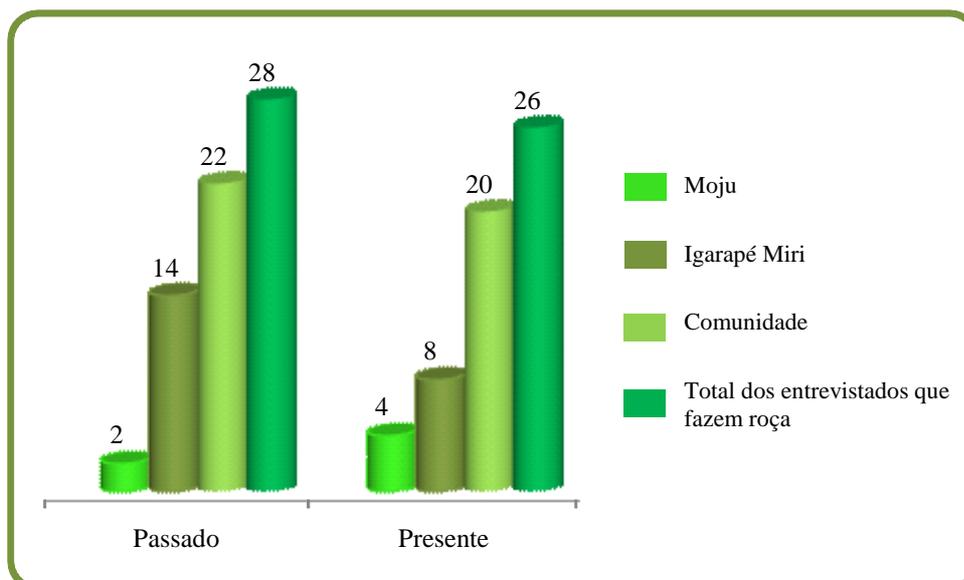


GRÁFICO 22: Quantidade de famílias e os locais onde elas vendem seus produtos.

A venda da farinha e de outros produtos também ocorre nas cidades de Moju e de Igarapé Miri, porém isso é pouco frequente. Principalmente por causa do custo e o tempo de transporte e segundo os entrevistados, nem sempre compensa, isso porque “não é vantagem levar a farinha para a cidade, é melhor vender aqui na porta de casa, porque o preço não compensa é o mesmo que marreteiro paga. Quando tiver a estrada aí vai ficar melhor de ir levar” (P.L.C., 59 anos, lavrador e extrativista).

Quando a venda da produção é realizada na cidade a preferência é por Igarapé- Miri, devido às relações já serem mantidas há mais tempo, e também ao fato de haver um barco freteiro que faz o transporte até ela.

A partir das análises apresentadas neste capítulo, constatou-se que as transformações no uso da floresta ocorreram tanto com relação a obtenção das caças quanto no caso da realização das roças. Sendo que, enquanto a realização das roças sofreu uma crescente especialização, a obtenção de caças tem sido realizada cada vez com menos frequência e sua importância para a alimentação das famílias é irrisória, principalmente quando comparado ao passado recente. Ao contrário das roças que passaram a ser o uso de maior importância para a sobrevivência das famílias da comunidade estudada.

Os produtos obtidos da roça, principalmente a farinha, são destinados à venda, realizada principalmente junto a comerciantes locais e as pessoas adquirem outros alimentos necessários ao consumo doméstico, em especial, aqueles que suprem a ausência da carne das caças (charque, carne de gado, conservas, entre outros). Por isso, recorre-se cada vez mais à realização das roças, por serem estas quem asseguram o consumo da unidade familiar. Fato que fortaleceu as relações comerciais, além do que, há uma maior demanda pela produção de

farinha, quando comparada ao passado. Isso tem fortalecido as relações dessas famílias com o mercado e sua maior dependência.

7 REFLEXÕES FINAIS

O principal atrativo para a ocupação sócioespacial da área que atualmente corresponde ao assentamento Olho D'Água II foi a floresta, fundamentalmente por causa da exploração madeireira. A partir da constituição deste assentamento, os fluxos migratórios ocorreram e ocorrem atraídos em especial pelas expectativas dos benefícios da política de reforma agrária, principalmente por causa da melhoria da infraestrutura local.

Assim como os demais assentamentos do Brasil, a luta pela terra esteve no cerne da constituição desse assentamento, mas ao contrário da maioria deles, sua luta foi em favor do reconhecimento da posse da terra que pertencia às famílias nativas que ali residiam por décadas, frente à expropriação da mesma por um grupo agropecuário. Desta maneira, o processo vivenciado por essas famílias, na luta pela terra, foi o inverso ao que ocorre à maioria das famílias assentadas que ocupam uma determinada área como forma de reivindicação da mesma.

Ainda com relação à formação desse assentamento, duas peculiaridades muito importantes devem ser ressaltadas: o modo de vida da população local cujo meio de produção, essencialmente, depende da floresta e o profundo processo de seu enraizamento (no sentido exposto por MARTINS, 2003b) naquela terra.

Embora ausentes da decisão a respeito da fundação do assentamento, pode-se dizer que esta foi uma “escolha necessária” às famílias, porque desta maneira resolveriam o problema fundiário pendente; além disso, tinham muitas expectativas em relação aos benefícios da reforma agrária como crédito agrícola, assistência técnica, habitação, fomento, entre outros “*status*” provenientes da posição de “assentado” da reforma agrária. Esses benefícios atraíram e continuam atraindo novas ocupações para a área desse assentamento, geralmente são pessoas vindas de fora, para as quais a importância (econômica e social) da floresta diverge (em diferentes níveis) das famílias nativas, para quem a floresta é o próprio meio de vida e de produção.

No passado os dois usos da floresta de maior importância para a dieta alimentar das famílias nativas da comunidade Santa Maria foram a caça e a roça, num contexto em que a disponibilidade de floresta era abundante e a pressão humana por seu uso era pequena.

Nesse período os tipos de regime de propriedade existentes que possibilitaram o acesso a áreas de floresta para esses usos, foram: áreas próprias (com ou sem a regularização da posse), áreas devolutas (ausência de direitos de propriedade bem definidos), áreas arrendadas e áreas concedidas (comodato). Para isso foram estabelecidos alguns acordos,

aceitos e respeitados pelas famílias que ali residiam, os quais dificilmente eram transgredidos e raramente ocorriam conflitos entre essas famílias.

Diferentemente de algumas populações ribeirinhas e extrativistas que habitam as florestas da região Amazônica, para a população estudada, o consumo das caças teve muito mais importância do que o da pesca devido a elevada disponibilidade dos animais, a preferência alimentar das pessoas que ali residiam e pelo fato de ser muito mais estratégico obtê-los, visto que lhes forneciam uma farta quantidade de carne, o que lhes favorecia um tempo maior para se dedicarem a outras atividades, em especial aos trabalhos das roças.

O uso da floresta para a obtenção das caças era bastante frequente e regular, preferindo-se caçar durante o verão, quando havia maior oferta de alimentos para as caças, além do que a realização de alguns métodos era bem mais difícil durante o inverno. Os principais métodos realizados para caçar eram a espera, varrida, excursão (com ou sem cachorros) e as armadilhas (principalmente o bodoque e a arapuca).

As roças eram realizadas em policultivos, tendo a mandioca como principal cultura alimentar. Sendo ela bastante peculiar da agricultura familiar na região amazônica e em geral de outras regiões brasileiras. Atribuía-se a importância dessa cultura alimentar devido suas três principais características: servir ao consumo familiar tanto direto (autoconsumo) ou mediado por sua venda; poder ser armazenada por um razoável período de tempo e sua flexibilidade no período da colheita, além disso, é um produto que servia também para alimentar as pequenas criações de suínos.

Além da mandioca, existiam também outros cultivos, sendo o milho, o arroz e a banana os de maior importância para o consumo familiar. Sabendo-se da necessidade do solo cultivado ter um período de “repouso” para a restauração de sua fertilidade, fazia-se um pousio, geralmente de 10 anos, o que era possível diante da grande quantidade de floresta disponível para o uso das roças e o tamanho destas ser relativamente pequeno, o que favorecia o equilíbrio do sistema de corte e queima.

A polêmica gerada em torno do papel da sustentabilidade desse tipo de agricultura denominada de tradicional ou itinerante gera várias controversas no debate em nível nacional e internacional. No caso estudado, sua viabilidade dava-se, principalmente, devido às condições de grande abundância e disponibilidade de floresta, a pouca pressão por esse uso, às esporádicas relações mercantis, condições estas defendidas por Hurtiene (2005) para que este tipo de agricultura seja sustentável. O que permitia a viabilidade não só do sistema de roça e queima, mas também a possibilidade de outros usos da floresta, em especial a obtenção das caças.

As caçadas e roças eram por excelência espaços masculinos, nos quais os homens constituíam sua autoridade sobre sua família e através dos quais garantiam a sua sobrevivência e sua reprodução. Os demais membros da família também eram envolvidos nessas atividades segundo diferença de sexo e idade, sendo coordenados pelo pai.

As atividades desenvolvidas por mulheres e crianças foram comumente citadas como “auxílio” ou “ajuda”, mas consideradas muito importantes. Embora as mulheres pudessem caçar apenas através do uso das armadilhas, em situações emergenciais, realizavam também a caçada de excursão, mas deveriam ser realizadas somente com cachorros, porque assim as caças geralmente poderiam ser de pequeno porte. Dessa forma, não se colocava em questão a autoridade do pai como principal provedor da família.

No passado estratégias individuais (caçadas) e coletivas (mutirão para roça) eram exercitadas a partir de relações de parentesco e/ou vizinhança, diferente do presente, em que as famílias recorrem ocasionalmente às estratégias de práticas coletivas (roça) e as individuais (caçadas) são raramente acionadas.

Com relação à comercialização das caças, embora tenha sido realizada por duas vezes, esta prática era atípica das famílias nativas. A explicação para isto diverge opiniões. Para alguns se deu por causa da ausência de compradores e a distância das sedes municipais onde pudessem vendê-las. Para outros foi devido ao pouco interesse das pessoas em comercializá-las, porque sabiam que com isso haveria uma maior pressão de uso, o que resultaria na redução da oferta desses animais e conseqüentemente prejudicaria o consumo de suas famílias.

De forma geral, raramente comercializava-se os produtos obtidos da roça, na maioria das vezes a venda era somente a da farinha. Considera-se que a pouca frequência dessa comercialização foi, principalmente, devido à grande dificuldade no acesso à comunidade; às péssimas condições de transporte e à pouca demanda de comerciantes locais. O que favoreceu a pouca pressão de uso da floresta para a realização das roças. Pode-se então considerar que essas famílias mantinham uma pequena relação mercantil.

Todos os conhecimentos sobre os métodos das caçadas e as técnicas de roças eram transmitidos de geração a geração por meio da oralidade, assegurando-se assim o saber aos descendentes, o que era muito valorizado, principalmente devido à necessidade que as pessoas tinham para a execução desses principais usos da floresta que garantiam a sua sobrevivência.

No presente a roça é o uso da floresta de maior importância para a produção de culturas alimentares para as famílias daquela comunidade, num contexto em que há uma forte pressão humana por esse recurso. Devido a isso, as condições de sobrevivência e reprodução

das caças são cada vez mais difíceis e, como consequência, o uso da carne desses animais por essas famílias tem sido menor, substituído-a por outros alimentos, principalmente o charque e a carne bovina, adquiridos pela venda da farinha de mandioca.

Com o estabelecimento da propriedade privada, via assentamento, o acesso das famílias às áreas de florestas para a obtenção das caças é, em geral, apenas na área de seus lotes. Esta nova situação, aliada à pouca oferta desse recurso torna cada vez mais difícil a sua obtenção, sendo necessário investir um maior tempo nesta atividade e nem sempre se consegue obter algum animal, fato que desmotiva as famílias a se dedicarem a isso. Elas têm buscado novas estratégias de sobrevivência, sendo a principal a especialização na realização de roças, em especial o cultivo da mandioca.

Para a realização das roças há três tipos de acesso às áreas de floresta: privado, comum e comodato, sendo que o primeiro é o mais representativo e último, destinado apenas a parentes e somente em situações de extrema necessidade, pois as famílias têm maior preocupação com a disponibilidade de floresta necessária ao emprego da técnica de corte e queima. Há também uma preocupação com as áreas que destinarão aos filhos quando estes se casarem, tendo em vista que não há lotes destinados a eles e a possibilidade de adquirirem terras nas comunidades próximas é cada vez menor. Razões essas que fazem do comodato um tipo de acesso raro, semelhantemente ao caso do acesso comum, porém com uma diferença, por este acesso desqualificar as pessoas do papel de proprietárias da terra.

Raramente ocorrem conflitos relacionados às roças, no entanto as famílias têm de se desfazer de suas criações de suínos por causa de constantes invasões destes nas roças de lotes confinantes. Assim as famílias perdem uma de suas importantes fonte de alimentação, principalmente no contexto em que há menor disponibilidade da carne de caças. Com relação a estas, estabeleceram-se novas regras de uso que geralmente são transgredidas e por causa disso tem ocorrido vários conflitos entre as famílias.

Diante das mudanças que ocorreram nas regras e no uso da floresta, considera-se que houve uma grande e importante contribuição das intervenções dos funcionários do INCRA, seja através de “recomendações” ou de imposições, eles influenciam diretamente.

Pode-se perceber que para as famílias entrevistadas o uso das caças é simultaneamente positivo e negativo, o que ocorre devido à idealização do passado se mesclar com a escassez do presente e, principalmente, por causa da crescente valorização das roças. Se no passado ser um caçador conferia *status* no interior da comunidade, no presente representa a sua inferioridade social, devido à impossibilidade dessa atividade prover a sobrevivência e

reprodução familiar, o que no presente é assegurada através da venda dos produtos da roça, e onde se obtém os bens de consumo considerados socialmente essenciais para as famílias.

No interior das transformações no uso da floresta, a propriedade privada estabelecida pelo assentamento também transformou as relações sociais existentes. O mutirão, as doações de terra e de carne da caça com os vizinhos próximos são, geralmente, pouco recorrentes. Além disso, a categoria trabalho tem novos valores mediante as atuais atividades que asseguram a sobrevivência e a reprodução familiar.

Ao promover a solução para o problema fundiário da terra das famílias nativas daquela comunidade, a constituição do assentamento estabeleceu a propriedade privada, com a qual as famílias espacializadas em lotes individuais privaram o acesso às suas áreas de floresta, modificando o modo de vida local, em especial devido às transformações no uso da floresta para a obtenção das caças e para a realização de roça, os quais no passado foram os principais bens de consumo da dieta alimentar das famílias e no presente é atribuído somente às roças.

No entanto, as transformações que ocorreram no uso da floresta não podem ser atribuídas apenas às alterações que houve com relação à posse da terra. Sem dúvida a privatização foi fundamental para isso, mas outros fatores também contribuíram, em especial, a redução da disponibilidade de floresta e de caça decorrente da maior pressão de uso ocasionado pelo crescimento demográfico que a constituição do assentamento promoveu. Neste contexto, há uma maior dependência do uso da floresta para a realização de roças, o que por sua vez incide na redução da floresta e conseqüentemente, nas condições de sobrevivência e reprodução das caças.

Como ressaltam Feeny et al. (2001) e Ostrom (1990), as explicações de Hardin (1968) a propósito de que o uso comum dos recursos levaria a sua degradação, são muito deterministas e diretas. Ao contrário do que propõe este autor, para o caso estudado a propriedade privada não foi uma alternativa viável para melhorar a conservação desses recursos, no qual após o estabelecimento da propriedade privada via assentamento incidiu numa grande perda de cobertura vegetal “nativa” e também uma grande redução das caças.

Por outro lado, suas afirmações com relação à superpopulação e superpressão do uso dos recursos têm profunda relação com o que ocorreu na área do assentamento, na qual residem aproximadamente 100% a mais do que na data de sua fundação e cerca de 50% a mais do que sua capacidade de suporte (CS), avaliada por técnicos da área ambiental do INCRA por ocasião do estudo da sua fundação.

O fato de ser necessário um maior investimento de tempo para a realização das caçadas, frente às poucas perspectivas da obtenção de caças, torna cada vez menos

interessante essa execução, pois ela significa “perda de tempo”, em consequência há um menor consumo da carne de caça pelos que residem naquela comunidade. Já a realização das roças embora demande muito tempo é uma atividade que assegura a provisão dos bens necessários à alimentação das pessoas que ali residem.

No contexto em que há uma enorme dependência da floresta para a realização de roças e diante da menor disponibilidade desse recurso, o período de pousio tem sido cada vez menor, mesmo sabendo-se de sua importância para recuperar a capacidade reprodutiva do solo cultivado. Apesar deste fato ainda não comprometer a viabilidade da técnica de corte e queima empreendida para a realização de roças, tem tornado a sobrevivência e reprodução social das famílias cada vez mais vulneráveis.

Tanto no passado quanto no presente, o uso das caças destinou-se fundamentalmente para o autoconsumo da família. Direcionada em especial aos mamíferos terrestres de médio e grande porte. Estas são as espécies mais valorizadas por sua carne, principalmente por causa de seu porte, que implica em um maior retorno de proteína animal por unidade de esforço de caçada.

Já os produtos obtidos das roças sempre foram comercializados, mas isto se deu em diferentes níveis de envolvimento com o mercado, o que, de maneira geral, no presente, tem sido muito mais intenso. Esse fato tem sido um dos responsáveis pela maior especialização no uso da floresta para a realização das roças, pois há uma maior demanda pela compra, em especial, a da farinha de mandioca.

Neste contexto, o mercado apresenta duas faces opostas. Por um lado, é uma alternativa às famílias, no que se refere à possibilidade de aquisição de gêneros alimentícios para suprir a ausência das caças, entre outros da precisão doméstica. Por outro, contribui para ameaçar ainda mais as condições de vida num futuro próximo, porque nesse caso as famílias dispõem cada vez menos de áreas aptas às condições de realização das roças, bem como de outros usos da floresta de grande importância para elas.

A fragilização da reprodução social dessas famílias é cada vez maior, visto que elas detêm poucos conhecimentos sobre outras técnicas e sobre outros tipos de cultivos. Ainda sobre isso, deve-se considerar que mesmo tratando dos seus conhecimentos a respeito do assunto, no passado suas roças eram pequenas e havia um maior equilíbrio no ecossistema da floresta, diferente do que ocorre no presente. O que requer novos conhecimentos, nem sempre alcançados pelo agricultor tendo em vista a velocidade das mudanças.

No geral, pode-se dizer que a atual relação das famílias com o mercado caracteriza-se por um tipo de economia mercantil e sua especificidade é o de assegurar a reprodução familiar.

Embora todos os membros da família desenvolvam tarefas no lote, são os homens quem determinam e organizam as atividades da roça e são eles os responsáveis por executarem as caçadas, fatores que ainda conservam o esquema de autoridade paterna. No entanto, duas mudanças devem ser consideradas: a maior inserção das crianças na educação escolar, que em geral apresentam idade entre 7 a 16 anos, e as mudanças na atuação das mulheres nas atividades da roça.

No primeiro caso, houve uma perda na força de trabalho familiar, mesmo que apenas “auxiliassem”, era uma importante contribuição. No segundo caso, apesar dos trabalhos realizados pelas mulheres ainda serem, em geral, considerados apenas “ajuda”, são bem mais atuantes quando comparados ao passado. Isto ocorre devido a pelo menos três motivos: a menor participação dos filhos que estudam; maior demanda de trabalho por causa da maior quantidade de roça; e, a menor disponibilidade de força de trabalho que antes era fornecida pelo mutirão.

Os conhecimentos a respeito das caçadas, acumulados durante anos, têm sido cada vez menos transmitidos às novas gerações, principalmente porque há pouco interesse das pessoas em executá-la devido à baixa viabilidade desta atividade, sendo ela substituída por novas estratégias de sobrevivência.

Tratando-se dos conhecimentos para a realização das roças, pode-se dizer que sua transmissão se dá em menor intensidade e proporção quando comparado ao passado, o que ocorre devido ao menor tempo dos filhos junto aos pais nas atividades, uma vez que a inserção deles no sistema escolar tem sido bem maior. Este investimento toma-lhes grande parte do período diurno, devido ao tempo gasto para o deslocamento e para as atividades em sala de aula. Isso faz com que, na maioria das vezes, os filhos não participem de todas as atividades/etapas que há na execução da roça.

Esta pesquisa evidenciou que após o estabelecimento da propriedade privada via assentamento os principais usos da floresta sofreram modificações. A hipótese apresentada para isso foi comprovada nesta pesquisa, constatando-se a partir da narrativa oral dos entrevistados que em decorrência da mudança no regime de acesso a terra, agora privado via assentamento de reforma agrária, e da maior demanda pelos recursos da floresta em decorrência do aumento demográfico, ocorreu uma redução da oferta desses recursos e, em consequência, alterações nas relações das pessoas com os mesmos.

Como ressaltado por diversos autores (MARTINS, 2003a; LEITE, 2005; NEVES, 1999; FERRANTE;BARONE;BERGAMASCO, 2005), o assentamento é um processo dinâmico, partindo do ponto de vista de que ele constitui e é constituído pelas novas vivências das famílias que se tornam proprietárias de terra. Para as famílias da comunidade estudada a concepção da “propriedade” lhes trouxe uma nova vivência que tem sido determinante para as transformações no acesso e uso de suas florestas.

Diante de todo o exposto acerca do uso comum dos espaços e recursos naturais sem, é claro, esgotar toda a discussão que permeia este tema, finalizo com uma última idéia que apesar de não ser uma coisa nova, é, sem dúvida, bastante pertinente. Refiro-me ao conhecimento e reconhecimento dos diversos e diversificados sistemas de uso comum dos recursos naturais existentes, em especial no caso da Amazônia, sem com isso, ignorar os avanços que têm ocorrido nas análises a respeito dos regimes de propriedade e das instituições locais. Assim poder-se-ia evitar dissoluções de sistemas de usos dos recursos naturais que poderão ser conduzidos em bases sustentáveis, e também, a desagregação das culturais locais existentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. 306 f. Dissertação de mestrado - Universidade de São Paulo, 1981.
- ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropologia**. v. 43, n. 1. 2000. p. 145-182.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis. In: SACHS Ignacy; CLÜSENER-GODT Miguel (org.). **Extrativismo na Amazônia Brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Montevideú: UNESCO, Paris. 1996. p. 14-32.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio. Uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA**, n. 10, 1989. p. 163-196.
- ALMEIDA, Mauro Barbosa de, et al.. Caçar. In: CUNHA, Manuela Carneiro da e ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Org.). **Enciclopédia da floresta – o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 311-335.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Editora Senac, 2006, p. 109- 143.
- BARROS, Flávio Bezerra. Crise ambiental e cidadania planetária. **Textos do NEAF**, n. 006, p. 1-9. Belém-Pará, 2004.
- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998. 112 p.
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p.117-133.
- BENJAMIN, Aldrin Mário da Silva. **Agroextrativismo: sustentabilidade e estratégias na reserva extrativista do Rio Cajari, Sul do Amapá**. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: Medeiros, Leonilde Sérvolo de, et al. “**Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**”. São Paulo: Edunesp, 1994.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luis Antonio. A maioria dos Assentamentos Rurais em São Paulo: Impasses do presente, dilemas do futuro. In. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior. (Orgs). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005. p.37-69.

BERGER, Peter L. A sociedade como realidade objetiva. In: _____ **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 69-172.

CARMO, Maristela Simões do. Desenvolvimento Territorializado: Assentamentos Rurais e Agroecologia. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior (Orgs). **Assentamentos Rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo, 2005. p. 219-234.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1997. p. 263-283.

CAYRES, Guilhermina Maria Vieira; SEGEBART, Dorte. Moju: agricultura familiar, reflorestamento e sistemas agroflorestais. In: TONI, Fabiano; KAIMOWITZ, David (Org). **Municípios e Gestão Florestal na Amazônia**. Natal: A.S. Editores, 2003. p. 253-293.

CEMIN, Arneide Bandeira. **Colonização e Natureza: análise da relação social do homem com a natureza na agrícola em Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFRGS, Porto Alegre, 1992.

COSTA, Francisco de Assis. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre agricultura familiar na Amazônia. **Cadernos do NAEA**, n. 12. Belém: UFPA-NAEA, 1994. p. 5-49.

CUNHA, Luis Henrique. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa**. Belém, 2002. 196f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará.

CUNHA, Luis Henrique; NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Os desafios para a gestão de recursos comuns em assentamentos do semi-árido**. Reunião Brasileira de Antropologia, 26., 2008. Porto Seguro, Bahia, 2008.

D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gérard. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DEMO, Pedro. **Introdução e Demarcação Científica: metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo, Atlas, 1981. p. 7-28.

DIAS, Ailton, et al..**Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA**. Brasília : IEB/FASE, 2006. p. 8-13.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. 169 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. As Representações do Mundo Natural, o Espaço Público, o Espaço dos “Comunitários” e o Saber Tradicional. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001b. 161 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001a, p. 97-124.

DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 407- 432.

ELIAS, Graziela Ranali. **Concepções sobre a propriedade da terra em assentamentos rurais**. 2003. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, 2003.

FEENY, David, et al.. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antonio C.; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.) **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 17-42. Tradução de André de Castro C. Moreira.

FELIPIM, Adriana Perez; RESENDE, Roberto Ulisses; RIBEIRO, Ronaldo José. Agricultura de pousio e controle ambiental. In: DIEGUES, Antônio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB/ LASTROP - USP, 2000, p. 111-119.

FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Cultura Cabocla-Ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. 2002. 301 f (Tese de Doutorado). Fortaleza-CE. Universidade Federal do Ceará. 2002.

FUTEMMA, Célia Regina Tomiko. Uso e Acesso aos recursos florestais: os caboclos do Baixo Amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui. **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Editora Senac, 2006, p. 237-260.

GEHRING, Christoph. O ambiente do trópico úmido e o manejo sustentável dos agrossistemas. In: MOURA, Emanuel Gomes de; AGUIAR, Alana das Chagas Ferreira. (Orgs.). **O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo**: Princípios e tecnologias. São Luis - MA: Estação Produções Ltda, 2006, p. 101-140.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

GODBOUT, J. T. **Introdução à Dádiva**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 8, v. 13. 1998, p. 39-51.

GUERRA, Armando Diniz Guerra e SILVA, Lana Cláudia Macedo da. **Da roça à feira. Perfil de pequenos produtores mercantis da Ilha de Cotijuba, Belém, Pará**. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002. Porto Alegre. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

GUIMARÃES, Leticia de Castro. A formação de relações sócio-políticas em Assentamentos de reforma agrária no contexto da implementação de políticas públicas. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior. (Orgs.). **Assentamentos Rurais**: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo, 2005. p. 277- 290.

HARDIN, Garrett. **The tragedy of the commons**. Science, 1968. 162, p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **A Morada da Vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979, 164 p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. de; GARCIA, M. F.; GARCIA JR., A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma. (Org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 2002. p. 1-75.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, et al.. Redução dos desmatamentos na Amazônia: política agrícola ou ambiental. In: **Amazônia: Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrícola**. Brasília: Embrapa-SPI, 1998. p. 120-141

HURTIENNE, Thomas Peter. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, v. 8, n. 1. Belém, 2005. p. 19-71

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiuza (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: MPEG, 1993. p. 133-157.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mesorregião e Microrregiões Geográficas**. (S/I), 2000.

LACERDA, Automar Guedes; MALAGODI, Edgard Afonso. Formas de cooperação e Reforma Agrária. In: **Encontro da Rede Rural**, 02, 2007. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: TIJIWA, Ângela Maria Naoko. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1993. p. 11-33.

LEAL, Eliane Constantino. **Potencial de regeneração da capoeira após preparo de área com queima e sem queima na região Bragantina**. 2002. 121 p. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável)-Universidade Federal do Pará, Belém. 2002.

LEITE, Sérgio. Dinâmica Econômica, Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Regional: evidências a partir de seis estados brasileiros. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior (Orgs.). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. São Paulo, 2005. p. 117- 172.

LEITE, Sérgio, et al. (Orgs). **Impactos dos Assentamentos**: um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 387p.

LESCURE, Jean-Paul; PINTON, Florence; EMPERAIRE, Laure. Povos e produtos da floresta na Amazônia central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2002, p. 433-468.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia**. Estudos Avançados, vol.19, nº.54, maio/agosto, 2005, p.77-98.

MANN, Peter Henry. Método Científico em Sociologia. In. MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, editores, 1973. p. 21-61 e 89- 107.

MARTINS, Eduardo. **A caça de subsistência de extrativistas na Amazônia**: sustentabilidade, biodiversidade e extinção de espécies. 1993. 116 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília – D.F, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito Oculto**: Ordem e transgressão na Reforma Agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 1-159 p.

_____. **Reforma Agrária**: O impossível diálogo sobre a história possível. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 41p.

_____. O sujeito da reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a. 11-52 p.

MÁRCIA E LUIZINHO. Amo essa Terra. In: **Cadernos de Formação nº. 02**. Disponível em <www.sinpro-abc.org.br/download/formacaon2.pdf>, acesso em: 25 de abril. 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EDUSP, 1974.

MCCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. **The question of the commons**: the culture and ecology of communal resources. Tucson: The University of Arizona Press, 1987.

MCKEAN, Margaret A.; OSTROM, Elinor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 74- 95.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Editora da UFRS/ CPDA- UFRRJ, 1999. 286 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Sevolo de; LEITE, Sérgio (Orgs). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p.17- 52.

MEDINA, Gabriel. **A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim**. 2003. 88 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

MELO, Acácio Tarciso Moreira de, et al.. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Olho D'Água II**. Belém: INCRA, 2004. 107 p.

MENEZES, Antônio José Elias Amorim de. **Análise da “Produção Invisível” nos Estabelecimentos Agrícolas Familiares no Projeto de Assentamento Agroextrativista Praialta e Piranheira, Município de Nova Ipixuna, Pará**. Belém, 2002, p. 130. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel J. M. (org.). **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1985, p. 191-212.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al.. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 3º ed.,1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade?** Cadernos de saúde pública. Rio de Janeiro, 1993. v. 9, n.3, jul/set, p.239-262.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma Agrária: O caminho para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: INCRA, S/D. 20 p.

MORAN, Edgar. **Frases**. Disponível em: <<http://www.paginas.terra.com.br/educação/htm>>. Acesso em abril de 2008.

MOTA, Dalva Maria da. **Extrativismo em Sergipe: vulnerabilidade de um modo de vida?**. Congresso da SOBER, 51., 2006. Fortaleza. Anais do Congresso da SOBER, 51.. Brasília, 2006. 11 p.

MOTA, Dalva Maria da, et al.. **Ocupação e desmatamento no Alto Moju versus conservação e mudanças no uso de seus recursos naturais**. Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 7, 2007. Fortaleza, 2007. 16 p.

MURRIETA, Rui Sergio, et al.. **Estratégias de subsistência da comunidade de praia Grande Ilha de Marajó, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 8. Belém, 1992. p. 185-201.

MUSUMECI, Leonarda. Terra Liberta: Versões do Mito. In: _____. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Anpocs, 1988. p. 27-55.

NEVES, Delma Pessanha. A Reforma Agrária Esforçada. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; ALY, Osvaldo Junior (org). **Assentamentos Rurais: Impasses e Dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. São Paulo: INCRA, 2005b, p. 71-115.

_____. **Assentamento rural: confluência de formas de inserção social**. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 13, Rio de Janeiro, 1999, p. 5-28.

_____. **Agricultura familiar: questões metodológicas**. Revista Reforma Agrária Nº 2 e 3, Vol. 25, maio-dez. Campinas, ABRA, 1995, p. 21-36.

_____. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 211-270.

_____. Os agricultores de várzea no médio rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida. In: LIMA, Deborah (org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, 2005a, p. 101- 156.

OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de; CARVALHO JUNIOR, Osvaldo de; CHAVES, Rose. **Gestão Participativa e a Atividade de caça na Reserva Extrativista do Tapajos**

Arapiums, Santarém, PA. In: Revista de Ciências Sociais e econômicas, vol. 23, nºs 01 e 02, jan./dez. Campina Grande, 2004. p. 42–51.

OLIVEIRA, Carlos Douglas de Sousa. **Percepção de agricultores familiares na adaptação do sistema de cultivo de corte e trituração.** 2002. 140 f . Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: UNESP, 2000, p. 17-35.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro, et al.. **Roça Caiçara.** Ciência Hoje, 1994. p. 44-51.

OLSON, Mancur (1965). **The logic of collective action: public goods and the theory of groups.** Cambridge: Harvard University Press, 1995.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** New York: Cambridge University Press, 1990.

PERES, Carlos Augusto. **Effects of subsistence hunting on vertebrate community structure in Amazonian forests.** Conservation Biology, v. 14, n. 1, p. 240-253, 2000.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de Souza. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 159-202.

RÊGO, José Fernandes. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo.** Ciência Hoje, v. 25, n. 147, p. 62-65, 1999.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em Etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas Brasileiras, USP. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 67-79.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção.** 3ed. São Paulo Hucitec, 1999.

SCHMITZ, Heribert. **A Transição da Agricultura Itinerante na Amazônia para Novos Sistemas**. Resumos do Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2., Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007, p. 46-49.

SCHMITZ, Heribert. **Transparências apresentadas em sala de aula**. Belém, NEAF-UFPA: 2007.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. **Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental**: o caso das catadoras de mangaba. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, 3, 2006. Brasília, DF, 2006, p. 1-15.

SERRÃO, Emanuel Adilson. **Inserção do Projeto Shift – Capoeira nas perspectivas de Sustentabilidade Agrícola na Amazônia Oriental**. Seminário Sobre Manejo de Vegetação Secundária para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar da Amazônia Oriental. Belém: Embrapa/Anais, 1999, p. 15-17.

SILVA, Andréa Leme da. **Comida de gente**: preferências e tabus alimentares entre os ribeirinhos do Médio Rio Negro (Amazonas, Brasil). Revista de Antropologia v. 50 nº 1. São Paulo: USP, 2007, p. 125-179

SILVA, Daniel Leite da. **O regime jurídico do assentado pela reforma agrária e o extrativismo**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1588, 6 nov. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>>. Acesso em dez. 2009.

SILVA, Nágila Lima da; CASTRO, A. P.; FRAXE, T. J. P. **Divisão de Trabalho e Relação de Gênero em Comunidade Amazônica**: Uma realidade em Transformação. Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 7., Quito, 2006. 11 p.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira; SILVA, José Francisco de Assis ; SILVA, Hércules Martins. **Diagnóstico da Agricultura Familiar no Município de Moju, Pará**. Belém: Embrapa, 2001. Doc. nº 104. 49p.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Maria Célia Nunes; SIMONIAN, Lígia Terezinha Lopes; FENZL, Norbert (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup: UFPA – NAEA, 2000, p. 09-53.

Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira: trabalho duro, silenciado e quase extinto. In: Mulheres da floresta Amazônica: **entre o trabalho e a cultura.** Belém: Editora NAEA. 2001, p. 72-103

SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. **Famílias tradicionais ribeirinhas e meio ambiente:** o caso do Agro-extrativista São Francisco. Encontro de Estudos da Rede Rural, 1., 2006, Niterói - RJ. Anais do Encontro da Rede, 1, 2006.

SOUSA, Romier da Paixão. **Granja Marathon:** a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no nordeste do Pará. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará. Belém-Pará, 2002.

SOUZA, Vanilde Ferreira de, et al.. Processos Evolutivos na Ocupação dos Espaços nos Assentamentos Monte Alegre 1 Monte Alegre 4, em Araraquara, Estado de São Paulo. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 55, n. 1., jan./jun. 2008. p. 5-14.

TORRES, Iraíldes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. **Mulher Trabalha ou Ajuda:** relações de gênero no sistema de produção na comunidade São Francisco do Parauá, na Costa do Canabuoca, Manacapuru/AM. Reunião de Antropologia Norte-Nordeste - ABANNE,10, 2007. Aracaju-Sergipe, 2007.

TRINCA, Cristiano Trapé. **Caça em assentamento rural no sul da floresta amazônica.** 2004. 57 f. Dissertação (Mestrado em Zoologia) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará: Belém, 2004.

TRINCA, Cristiano Trapé; FERRARI, Stephen Francis. Caça em assentamento rural na Amazônia Mato-grossense. In: JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa. (Orgs.). **Diálogos em Ambiente e Sociedade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 155-167.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Universidade de Passo Fundo: EDIUPF, Rio Grande do Sul, 1999, p. 21-55.

A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária, Campinas, v.25, n. 2/3,1995, p.37-47.

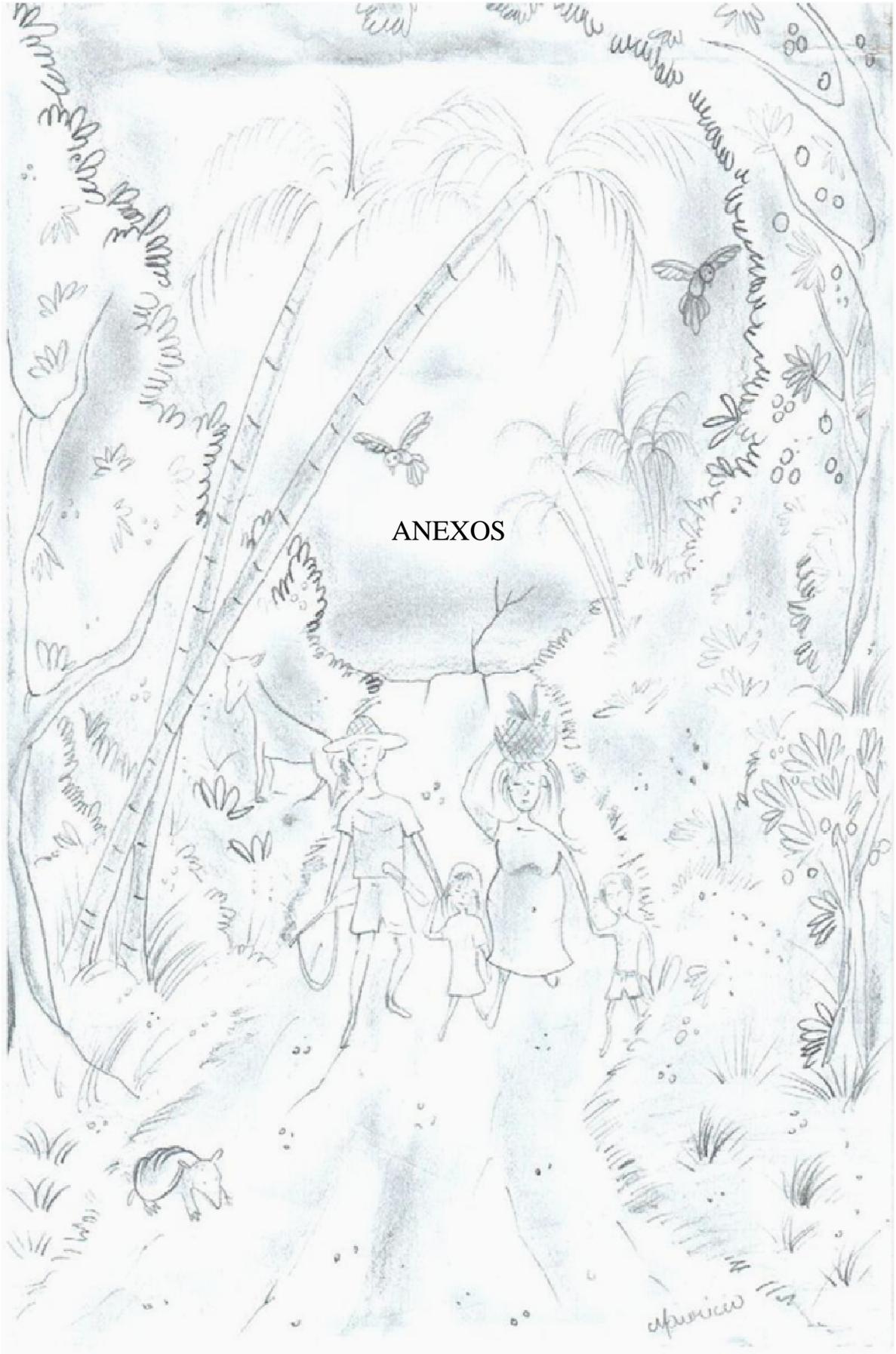
WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel, et al.. A Exploração Familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (org.) **A Agricultura Familiar.** Campinas, editora da UNICAMP, 1993, p. 179 – 234

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia:** expansão e Decadência (1850 – 1920). São Paulo: HUCITEC, 1993. 371 p.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA, 2007. v. 01. p.128-136; p.160-185 e p. 250-344.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1997. p. 7- 65.

YU, Chang Man. **Sistema faxinal:** uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 124 p.



ANEXOS

ANEXO A – Fotografia “esse rio é minha rua”: rio Moju (fotografia superior) e igarapé Maratininga (fotografia inferior), principais “caminhos” para as famílias da Comunidade Santa Maria.



*“Esse rio é minha rua
minha e tua mururé...*

*...piso no peito da lua
deito no chão da maré”*

(Trecho da música “Esse rio é minha rua” de Ruy Barata e Paulo André Barata).

www.culturapara.com.br

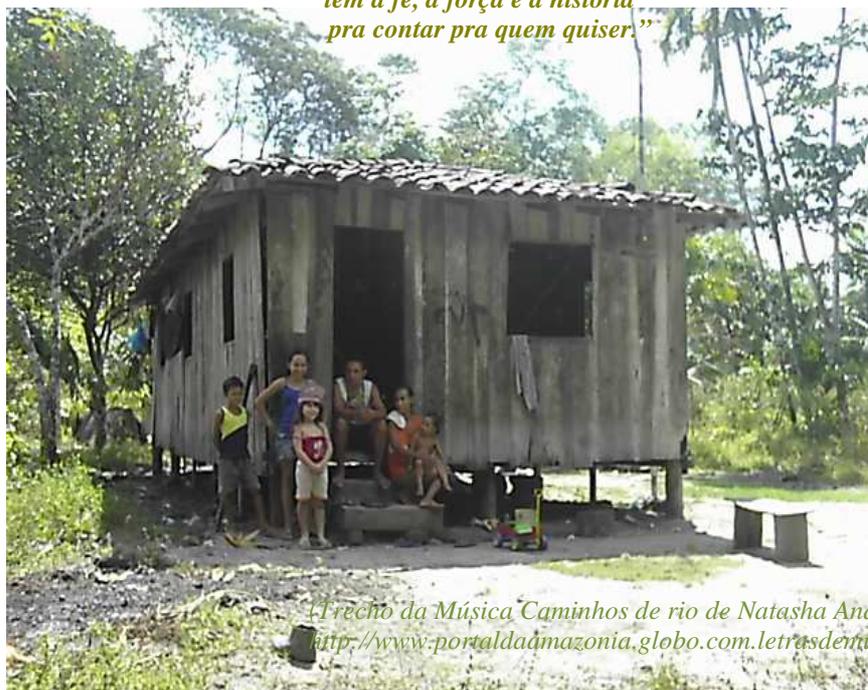
*“Nos caminhos desse rio
muita história pra contar...*

*...navegar nessa canoa
é ter o mundo pra se entranhar...*



ANEXO B – Fotografia “os nativos”: família da Sr^a A.S.M., 39 anos; família da Sr^a I.L.J., 75 anos, na quinta geração, e Sr^a M.N.C., 99 anos, residente às margens do rio Moju.

*...Cada canto esconde um canto
cada homem e mulher,
tem a fé, a força e a história
pra contar pra quem quiser.”*



*(Trecho da Música Caminhos de rio de Natasha Andrade.
<http://www.portaldamazonia.globo.com.letasdentusica.php>)*



Família da Sr^a I. L. J., 75 anos.



Sr^a N. C., Nativa, 99 anos (ao lado
A.C.F.M., 05 anos, minha pequena).

Fotos de Liliane Moreira/julho de 2008

ANEXO C – Fotografia “caças obtidas”.

“Caçada não é fácil não, é dura e pesada, como tora de árvore. Ela cansa muito o caçador. É fácil se perder na mata fechada, mas o caçador conhece muito bem o espaço...”

*(Depoimentos de um ancião de idade desconhecida, Acervo Warã).
<http://wara.nativeweb.org/caca.html>*



Mucura abatida com espingarda

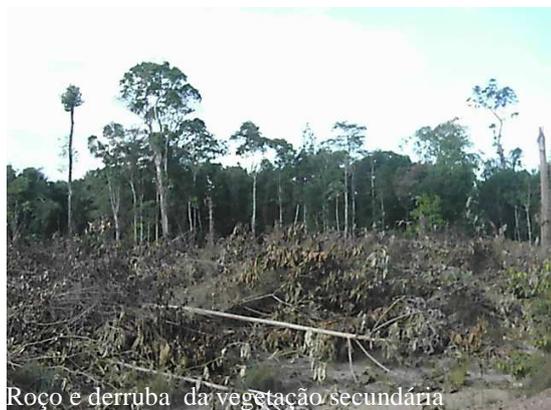
“Os caçadores, além de ter alta resistência física, precisam praticar a arte de decifrar por uma técnica refinada as informações presentes nas pegadas dos animais”

*(Eli Vieira, 2008)
<http://www.elivieira.pensamento-cientifico-na-savana-cao-de.html>*



Cutia abatida com espingarda

ANEXO D – Fotografia “atividades da roça”.



Roço e derruba da vegetação secundária



Queima da vegetação secundária.

*“Lá na sua terra é boa de plantar
naquela região conheço tudo lá
lá a terra é boa tem água cristalina
na sua redondeza
em se plantando tudo dá”*

*(Trecho da Música Plantar Mandioca de Robert Show)
<http://letras.terra.com.br>*



Roça de mandioca

Fotos de Liliane Moreira/julho de 2008

ANEXO E – Fotografia “roça”: atividades relacionadas e apetrechos utilizados.



Pós-colheita da mandioca



Tanque de mandioca



Início do beneficiamento da mandioca



Casa de farinha

“A vida do lavrador é um trabalho pesado,

***trabalhando o dia inteiro,
trabalhando o dia inteiro,***

na noite de redenção”

*(Trecho da Música “Vida de Lavrador” Sabino do Acordeon)
http: www.vagalume.uol.com.br*



Casa de farinha

Fotos de Liliane Moreira/julho de 2008

ANEXO F – Fotografia “roça”: atividades relacionadas e apetrechos utilizados.



*“Rala, rala mandioca
tu de lá e eu de cá
pra fazer beju de massa
pra gente se alimentar*

*Maria traz a peneira
mexe pra lá e pra cá
o peneirado é gostoso
tô doido pra peneirar.”*

*(Trecho da música Massa de mandioca de
Marquinhos Maraial).
<http://www.mastruz.com.br>*

*“Rala, rala mandioca
e soca no tipiti
pra fazer a farinha
e tomar com açai”*

*(Trecho da música “Deusa da Mandioca” de Edson Abreu)
<http://www.vagalume.uol.com.br>*



*...rala, rala a mandioca
espreme no tipiti...
... separa na tapioca
apara o tucupi”*

*(Trecho da música “Garota do Tacacá” de Pinduca)
<http://www.letras.com.br>*

Fotos de Liliane Moreira/julho de 2008

ANEXO G – Fotografia “roça”: atividades relacionadas e apetrechos utilizados.



*“...Mexe pra lá,
remexe pra cá...
... não deixa a farinha,
menina, dar nó...”*

*(Trecho da música “Deusa da Mandioca” de Edson Abreu)
<http://vagalume.uol.com.br>*



Fotos de Liliane Moreira/julho de 2008

ANEXO H- Fotografia “Açaí”.



Fruto recém colhido



Máquina manual de beneficiar o açaí

*“Teu destino foi traçado
pelas mãos da mãe do mato
mãos prendadas de uma deusa
mãos de toque abençoado...”*



Margem do rio Moju

(Trecho da música Sabor açaí de Nilson Chaves e João Gomes)
<http://nilson-chaves.musicas.mus.br/letras>

Fotos de Liliane Moreira/julho de 2008